

Linguagem em Discurso

ISSN 1982-4017

volume 21, número 2, maio/ago. 2021

ISSN 1982-4017 (eletrônica)

em Linguagem (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Sul de Santa Catarina



Tubarão – SC

v. 21, n. 2, p. 171-300, maio/ago. 2021

Dados Postais/Mailing Address

Revista Linguagem em (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – Unisul

A/C: Comissão Editorial

Avenida José Acácio Moreira, 787

88.704-900 – Tubarão, Santa Catarina, Brasil

Fone: (55) (48) 3621-3000 - Fax: (55) (48) 3621-3036

E-mail: lemd@unisul.br

Site: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/index.htm>

Portal de Periódicos: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso

SciELO: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1518-7632&nrm=iso&lng=pt

Ficha Catalográfica

Linguagem em (Dis)curso/Universidade do Sul de Santa Catarina. -
v. 1, n. 1 (2000) - Tubarão: Unisul, 2000 -

Quadrimestral

ISSN 1518-7632; 1982-4017

1. Linguagem - Periódicos. I. Universidade do Sul de
Santa Catarina.

CDD 405

Elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

Indexação/Indexation

Os textos publicados na revista são indexados em: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA – Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES); Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil); Cabell's Database.

The journal and its contents are indexed in: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA - Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES, Brazil); and Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministry of Science and Technology, Brazil); Cabell's Database.



Reitor

Mauri Luiz Heerd

Vice-Reitor

Lester Marcantonio Camargo

Secretária Geral da Unisul

Mirian Maria de Medeiros

Pró-Reitor Acadêmico

Hércules Nunes de Araújo

Pró-Reitor Administrativo

Ademar Schmitz

Diretor de Marketing

Fabiano Ceretta

Diretor da Região Sul

Rafael Ávila Faraco

Diretor da Região Grande Florianópolis e Unisul Virtual

Zacaria Alexandre Nassar

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem

Fábio José Rauen (Coordenador)

Nádia Régia Maffi Neckel (Coordenadora Adjunta)

Av. José Acácio Moreira, 787

88704-900 – Tubarão - SC

Fone: (55) (48) 3621-3000 – Fax: (55) (48) 3621-3036

Sítio: www.unisul.br

Editores/Editors

Silvânia Siebert (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Fábio José Rauhen (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Editora Honorária/Honorary Editor

Maria Marta Furlanetto (Florianópolis, Brasil)

Secretária Executiva/Executive Secretary

Kellen Oliveira (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Comitê Editorial/Editorial Committee

Adair Bonini (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Andréia da Silva Daltoé (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Carmen Rosa Caldas-Coulthard (University of Birmingham, Birmingham, Inglaterra)
Débora de Carvalho Figueiredo (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Freda Indursky (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (Univ. Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Conselho Consultivo/Advisory Board

Aleksandra Piasecka-Till (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Alessandra Baldo (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Ana Cristina Ostermann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil)
Ana Cristina Pelosi (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Ana Elisa Ribeiro (Centro Federal de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, Brasil)
Anna Christina Bentes (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil)
Anna Flora Brunelli (Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, Brasil)
Angela Maria Rubel Fanini (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Angela Paiva Dionísio (Universidade Federal do Pernambuco, Recife, Brasil)
Antônio Carlos Soares Martins (Instituto Fed. do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, Brasil)
Aparecida Feola Sella (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
Belmira Rita da Costa Magalhães (Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil)
Clarissa Gonzalez (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Cleide Inês Wittke (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Conceição Aparecida Kindermann (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Cristiane Gonçalves Dagostim (Secretaria de Estado da Educação, Criciúma, Brasil)
Cristina Teixeira Vieira de Melo (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil)
Danie Marcelo de Jesus (Universidade Federal do Mato Grosso, Rondonópolis, Brasil)
Danielle Barbosa Lins de Almeida (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil)
Désirée Motta-Roth (Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil)
Enio Clark de Oliveira (Texas Christian University – TCU, Fort Worth, Texas, United States)
Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Fernanda Mussalim (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil)
Gisele de Carvalho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil)
Heronides Maurílio de Melo Moura (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
João Carlos Cattelan (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
José Luiz Vila Real Gonçalves (Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Brasil)
Juliana Enrico (Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, Argentina)

Júlio César Araújo (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Lilian Cristine Hübner (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. Alegre, Brasil)
Luiz Paulo da Moita Lopes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marcí Fileti Martins (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Antônia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (Univ. Federal de Minas Gerais, B. Horizonte, Brasil)
Maria da Conceição Fonseca-Silva (Univ. Est. do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Brasil)
Maria de Fátima Silva Amarante (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Ester Moritz (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Maria Inês Ghilardi Lucena (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Izabel Santos Magalhães (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Maria Otilia Ninin (Universidade Paulista, Santana de Parnaíba, Brasil)
Mariléia Silva dos Reis (Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Brasil)
Marly de Bari Matos (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Mônica Magalhães Cavalcante (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Mônica Santos de Souza Melo (Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil)
Nicolás Bermúdez (Universidad de Buenos Aires/Universidad Nacional del Arte, Buenos Aires, Argentina)
Nívea Rohling (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Onici Claro Flôres (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
Orlando Vian Jr. (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil)
Patrícia da Silva Meneghel (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Pedro de Moraes Garcez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Raquel Bambirra (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Renilson Menegassi (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil)
Ricardo Moutinho (Universidade de Macau, Macau, China)
Richarles Souza de Carvalho (Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil)
Roberto Leiser Baronas (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil)
Rosângela Gabriel (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
Rossana de Felipe Böhlke (Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Sebastião Lourenço dos Santos (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil)
Sílvia Ines C. C. de Vasconcelos (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Simone Padilha (Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil)
Solange Leda Gallo (Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Brasil)
Sônia Maria de Oliveira Pimenta (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Susana Borneo Funck (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Vanessa Wendhausen Lima (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Lopes Cristovão (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
Wilson José Leffa (Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Wagner Alexandre dos Santos Costa (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Brasil)
Wander Emediato (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Equipe Técnica/Technical Team

Tradução e revisão/Translation and Revision

Editores (português); Ricardo Ribeiro Elias (inglês); Elita de Medeiros (espanhol)

Bolsista/Trainee

Israel Vieira Pereira e Ricardo Ribeiro Elias

Diagramação/Layout

Fábio José Rauen

SUMÁRIO
CONTENTS | CONTENIDO
EDIÇÃO CORRENTE
CURRENT EDITION | EDICIÓN CORRIENTE

Editorial | Editorial | Editorial

A ciência resiste

Science resists

La ciencia resiste

Silvânia Siebert

Andréia da Silva Daltoé

179

Artigos de Pesquisa | Research Articles | Artículos de investigación

A exterioridade na produção do conhecimento e do sentido

Exteriority in the Production of Knowledge and Meaning

Exterioridad en la producción de conocimiento y sentido

Juliana de Castro Santana

185

The Hybrid Rhetorical Ethos

O ethos retórico híbrido

El ethos retórico híbrido

Samuel Mateus

195

(H)Erética: sobre ereções e ética

Heretics: Erection and Etics

(H)Erética: sobre erecciones y ética

Gleiton Matheus Bonfante

211

A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de “pós-verdade”

The Brazilian Research in Narrative Analysis in times of “post-truth”

Investigación brasileña en Análisis de Narrativa en tiempos de “posverdad”

Liana de Andrade Biar

Naomi Orton

Liliana Cabral Bastos

231

- A produção de sentido no discurso jornalístico
sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil
*The Production of Meaning
about the Covid-19 Pandemic in the Brazilian Journalistic Discourse*
*La producción de sentido
en el discurso periodístico sobre la pandemia del Covid-19 en Brasil*
Samuel de Carvalho Lima
Rafael Lira Gomes Bastos 253
- Ethos em interação: o debate político-eleitoral
entre Eduardo Paes e Wilson Witzel em 2018
*Interactional Ethos: The Political and Electoral Debate
between Eduardo Paes and Wilson Witzel in 2018*
*Ethos en interacción: el debate político-electoral
entre Eduardo Paes y Wilson Witzel en 2018*
Wagner Alexandre dos Santos Costa 267
- Retrospectiva | Retrospective | Retrospectiva**
- Cinema, ideologia e inconsciente:
Colin MacCabe, Stephen Heath e a *Screen Theory*
*Cinema, Ideology and the Unconscious:
Colin MacCabe, Stephen Heath and the Screen Theory*
*Cinema, ideología e inconsciente:
Colin MacCabe, Stephen Heath y la Screen Theory*
Luiz Carlos Martins de Souza 283

A CIÊNCIA RESISTE

Science resists | La ciencia resiste

Silvânia Siebert*

Andréia da Silva Daltoé**

Universidade do Sul de Santa Catarina,
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Tubarão, SC, Brasil

O negacionismo na Ciência não é fenômeno recente. Galileu Galilei foi levado ao Tribunal da Inquisição em 1633 por defender e divulgar a teoria de Copérnico de que a Terra se movia ao redor do Sol: nega a Igreja Católica, por motivos óbvios; precisou negar seus estudos o físico e astrônomo italiano para não ir à fogueira. A História, todavia, mostraria depois que a teoria galileana, em palavras de Pêcheux (2006, p. 37-39), ao trazer a física como ciência social, iniciaria um movimento na construção do real físico como processo, marcando uma descontinuidade no continente da história.

Fazendo um voo no tempo, chegamos ao contexto da Pandemia, assim nominada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2019: a Pandemia causada pela Covid-19. Seu surgimento em escala global devastadora, conforme Birman (2020, p. 70), surpreendeu os diferentes Estados da cartografia internacional assim como a comunidade científica e médica, vendo-se todos, inicialmente, impotentes no confronto trágico e mortal com a Covid-19.

Em dois anos na luta contra o vírus, lançamos toda a expectativa em políticas de contenção e na criação de uma vacina, que, em tempo exíguo, foi possível graças à Ciência e a toda pesquisa já construída anteriormente no âmbito sanitário e de saúde pública. Com as vacinas foi possível, em poucos meses, que milhões de pessoas em dezenas de países tivessem recebido alguma dose contra a Covid-19.

Todavia, vimos que não bastavam vacinas disponíveis; dependíamos de políticas públicas que garantissem a imunização da população mundial, e não só. Vem sendo necessário lutar também contra o negacionismo que, como saída política de não enfrentamento à Covid, disseminou tratamentos precoces sem comprovação científica, além de levantar suspeita junto à população sobre a eficácia das vacinas autorizadas por órgãos competentes.

* Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Editora de Linguagem em (Dis)curso. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7852-0968>. E-mail: silvania@cinemaistv.com.br.

** Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Editora de Linguagem em (Dis)curso. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8370-6441>. E-mail: andrea.daltoe@animaeducacao.com.br.

Este cenário coloca-nos diante de contradições importantes e que aqui levantamos, não para serem resolvidas, mas justamente para pensar o papel do saber científico neste tempo. Mesmo a Ciência sendo um espaço legitimado e positivado em torno de um discurso de verdade, isso não a isola das implicações econômicas, políticas, históricas e ideológicas. Há a produção do conhecimento, mas há também a institucionalização e a gestão do conhecimento, podendo, conforme Orlandi (2017, p. 177), esta última se sobrepor à produção, “com todas as consequências que isso traz para o trabalho científico”.

Sob os pressupostos de uma teoria materialista do discurso, tal como iniciada por Michel Pêcheux, entendemos o sentido sempre em disputa e, no percurso que aqui traçamos neste momento, defrontamo-nos com este litígio no processo de divulgação do conhecimento científico. Todo saber reunido sobre formas de contenção do vírus, necessidade de medidas de proteção, criação e disseminação da vacina vai precisar também enfrentar um outro inimigo – ora escancarado, ora invisível feito o vírus: um negacionismo que responde a interesses de uma política de morte e que atualiza, portanto, o pensamento de Foucault (1999, p. 51): “por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder. O poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber”.

Tal perspectiva nos leva a pensar que a dificuldade de enfrentamento à Pandemia não diz respeito apenas às condições de governabilidade e liderança dos governantes, mas a interesses difusos que fazem pensar que o imperativo da vida não é a maior preocupação.

Birman (2020, p. 56) também recupera Foucault quando afirma que, se medidas antecipatórias contra o vírus da Covid não foram tomadas para proteção da vida da população em vários países do mundo, “isso foi consequência direta de uma opção de ordem política feita por seus governantes, para não perturbar o bom andamento da economia neoliberal”. E daí acrescentamos: uma economia que, além de pretender seguir seu curso independente do número de vítimas, cuidou de se aproveitar do próprio caos instaurado pela Pandemia para implementar políticas de interesse neoliberal.

Para Sousa Santos (2020), “a atual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980 – à medida que o neoliberalismo foi se impondo como a versão dominante do capitalismo e este foi se sujeitando mais e mais à lógica do setor financeiro –, o mundo tem vivido em permanente estado de crise”. Para o autor, a pandemia veio clarear o modo como já vivemos uma política de exceção, que deixa morrer e à sorte alguns muitos em nome de interesses econômico-políticos. Ao mesmo tempo, tamanha clareza nos cega, no trabalho perspicaz da ideologia, que, daí trazendo Althusser (1985, p. 94), se marca por “impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se trata de ‘evidências’) as evidências como evidências, que não podemos deixar de reconhecer”.

Esta problemática, que trazemos até aqui para falar das determinações que afetam o saber científico, não vêm, porém, para dizer de sua impotência. Pelo contrário. Acreditamos sempre em seu papel primordial na melhoria das condições de vida de uma formação social. Mas não podemos considerá-lo potente por si só para dar conta dos problemas que nos atingem. Os pesquisadores e cientistas brasileiros vivenciaram este enfrentamento não só nos cortes de verbas em pesquisa, por exemplo, como também na luta que precisaram travar contra o negacionismo na Ciência, que acabou fazendo parte

da campanha do próprio Governo Federal. Por outro lado, isso os fez ganhar publicidade, já que temas como vacina e ciência tornaram-se pauta constante de debates políticos, jornalísticos, entre amigos e na família, levando-os a expandir as formas de divulgação do conhecimento científico.

A Pandemia obrigou pesquisadores e cientistas, portanto, a encontrar formas de divulgação do conhecimento para levar à população o que antes era bastante restrito aos espaços elitizados da academia, no interior dos muros das universidades e dos laboratórios. Hoje, cientistas como a bióloga Natalia Pasternak Taschner; Atila Iamarino, também biólogo e doutor em virologia; a pneumologista Margareth Maria Pretti Dalcolmo; e a médica infectologista Luana Araújo, entre outros tantos pesquisadores brasileiros importantes, passaram a ser figuras recorrentes em programas de televisão e nas redes sociais. Neste trabalho de divulgação, uma dupla função: divulgar suas pesquisas, mas também derrubar as tantas informações incorretas e, portanto, criminosas sobre a Covid-19.

Sobre o negacionismo, Henry Rousso (2008), historiador que pesquisa o tema na França, diz que é um movimento que nega os fatos históricos, nega as evidências do mundo, pautado em crenças pessoais. Para exemplificar como funciona o discurso dos negacionistas, usa o genocídio dos judeus na segunda guerra mundial, negado por acadêmicos e por grupos ligados à direita francesa, que, amparados em uma versão sem fundamentação em fatos históricos, alegam que os milhões de mortes não existiram. O pesquisador alerta para um falso revisionismo, uma vez que a proposição dos negacionistas não usa a Ciência para rever os fatos, mas sim versões de subjetividade pessoal. Se for conveniente dizer que não houve genocídio, o negacionista dirá.

É difícil compreender que o negacionismo, portanto, não significa simplesmente desconhecimento, ignorância perante dados, fatos, mas integra uma agenda na luta pelo poder, e, no caso da Pandemia em curso neste momento, podemos dizer que responde ao imperativo da morte: “uma opção de ordem política feita por seus governantes, para não perturbar o bom andamento da economia neoliberal” (BIRMAN, 2020, p. 56).

O que parece é que, embora saibamos que a Ciência não pode ser compreendida como um segmento à parte da sociedade de que faz parte, nunca ficou tão necessário contribuir para a reflexão sobre as articulações que estabelece com outros campos, como a economia, a política, a ética, a própria religião, etc. A Pandemia acabou desnudando algumas questões que talvez em um outro momento fossem passando despercebidas ou sentidas a longo prazo: o corte de gastos que as universidades públicas já vinham enfrentando apareceu comprometendo pesquisas urgentes para o enfrentamento à Covid-19; o cancelamento de fomento à pesquisa; o corte de bolsas de estudo de mestrado e doutorado; a falta de medidas sanitárias básicas para a população; a carência de atendimento hospitalar em muitos lugares do País. Segundo pesquisadores e especialistas que acompanham os recursos investidos em Ciência, este ano houve um corte de trinta por cento: em torno de cinco bilhões de reais foram contingenciados¹. Enfim, estes dados e as condições apontadas acima acabam confirmando o papel que a Ciência desempenha numa sociedade, ao mesmo tempo que implica aí a responsabilidade do poder público para garantir que os saberes científicos realmente ajudem a melhorar a qualidade de vida da população.

¹ Mais informações sobre o tema podem ser encontradas no link: <https://bit.ly/2UXoSPG>.

Foucault (2021) estudou a relação entre o saber e o poder. Chegou à conclusão de que todo saber é político. Nesta analogia, vemos que a política hoje no Brasil valoriza pouco o saber científico e potencializa a disseminação de tratamentos alternativos e sem eficácia comprovada pela comunidade acadêmica. O negacionismo tornou-se discurso de poder e decidiu, em muito, o seguimento das ações de enfrentamento (ou de não enfrentamento) em muitos países. Conforme Birman (2020, p. 46), Trump, em sua campanha para o pleito de novembro de 2020, não quis arriscar desacelerar o setor econômico com os preparativos de combate à pandemia. Resultado: os Estados Unidos dispararam com o maior número de doentes e mortos em todo o mundo. Lembrando que Birman (2020, p. 47) encerra esta obra ainda quando os EUA passavam pela primeira onda, e mesmo assim já surpreendia o autor o fato de que a economia mais rica do mundo e com diversos centros avançados de pesquisa médica liderava o ranking de morte. Segundo o autor, no Brasil, não foi diferente, já que, embora a Pandemia crescesse em número de mortes dia a dia, vimos o Presidente fustigar tanto “o Poder Judiciário, através do Supremo Tribunal Federal, quanto o Congresso Nacional, com a promoção de manifestações públicas de intenções claramente antidemocráticas, buscando apoio das Forças Armadas para estabelecer um regime autoritário e ditatorial” (2020, p. 61). Tudo isso, além de toda a campanha pró-kit-covid, resultado direto do negacionismo na Ciência, o Presidente rodou o País em motocicletas, promovendo aglomeração, desestimulando o uso de máscaras e, como se não bastasse, levantando, o tempo todo, suspeitas em relação às vacinas.

É diante deste contexto tão complexo que reafirmamos o papel das Ciências Humanas na leitura de toda a conjuntura, fazendo ver o modo como os saberes constituídos, e mesmo os construídos em tão pouco tempo, podem dar conta de compreender o caminho do vírus no corpo humano, sua disseminação e contenção pela vacina, mas tudo isso encontra obstáculos se não se fizer intervir uma reflexão sobre o papel da política nas formas de governabilidade da Pandemia. Birman (2020, p. 68) reforça, desse modo, o papel de um *discurso crítico da ciência*, no qual se reconheça “as articulações fundamentais existentes entre o discurso científico com os discursos da política e da ética, no tecido íntimo de sua construção e produção de conceitos”.

De nossa parte, reivindicamos ainda mais o papel fundamental que os estudos sobre o discurso do ponto de vista materialista desempenham, permitindo-nos problematizar, neste momento da Pandemia, os sentidos dados como fatalistas: “*todos vão morrer um dia*”, “*não há nada que se possa fazer*”, “*não sou covão, e daí?* etc. A Análise de Discurso (AD) nos provoca a desnaturalizar os sentidos dados, usando palavras de Pêcheux (2006, p. 32), como cobertura do real em sua homogeneidade lógica, que vai encontrar o sujeito pragmático em sua vontade de um “mundo semanticamente normal” (2006, p. 34). Não é pouca, portanto, a contribuição da AD quando questiona as determinações que afetam todo dizer; desse modo, expõe todo discurso em suas contradições, em sua natureza heterogênea, em sua dependência ao sujeito falante e à memória e à história que o afetam.

Pelo trabalho com o sentido, colocando-o em dependência das forças produtivas e relações de produção que determinam as sociedades humanas com a luta de classe que lhe corresponde, Pêcheux (1988, p. 73) nos leva a questionar os espaços discursivos logicamente estabilizados usados pelo poder, funcionando como “técnicas de gestão social dos indivíduos” (2006, p. 30) por Estados e Instituições. São técnicas que tentam

nos governar ao modo de uma ciência exata: “ninguém pode ignorar a lei’ – porque esse real é impiedoso”, (2006, p. 35), negando a todos o poder de questionar, de interpretar e, trazendo para o contexto da Pandemia, de pensar que há outras possibilidades de saída para a população que não seja ter de escolher entre a economia e a morte.

Desse modo, Pêcheux (1988) mostrará que uma ciência da língua não está desligada das relações políticas e de poder que regem uma formação social: na base econômica, a partir das condições materiais da produção capitalista, vemos a língua servindo:

a necessidades da organização do trabalho, da mecanização e da standardização que impõem uma comunicação sem equívocos – clareza ‘lógica’ das instruções diretivas [...] divisão social-técnica do trabalho, uma não-comunicação que separa os trabalhadores da organização da produção e os submete à ‘retórica’ do comando. (PÊCHEUX, 1988, p. 26).

A língua, portanto, vai servir às formas de comando da produção capitalista; conseqüentemente, também servirá para a forma jurídica deste sistema – aparelho ideológico de Estado principal da burguesia capitalista, usando palavras de Althusser (1985), que Pêcheux vai convocar para mostrar como o Direito também precisará de uma língua unívoca, capaz de “tirar os equívocos nos contratos, trocas comerciais, etc. [...] e, simultaneamente, manter o equívoco fundamental do ‘contrato de trabalho’, o que se pode resumir dizendo que, no direito burguês, ‘todos os homens são iguais, mas há alguns que o são mais que outros’” (1988, p. 27).

Ao referir esta relação entre língua e as formas de comando numa sociedade como a nossa, encontramos novamente Foucault (1999, p. 50-51), ao desfazer o mito platônico da antinomia *saber/poder*, para pensar a relação que há entre o saber da ciência e o poder político. Para o autor, uma série de fenômenos não pode ser explicada a não ser que os relacionemos “a relações políticas que investem toda a trama de nossa existência” (1999, p. 31). Isso nos leva a ressaltar a importância dos estudos discursivos que nos ajudam a problematizar, questionar e mesmo resistir, segundo Gadet e Pêcheux (2004, p. 115), à “gestão discursiva do Estado capitalista moderno [...] administrando os bens e as dores, a vida e a morte”.

Na administração do viver no planeta Terra buscamos encontrar uma cura para a doença provocada pelo vírus da Sars-CoV-2. Vacinas testadas por diferentes laboratórios mostram-se alternativas promissoras. Associadas a práticas de higiene e isolamento social, contribuem, sobremaneira, no controle da doença. No decorrer do percurso de tempo, o saber científico começou a tomar corpo em conversas do cotidiano. É cada vez mais considerado pelos brasileiros como fonte de conhecimento. Um exemplo vemos na vontade da população de ser vacinada. De acordo com a pesquisa de opinião feita pelo Instituto *DataFolha*, noventa e quatro por cento dos brasileiros querem ser vacinados². Segundo Charaudeau (2016, p. 34), “os saberes do conhecimento tendem a estabelecer uma verdade sobre os fenômenos do mundo, mas uma verdade que existe fora da subjetividade do sujeito”. A verdade está no mundo, no caso citado das vacinas, está na eficácia da proteção e na redução do número de mortes e de casos graves provocados pela doença.

² Pesquisa publicada no site da CCN Brasil: <https://www.ccnbrasil.com.br/saude/2021/07/13/datafolha-94-dos-brasileiros-se-vacinaram-ou-pretendem-se-vacinar-contracovid>.

A ciência dá resposta ao mundo das opiniões, porque “uma opinião não deve, pois, ser confundida com um saber sobre o mundo” (CHARAUDEAU, 2016, p. 33). Este é um fator bem importante do fazer científico: ele é testado, observado, analisado, refutado, aprovado, refeito. Mas, por uma comunidade, por um grupo, que trabalha em conjunto. Não é um saber individual, não é opinião, é conhecimento, é coletivo.

Neste ritual de produção e divulgação científica, as revistas especializadas desempenham papel fulcral. São elas que compartilham, entre os pares e a comunidade em geral, grande parte das pesquisas recém-realizadas. Daí o papel de periódicos como a Revista que aqui representamos: há 21 anos contribuindo para a reflexão crítica dos saberes constituídos e, em seu formato online, permitindo uma maior democratização das reflexões que propõe. Assume, portanto, nossa Revista o trabalho de divulgação científica, conforme proposto por Orlandi (2008, p. 149): “discursos da ciência fazendo seu percurso na sociedade e na história, publicizando-se e fazendo circular o saber de maneira particular”. E tentando responder à pergunta que Orlandi traz nesta mesma discussão: “dado esse modo de circulação da ciência, que sentidos estão aí investidos?” (2008, p. 140), julgamos que seriam aqui todos aqueles que nos permitem desnaturalizar a ilusão de transparência entre mundo e linguagem, entre saberes e língua; deste modo, nos fazer refletir sobre as formas de dominação que impedem o questionamento, que nos fazem acreditar que saber e poder não andam de mãos dadas.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BIRMAN, J. *O trauma na pandemia do coronavírus*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.
- CHARAUDEAU, P. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.
- CNN Brasil – Datafolha: 94% dos brasileiros se vacinaram ou pretendem se vacinar contra Covid. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/07/13/datafolha-94-dos-brasileiros-se-vacinaram-ou-pretendem-se-vacinar-contracovid>
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes, 2004.
- ROUSSO, H. Les racines du négationnisme en France. *Cités*, v. 36, n. 4, p. 51-62, 2008.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 11. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2021.
- ORLANDI, E. P. *Eu, tu, ele: discurso e real da história*. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- SANTOS, B. de S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210202-4019>

Recebido em: 09/05/19 | Aprovado em: 19/05/20

A EXTERIORIDADE NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E DO SENTIDO

Exteriority in the Production of Knowledge and Meaning | Exterioridad en la producción de conocimiento y sentido

Juliana de Castro Santana*

Universidade, Cidade, UF, Brasil

Resumo: Este estudo teórico-analítico, ancorado na Análise de Discurso, reflete sobre o funcionamento da linguagem no que se refere à produção do conhecimento e de sentido(s) sócio-historicamente compartilhados, considerando que não é possível significar o mundo fora da linguagem. Percorre a hipótese de que o funcionamento do corpo, a produção de sentidos e o processo de produção do conhecimento científico se assemelham ao funcionamento da linguagem, porque, de fato, *tudo* é linguagem. Para tanto, explora a relação entre língua, vazio, silêncio e sentido(s), partindo de um conto de Kafka e da metáfora do vaso e do oleiro, de Heidegger, sem perder de vista o processo de produção do conhecimento e sua relação com a linguagem e os gestos de interpretação. A análise sugere que no cerne da produção do conhecimento não está a essência, o objeto real ou a substância, mas sim o silêncio, o vazio, a barreira e a contradição.

Palavras-chave: Conhecimento Científico. Exterioridade. Linguagem. Análise de Discurso.

Abstract: In this theoretical and analytical study, supported by the Discourse Analysis, we reflect upon the functioning of language in relation to the knowledge production and sociohistorically shared meanings, considering that it is not possible to constitute the world without language. The hypothesis is that the functioning of the body, the production of meanings and the process of scientific knowledge production are similar to the functioning of language, because *everything* is language. In order to investigate that, we explore the relation between language, emptiness, silence and meaning(s), starting from a tale by Kafka and the Heidegger's metaphor *the pot and the potter*, without losing sight of the knowledge production process and its relation with language and interpretation. Our analysis suggests that the essence, real object, or the substance is not in the core of the knowledge production, but rather the silence, emptiness, barrier and contradiction.

Keywords: Scientific Knowledge. Exteriority. Language. Discourse Analysis.

Resumen: Este estudio teórico-analítico, anclado en el Análisis del Discurso, reflexiona sobre el funcionamiento del lenguaje en cuanto a la producción de conocimiento y significados sociohistóricos compartidos, considerando que no es posible significar el mundo fuera del lenguaje. Pasa por la hipótesis de que el funcionamiento del cuerpo, la producción de significados y el proceso de producción del conocimiento científico son similares al funcionamiento del lenguaje, porque, en realidad, *todo* es lenguaje. Para ello, explora la relación entre lenguaje, vacío, silencio y significado (s), a partir de un cuento de Kafka y la metáfora del jarrón y el alfarero, de Heidegger, sin perder de vista el proceso de producción del conocimiento y su relación con el lenguaje y los gestos de interpretación. El análisis sugiere que en el corazón de la producción de conocimiento no está la esencia, el objeto real o la sustancia, sino el silencio, el vacío, la barrera y la contradicción.

Palabras Clave: Conocimiento científico. Exterioridad. Lenguaje. Análisis del Discurso.

“ [...] a inteligência humana [...] se origina na

* Doutora em Linguística Aplicada pela Unicamp. Professora associada III na Faculdade de Tecnologia.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8245-7922>. E-mail: julianacastrosantana@hotmail.com.

incontornável ambiguidade das línguas naturais,
nos limites da transparência de todo pensamento [...]”
(PÊCHEUX, 1966 [2016, p. 11])

1 INTRODUÇÃO

Considerando que não é possível estar no mundo e significá-lo fora da linguagem, pois esta é mediadora da relação estabelecida entre o homem e sua realidade material (ORLANDI, 1999), nos colocamos a refletir sobre o funcionamento da linguagem no que se refere, mais especificamente, à produção do conhecimento e de sentidos sócio-historicamente compartilhados. Com base nos pressupostos da Análise de Discurso (AD), pareceu-nos, a princípio, que toda produção do conhecimento, em especial o conhecimento sustentado e legitimado pelo discurso da ciência, se assemelhava ao funcionamento da linguagem, tal como a concebemos na perspectiva da AD, segundo a qual o(s) sentido(s), por não ter(em) uma relação direta e biunívoca com a palavra e com a realidade material, se produz(em) sempre em relação à exterioridade, isto é: segundo as condições materiais de existência, as formações imaginárias, a historicidade e o trabalho da ideologia.

Posteriormente, pareceu-nos mais acertado levantar a hipótese de que tudo parece ser semelhante ao funcionamento da linguagem porque, de fato, tudo é linguagem. Ao dizermos *tudo*, estamos nos referindo, mais especificamente, ao funcionamento do corpo, que não é só biológico, à produção de sentidos e ao processo de produção do conhecimento científico, de modo a compreendermos suas práticas e efeitos. É esta hipótese que buscamos contemplar, ilustrar e fundamentar ao longo deste ensaio teórico-analítico. Vale destacar que a ideia inicial para desenvolver este estudo ocorreu durante uma consulta médica, na qual uma endocrinologista explicava o funcionamento das células. Antes que ela terminasse sua explicação, eu a interrompi e finalizei a explicação, como se soubesse do que estava falando. Naquele momento, a médica se surpreendeu e perguntou se eu havia cursado medicina ou biologia. Eu respondi que não, mas que, de algum, modo intuía como era o funcionamento celular, pois ele se aproximava do funcionamento da linguagem e da produção de sentidos.

Segundo a perspectiva discursiva, não devemos perder de vista a relação entre o linguístico e o extralinguístico, a espessura histórica da língua, a relação entre a estrutura e o acontecimento na produção de sentidos que resultam de gestos de interpretação singulares. Essas relações, que estão na base da constituição dos sujeitos e dos sentidos, são exploradas ao longo deste estudo. Para tanto, buscamos ancorar nossas discussões em postulados de relevantes estudiosos da linguagem, bem como em exemplos e/ou metáforas que ilustrem nossos apontamentos.

2 O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Fazendo um paralelo entre a linguagem, a produção de sentido(s) e o corpo biológico, podemos afirmar que assim como a estrutura sintática (a base linguística) não é, por si só, determinante para a produção de certos sentidos que podem sempre tornar-se outro (PÊCHEUX, 1997, p. 53), dependendo das condições de sua enunciação e de fatores

extralinguísticos; o corpo biológico, a célula e mesmo o DNA, cujas moléculas carregariam as instruções genéticas que coordenam o desenvolvimento dos seres vivos, podem não ser determinantes, no que tange às possibilidades de enfermidades e até de óbito, por exemplo. Chiaretti (2017, p. 160) propõe uma relação sinonímica entre DNA e texto, já que ambos se mostram passíveis de edição na atualidade. O genoma humano, salienta a referida autora, seria significado como uma espécie de matriz simbólica ou de texto fundamental do sujeito, no qual tudo se apresenta de forma unívoca e transparente.

No entanto, se pensarmos que a linguagem é metafórica por excelência e está sempre afetada pela possibilidade do equívoco e da contradição, não há texto que produza **um** sentido único e imutável. O discurso médico, por exemplo, prega que os fatores externos como alimentação, estilo de vida, a prática de exercício físico, acesso à saúde, boas condições socioeconômicas podem alterar e até modificar certas condições biológicas do organismo, produzindo, em alguns casos, um “destino” diferente daquele indicado num mapeamento genético, que, apesar de estar amparado por critérios científicos, pode sempre falhar, por se tratar de um saber que não pode ser produzido fora da linguagem e dos gestos de interpretação.

Podemos pensar na descrição do DNA como lugar de textualização do discurso científico, que se pretende neutro, mas é posto em circulação por sujeitos que assumem diferentes posições e lugares sociais, nos processos de produção do conhecimento, através das diferentes práticas e processos discursivos atravessados pelo ideológico e pelo político, entendido, aqui, como divisão do sujeito e dos sentidos. O discurso científico se faz ideológico e marcadamente político quando “elege” um objeto de conhecimento (o DNA enquanto composto químico/orgânico que é objeto apreensível e passível de descrição) e produz um gesto de interpretação sobre o que supõe ser o objeto real (o DNA como algo que “determina” aptidões naturais e potenciais de desenvolvimento do indivíduo não só bio-psico, mas também do indivíduo histórico-social, uma vez que essas determinações de cunho científico incidem diretamente em sua constituição). Retomando uma das máximas saussurianas, “Longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto.” (SAUSSURE, [1916] 1994, p. 15).

Sobre a prática teórica que, segundo Pêcheux¹ ([1966] 2016, p. 25), está no cerne da produção dos conhecimentos científicos há, por meio desta prática, “a transformação de um produto ideológico em conhecimento teórico, por meio de um trabalho conceitual determinado. O desligamento da teoria em relação à ideologia constitui o ‘corte epistemológico’”. Assim sendo, para que o conhecimento teórico seja produzido é preciso haver o apagamento do ideológico, produzindo o efeito de que é o objeto que cria o ponto de vista, como se o exterior ou a exterioridade não fossem determinantes para o funcionamento interno de uma prática. Ao refletir sobre a Alquimia, a Ciência e as práticas que derivam dela, Pêcheux postula que é o “*ponto de vista interpretativo* que ‘dita o real’, o ponto que ‘sempre-já’ fala para dizer aquilo que é, como se o próprio real [leia-se objeto da ciência] falasse” e, diríamos ainda, como se toda e qualquer prática não estivesse inserida no universo simbólico; como se não houvesse língua...

Podemos afirmar, portanto, que assim como a língua não nos dá acesso direto ao referente, o discurso da ciência, enquanto resultante de uma prática social em estreita

¹ Trata-se de um capítulo que Michel Pêcheux assina como Thomas Herbert, em 1966, e que foi recentemente publicado em um livro organizado por Orlandi (2016).

relação com uma prática técnica que produz efeitos e saberes no mundo, é uma discursividade que gira em falso, sem atingir o real que é impossível de simbolizar ou alcançar. Assim como a língua é uma forma e não uma substância (SAUSSURE, 1994 [1916], p. 131), o discurso da ciência parece ser uma forma de fazer coincidir o objeto real com o objeto do conhecimento, produzindo um efeito de verdade e de unidade que, vez por outra, vacila graças à ordem própria da língua. Ao abordar a representação escolar da ciência, em especial da Física, Pêcheux ([1966] 2016, p. 32) salienta que esta é “uma hipótese que deu certo, uma resposta simulada que mostrou ser de conformidade com o real, quer dizer, entendida a partir daí como uma prática técnica”. Trata-se, portanto, de uma combinação de saberes, a princípio aleatória e contingencial, que, por meio de práticas técnicas, passa a produzir um efeito de objetividade, realidade e de verdade. Nas palavras de Pêcheux ([1966] 2016, p. 31), “toda técnica é realista, na medida em que ela provoca uma resposta do ‘real’ a suas questões”. Diríamos, portanto, que a prática técnica busca fazer coincidir as leis do acaso. “A técnica se declara adequada ao real: dito de outra forma, ela o realiza sob uma forma manipulável” (PÊCHEUX, [1966] 2016, p. 31) em que os gestos de interpretação e o ideológico são apagados.

Paul Henry (2013), retomando Althusser² sobre a distinção objeto real / objeto do conhecimento, ressalta a relação contraditória que se inscreve na produção do conhecimento. A contradição, portanto, é constitutiva do objeto próprio de uma ciência. “O que deve ser levado em conta, segundo o referido autor (2013, p. 27), é o par ciências-ideologias no processo de produção de conhecimento, e não apenas um dos dois termos; a divisão, o par, realizando-se concretamente de maneiras diferentes, de acordo com o modo de produção [...]”. Lembrando que não há produção de conhecimento fora da linguagem, podemos dizer que o objeto da ciência é tão contraditório e opaco como a própria língua posta em funcionamento. Ao retomar Frege sobre as questões do léxico e de referência, Henry (2013, p. 13) postula que “a língua permite criar um mundo de ficções, dar aparência de que os objetos existem, quando eles não existem”. A língua produz um efeito de presença do objeto ou do referente que, na verdade, está ausente da cena enunciativa.

Sobre a materialidade do objeto do conhecimento que possui uma espessura histórica, produzindo-se sob determinadas condições, Henry (2013, p. 16-17) destaca que

O objeto de conhecimento é tão material quanto o objeto real, mas ele é materialmente distinto. Reconhecê-lo permite precisar em que consiste a materialidade do objeto de conhecimento sem reduzi-lo a um reflexo pensado do objeto real. O objeto de conhecimento é objeto que muda, que tem uma história inscrita na história da ciência da qual é objeto, na confrontação de suas teorias, nas práticas específicas que o caracterizam, assim como nas condições históricas que produziram essa história, essas confrontações, essa prática. [...] A contradição não é, portanto, essencial; ela não faz parte da ‘ordem das coisas’, mas se inscreve no processo de produção dos conhecimentos enquanto processo histórico em que as ciências não estão sozinhas. [...] não se trata de eliminar essa contradição, mas apenas de reconhecer que praticar uma ciência é sempre, em última instância, trabalhar sua contradição específica de modo que o exame das diversas formas concretas dessa contradição permita a apreensão de seus elementos.

Pêcheux ([1966] 2016, p. 21) também se aprofunda na discussão sobre os diferentes modos de apropriação do real pelo conhecimento, sobretudo ao abordar a relação entre

² Ler *O Capital* vol. 1, p. 46-50.

práticas técnicas, políticas, ideológicas e teóricas, no âmbito mais geral das práticas sociais, destacando a relação conflituosa e contraditória entre as “ciências exatas” e as “ciências sociais”, cujos objetos mantêm relações distintas com o real. A perspectiva discursiva nos lança à contradição que, embora apagada ou silenciada, está na base da produção do conhecimento e das práticas sociais, uma vez que não há um fora da língua e de seu funcionamento. Na sequência, buscamos explorar a relação entre vazio, silêncio e produção de sentido(s).

3 A LEI, O VAZIO E O SILÊNCIO NA PRODUÇÃO DOS SENTIDOS

Para ilustrar nossas proposições, reproduzimos, abaixo, um conto de Kafka, já discutido por Agamben (2010), sobre o soldado que guarda a Lei, para, em seguida, propormos algumas aproximações que irão endereçar a hipótese postulada neste ensaio teórico de que tudo parece ser semelhante ao funcionamento da linguagem porque, de fato, tudo é linguagem. Passemos ao conto:

Diante da Lei está um guarda. Vem um homem do campo e pede para entrar na Lei. Mas o guarda diz-lhe que, por enquanto, não pode autorizar-lhe a entrada. O homem considera e pergunta depois se poderá entrar mais tarde. – “É possível” – diz o guarda. – “Mas não agora!”. O guarda afasta-se então da porta da Lei, aberta como sempre, e o homem curva-se para olhar lá dentro. Ao ver tal, o guarda ri-se e diz. – “Se tanto te atraí, experimenta entrar, apesar da minha proibição. Contudo, repara, sou forte. E ainda assim sou o último dos guardas. De sala para sala estão guardas cada vez mais fortes, de tal modo que não posso sequer suportar o olhar do terceiro depois de mim”. O homem do campo não esperava tantas dificuldades. A Lei havia de ser acessível a toda a gente e sempre, pensa ele. Mas, ao olhar o guarda envolvido no seu casaco forrado de peles, o nariz agudo, a barba à tártaro, longa, delgada e negra, prefere esperar até que lhe seja concedida licença para entrar. O guarda dá-lhe uma banquetta e manda-o sentar ao pé da porta, um pouco desviado. Ali fica, dias e anos. Faz diversas diligências para entrar e com as suas súplicas acaba por cansar o guarda. Este faz-lhe, de vez em quando, pequenos interrogatórios, perguntando-lhe pela pátria e por muitas outras coisas, mas são perguntas lançadas com indiferença, à semelhança dos grandes senhores, no fim, acaba sempre por dizer que não pode ainda deixá-lo entrar. O homem, que se provera bem para a viagem, emprega todos os meios custosos para subornar o guarda. Esse aceita tudo, mas diz sempre: – “Aceito apenas para que te convenças que nada omitiste”. Durante anos seguidos, quase ininterruptamente, o homem observa o guarda. Esquece os outros e aquele afigura ser-lhe o único obstáculo à entrada na Lei. Nos primeiros anos diz mal da sua sorte, em alto e bom som e depois, ao envelhecer, limita-se a resmungar entre dentes. Torna-se infantil e como, ao fim de tanto examinar o guarda durante anos lhe conhece até as pulgas das peles que ele veste, pede também às pulgas que o ajudem a demover o guarda. Por fim, enfraquece-lhe a vista e acaba por não saber se está escuro em seu redor ou se os olhos o enganam. Mas ainda apercebe, no meio da escuridão, um clarão que eternamente cintila por sobre a porta da Lei. Agora a morte está próxima. Antes de morrer, acumulam-se na sua cabeça as experiências de tantos anos, que vão todas culminar numa pergunta que ainda não fez ao guarda. Faz-lhe um pequeno sinal, pois não pode mover o seu corpo já arrefecido. O guarda da porta tem de se inclinar até muito baixo porque a diferença de alturas acentuou-se ainda mais em detrimento do homem do campo. – “Que queres tu saber ainda?”, pergunta o guarda. – “És insaciável”. – “Se todos aspiram a Lei”, disse o homem. – “Como é que, durante todos esses anos, ninguém mais, senão eu, pediu para entrar?”. O guarda da porta, apercebendo-se de que o homem estava no fim, grita-lhe ao ouvido quase inerte: – “Aqui ninguém mais, senão tu, podia entrar, porque só para ti era feita esta porta. Agora vou-me embora e fecho-a”.

Com base no conto acima, Agamben (2010, p. 57) se interroga sobre a Lei que vigora, que exerce um poder soberano, mas que não significa. O real da Lei, o que a

sustenta, parece ser inatingível e guardado a sete chaves. A porta da Lei, neste prisma, guardaria o nada, o vazio e, ao contrário do que se costuma pensar, a Lei não é uma entidade absoluta e imutável, à espera de ser desvendada. Ninguém, além do homem simples do campo, pede para adentrar a porta da lei que, para a maioria das pessoas, se apresenta como algo evidente e já em vigência, por isso não precisaria ser vista ou explicada. Trazendo essa discussão para questões acerca da língua(gem), podemos afirmar que a estrutura da lei se aproxima à estrutura da língua que possui uma combinação sintática mais ou menos rígida, à qual o falante precisa se submeter, embora a relação entre significado e significante, entre palavra e coisa, entre estrutura e acontecimento discursivo se sustente sobre o nada ou, empregando termos oriundos da Linguística, se sustente na arbitrariedade do signo linguístico e na ambiguidade irreduzível das línguas naturais. É o nada que tanto guardamos e que nos escapa e sempre nos escapará, pois não é passível de instrumentalização. O sentido não está colado à palavra, por isso se movimenta.

Em geral, sobretudo no discurso da ciência que se pretende neutro, imparcial, objetivo e legítimo, acredita-se ser possível ter acesso direto à substância, ao objeto real. A forma como o conhecimento que orienta as diversas práticas sociais (práticas médicas, escolares, jurídicas, etc.) é produzido parece ser apagada. Propondo um paralelo entre o conto acima e o funcionamento da linguagem, podemos afirmar que o soldado guarda o conhecimento que não é dado *a priori*, que não tem uma essência ou uma verdade essencial a ser resgatada, já que o conhecimento é tão fluido e opaco quanto a linguagem empregada para produzir ‘verdades’ científicas. Em outras palavras, o discurso da ciência é (e)feito de linguagem, que é falha e faltosa por excelência, já que algo sempre escapa à simbolização.

A metáfora do vaso e do oleiro, proposta por Heidegger e revisitada nos postulados lacanianos, pode nos ajudar a compreender a função do vazio no processo de produção do conhecimento e dos sentidos. De acordo com Corrêa,

O vazio como tal é algo em torno de que eu também posso construir alguma coisa. A metáfora é de Heidegger (1956), com a questão do oleiro. Heidegger questiona qual é a matéria prima do oleiro. É o barro que ele vai utilizar ou é o vazio? O barro para o oleiro vai ser a borda, mas o que vai fazer com que o vaso, o pote, seja de determinada forma é o vazio que vai estar circundado por essa argila. [...] Esse vazio é exatamente aquilo que o oleiro vai utilizar para circundar com argila e fazer os vasos das formas mais diversas possíveis (CORRÊA, 2001, p. 57).

Valendo-nos da metáfora acima, podemos questionar qual seria a matéria prima que está na base da produção do sentido e do conhecimento. Seria a estrutura sistematizável e lógica da língua ou o exterior impalpável e não substancializável que a constitui? Poderíamos pensar que a estrutura da língua é o barro, que a torna palpável, ao passo que o sentido nos remete ao vazio, já que está em constante movimento? O sistema de leis (eixos da seleção e da combinação) que rege a língua é a borda do falante que não pode dizer qualquer coisa de qualquer maneira, sem levar em conta o eixo sintagmático e paradigmático (SAUSSURE, [1916] 1994) que estrutura a língua. No entanto, o signo linguístico é necessariamente arbitrário, segundo Saussure, pois não há uma relação predeterminada e natural entre significado e significante. Daí a importância, para a

compreensão produzida pela AD, desse vazio que é esquecido, impalpável, mas que significa, pois traz em seu bojo determinações sócio-históricas que estão em constante mutação. Em outras palavras, o que vai fazer com que o sentido e o conhecimento sejam produzidos de determinada forma é o modo como a linguagem e a exterioridade se relacionam. Assim como não há uma forma predefinida para a feitura do vaso, não há uma forma já determinada e imutável para o sentido. O vazio não está atrelado à falta de sentido, mas à indeterminação do sentido. Em outras palavras, o sentido é vazio, mas se apresenta como pleno para o sujeito de linguagem, graças ao trabalho da ideologia na produção de evidências discursivas. Retomando Orlandi (2007), podemos afirmar que o silêncio é um vazio fecundo, pois funda a possibilidade da linguagem.

Na mesma direção, Lacan ([1971-1972] 1997, p. 53) propõe a metáfora da linguagem como uma barreira resistente à significação e que barra a relação direta entre o ser falante e o mundo, como um muro que circunda um vazio do qual se obtém um além e aquém de sentido. Há sempre um resto que resiste à significação. Nas palavras de Rehem (2016, p. 334),

É “no pé do muro da linguagem” (Lacan apud Allouch 2010, p. 287) que o ser falante irá alinhar os efeitos da articulação da cadeia significante advindos da sua relação com as coisas do mundo. Esta *res*, esta coisa, não se trata daquilo que compõe a realidade no âmbito da ciência, mas de um real que somente pode ressoar na *lalangue*.

Para adentrar a relação entre vazio, silêncio, língua(gem) e sentidos, é relevante retomarmos a noção de silêncio fundador como matéria significante por excelência e de linguagem enquanto prática de recortar esse silêncio em unidades discretas, tal como proposto por Orlandi (2007). Trata-se da ausência fundadora que clama por uma presença material e que está no cerne do funcionamento da linguagem e dos sentidos por ela produzidos. O silêncio, na relação com o dizível, é fundante e fundador. Não se trata do silêncio como ausência de palavras e de significação, mas como possibilidade do sentido outro, como espaço para o equívoco, lugar potencial de/para significação. Mais especificamente sobre a estreita relação entre linguagem, silêncio e significação, Orlandi (2007, p. 32) diz que

A linguagem é conjunção significante da existência e é produzida pelo homem, para domesticar a significação. [...] O silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo de modo fugaz. Ele escorre por entre as tramas da fala.

Tendo em vista que o silêncio “não fala, ele significa” (ORLANDI, 2007, p. 42), passamos a compreender o silêncio não pela atribuição de um sentido metafórico em sua relação com o dizer, mas por meio dos processos de significação que ele põe em jogo. O silêncio fundador é definido como “aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar” (ORLANDI, 2007, p. 24). Sobre a diferença entre a política do silêncio, que se impõe de fora para dentro, nas/pelas relações de poder e o silêncio fundador, que é constitutivo da significação, a autora destaca que “[...] a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo” (ORLANDI, 2007, p. 73). Como podemos

observar com base nas considerações arroladas, no cerne da produção do conhecimento não está a essência, o objeto real ou a substância, mas sim o silêncio, o vazio, a barreira e a contradição.

4 AFINAL, DE ONDE VEM O SENTIDO?

A língua pensada apenas como um sistema de combinações sintagmáticas e paradigmáticas, apartada da fala e da situação de enunciação, parece perder o seu valor e não produzir sentidos. Um exemplo disso é o Esperanto, que não vingou como língua universal. Apesar de ter um sistema de leis bem definido, esta língua artificial parece não produzir sentidos, pois se apresenta como uma forma sem materialidade, isto é, sem as determinações históricas, políticas, sociais e ideológicas que estão na base da constituição dos sentidos. Outro exemplo bastante frequente para quem trabalha com o ensino de línguas estrangeiras é o fato de muitos alunos reportarem ao professor que sabem bem a gramática, a estrutura da língua, que conseguem fazer qualquer exercício estrutural proposto nos livros de gramática, mas que, ainda assim, não conseguem de fato colocar a língua estrangeira em funcionamento, tomar a palavra e se inserir nesse universo simbólico. A Análise de Discurso trabalha com “a noção de *forma material* (nem abstrata, nem empírica, mas linguístico-histórica) (ORLANDI, 2016a, p. 13). Essa noção é de grande valia para refletirmos sobre o lugar da linguagem na produção do conhecimento, dos sentidos e das práticas sociais.

No que tange à produção do sentido, a exterioridade (o caráter histórico, social e ideológico do sentido) parece se sobrepor às leis do sistema da língua, tendo em vista que os sentidos não são fixos e se deslocam, se movimentam a cada acontecimento discursivo em que a língua significa em sua relação com a história, sob determinadas condições de produção. Um exemplo disso é o sentido da palavra *assédio* que, atualmente, está atrelado à esfera jurídica e ao sentido de molestar, causar dano a alguém. Hoje em dia, quando alguém diz que foi assediado, pensa-se, quase que automaticamente, em um ato ilícito passível de punição, uma vez que a este vocábulo foram associadas adjetivações do tipo: assédio moral e assédio sexual. Há alguns anos, no entanto, o dizer “eu fui tão assediada naquela festa”, por exemplo, não produzia os mesmos sentidos negativos; pelo contrário, ser assediado, neste exemplo, poderia significar ser bastante procurado ou estar sempre rodeado de pessoas.

A noção de acontecimento discursivo, proposta por Pêcheux (1997, p. 23) como “um ponto em um espaço de disjunções lógicas” nos permite compreender o equívoco, o acaso e a contingência em uma relação de disjunção (e não de junção) com a produção do sentido e das práticas sociais. Daí advém a hipótese desencadeadora deste estudo de que tudo parece ser semelhante ao funcionamento da linguagem porque, de fato, tudo é linguagem! Somos seres de linguagem. Como mencionado anteriormente, até o nosso funcionamento celular, biológico e orgânico parece se aproximar do funcionamento da linguagem. É comum, por exemplo, os médicos afirmarem que fatores externos como o estilo de vida podem ser mais determinantes do que a própria constituição orgânica e biológica do indivíduo. Talvez por isso o mapeamento genético não tenha conseguido atingir sua meta de prever todas as doenças que alguém pode vir a desenvolver: isso não depende só de fatores internos ou biológicos. Em certa medida, a empreitada do genoma humano como uma espécie de linguagem universal de todo e qualquer corpo biológico

falhou, assim como a linguagem sempre falha ao tentar comunicar algo de forma unívoca, sob a ilusão de ser possível instrumentalizar a língua e os sentidos que dela advêm. Assim como a linguagem é opaca, não transparente, e resulta de um arranjo simbólico, tal como a compreendemos na perspectiva discursiva, Chiaretti (2017, p. 154) nos esclarece que as ciências biológicas apagam o fato de um corpo “ser marcado por uma opacidade, colonizado a cada momento por um certo arranjo simbólico”, já que esse corpo é sempre atravessado e significado na/pela linguagem. Temos, aí, uma estreita relação entre o modo como a linguagem e o corpo se constituem e produzem sentidos.

Chiaretti (2017, p. 151) se lança na compreensão da produção de sentido do discurso da Engenharia Genética, em que “o “genoma humano” é significado como o texto fundamental que confere unidade à humanidade”. A autora também explora a relação que se estabelece entre corpo, sujeito e sentidos, a partir de práticas discursivo-sociais. Ao abordar o papel da ciência na produção de saberes sobre o corpo, a referida autora destaca que “a ciência, enquanto discurso, é efeito de condições históricas de produção e, por isso, não pode ser tomada como neutra e objetiva” (2017, p. 152), embora produza um efeito de neutralidade, ao colocar em funcionamento determinadas técnicas que legitimam o discurso da ciência tais como o uso de estatísticas, de dados quantificáveis, a indeterminação do sujeito, generalizações, etc. Nas palavras da autora (2017, p. 153), “as ciências biológicas se configuram como um terreno fértil para o recobrimento pensamento/linguagem/mundo, na medida em que produzem “métodos de apreensão do real” reconhecidamente aceitos e legitimados”. Acredita-se, portanto, que há uma relação direta entre pensamento e mundo na produção do conhecimento, esquecendo-se da natureza opaca e não transparente da linguagem e de seu funcionamento.

Darwin, em sua obra de 1859, *A origem das espécies*, já destacava o papel determinante do meio para transformação e evolução das espécies. O fato de uma espécie ser ou não ser de determinada maneira, isto é, apresentar determinada constituição orgânica e biológica dependeria, segundo o autor, de condições externas ao organismo vivo. Isso explicaria o porquê da existência de uma variedade de seres vivos na natureza. A própria natureza faz uma ‘seleção natural’ que é determinante para a sobrevivência e evolução de determinada espécie. Sobre a impossibilidade de fixar as leis que governam os caracteres herdados geneticamente, Darwin afirma que:

The laws governing inheritance are quite unknown; no one can say why the same peculiarity in different individuals of the same species, and individuals of different species, is sometimes inherited and sometimes not so; why the child often reverts in certain characters to its grandfather or grandmother or other much more remote ancestor; why a peculiarity often transmitted from one sex to both sexes, or to one sex alone, more commonly but not exclusively to the like sex.³

³ “As leis que governam a hereditariedade são bem desconhecidas; ninguém pode dizer por que a mesma particularidade em diferentes indivíduos da mesma espécie, e indivíduos de diferentes espécies, às vezes é herdada e outras vezes não; por que a criança frequentemente retorna a certas características de seu avô ou avó ou de ancestrais muito mais distantes; por que uma peculiaridade muitas vezes transmitida de um sexo para ambos os sexos, ou para um sexo sozinho, é mais comumente mas não exclusivamente transmitida para o mesmo sexo” (tradução nossa).

Na citação acima podemos observar o quanto as leis que governam a hereditariedade também estão sujeitas ao acaso, às contingências, e o quanto é difícil precisar e fixar tais leis. Fazendo um paralelo com a linguagem e com a produção do sentido e do conhecimento, podemos afirmar que não há leis fixas e rígidas que garantam a produção de certos sentidos e não de outros. O vazio, a contingência e a exterioridade jamais se apagam e não são passíveis de controle. É como num jogo: por mais que saibamos as regras a seguir e que estas sejam fixas, o resultado da partida é sempre inesperado. Na citação de Darwin, as leis que governariam a herança genética também são, em grande medida, desconhecidas, por mais que possam ser observadas, descritas e estudadas. Há sempre um resto que resiste à simbolização, mas que não inviabiliza a produção do conhecimento, pelo contrário, o desloca, o produz o tempo todo. Não se trata de simplesmente questionar se o objeto de conhecimento permite ou não a apropriação do objeto real, mas de olhar para a contradição constitutiva da Ciência e das práticas sociais, tendo em vista que estamos fadados à errância simbólica, pois há linguagem que só significa na relação com a exterioridade que é constitutiva dos sentidos.

Tomando de empréstimo as palavras de Pêcheux ([1966] 2016, p. 21) “quando se trata de avaliar o estatuto de uma prática que pretende alcançar a categoria de ciência”, não nos preocupa “decidir sobre seu caráter lícito ou ilícito”, mas sim, acrescentaríamos, compreender como esse conhecimento se produz e se legitima, afetado pela exterioridade. Ao postular a contradição “inerente à construção do objeto próprio de toda ciência”, Henry (2013, p. 15) se vale de uma citação de Lacan do seminário XI sobre os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise, quando Lacan se interroga a respeito da cientificidade da Psicanálise: “Pode-se sustentar que uma ciência é especificada por um objeto definido, pelo menos por um certo nível de operação, reprodutível, que chamamos experiência. Mas devemos ser muito prudentes porque esse objeto muda, e singularmente, no curso da evolução de uma ciência” (LACAN apud HENRY, 2013, p. 15-16). Assim sendo, podemos afirmar que é muito mais a ‘escolha’ do objeto que define e localiza uma ciência, do que o conhecimento sempre mutável produzido a partir deste objeto. Trata-se, portanto, de não ignorarmos ou silenciarmos o caráter histórico, social e ideológico, inerente ao processo de produção do conhecimento e que traz em seu bojo a contradição e o equívoco próprios à linguagem e à produção do sentido.

Já que o sentido não é fixo, nem está colado à palavra, destacamos a importância de atentar para os gestos de interpretação ou, para usar um termo saussuriano, para o *ponto de vista* que está presente na definição do *objeto* de uma ciência. De modo geral, no processo de produção do conhecimento científico, o gesto de interpretação se apaga para aparecer como evidência e verdade imaginariamente guardada e descoberta por uma ciência e não como um saber construído discursivamente, sob determinadas condições de produção. As reflexões e exemplos aqui apresentados reforçam a importância de se considerar a exterioridade, aquilo que a princípio nos escapa e que é crucial para a produção do conhecimento, dos sentidos e do sujeito.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- CHIARETTI, P. Corpo e sujeito no discurso da engenharia genética. In: *Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 40, p. 151-165, jul.-dez. 2017.
- CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J. M.; PÊCHEUX, M. (Org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da UNICAMP, [1981] 2016.
- CORRÊA, I. *A Psicanálise e seus paradoxos: seminários clínicos*. Salvador: Ágalma; Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2001.
- DARWIN, C. R. [1859] *The Origin of Species*. Wordsworth Editions Limited, 1998.
- HENRY, P. *A ferramenta imperfeita*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- KAFKA, F. Diante da lei. In: KAFKA? *Um Médico Rural* (contos). São Paulo: Editora Brasiliense [1919] 1991.
- LACAN, J. (1971-1972 [1997]). *O saber do psicanalista*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife (publicação para circulação interna).
- ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Editores: 1999.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. Nota introdutória à tradução brasileira. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J. M.; PÊCHEUX, M. (Org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016a. p. 9-16.
- ORLANDI, E. Ler Michel Pêcheux hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux – textos selecionados*. Campinas: Pontes Editores, 4. ed., 2016b. p. 11-20.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, M. [Thomas Herbert (1966)]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2016. p. 21-54.
- REHEM, C. O amor e o (a)muro frente à impossibilidade da relação sexual. In: LEITE, N.; AIRES, S. [Org.]. *Prática da letra, uso do inconsciente*. Campinas: Mercado de Letras, 2016. p. 333-338.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, [1916] 1994.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Allan Strottmann, aluno egresso do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Univás, cujas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento e embasamento do presente estudo. Agradeço, ainda, às minhas filhas, Luiza e Beatriz, cujas conversas sobre a produção e circulação do conhecimento na instituição escolar também motivaram a escolha temática deste estudo.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210203-11119>

Recebido em: 04/12/19 | Aprovado em: 16/06/21

THE HYBRID RHETORICAL ETHOS

O ethos retórico híbrido | El ethos retórico híbrido

Samuel Mateus*Universidade da Madeira (UMA), Faculdade de Artes e Humanidades,
Departamento de Línguas, Literatura e Cultura, Funchal, Portugal

Abstract: There are three main schools for the study of the ethos: the pragmatic-discursive; the symbolic interactionist, and the rhetorical one. This paper aims to give an encompassing and fuller perspective on the rhetorical ethos that can be useful to the contemporary uses of the persuasive communication, including media communication such as advertising or marketing communication. Primarily, it outlines the conceptual employments ethos has suffered by through different subjects. Subsequently, it briefly enumerates the major rhetorical traditions; lastly, it postulates the rhetoric ethos as a hybrid notion that includes both a projected and an intended dimension. We hope this distinction allows us to better will envisage the persuasive communication further than the forum/ agora and its several digital uses in the 21th century.

Keywords: Ethos. Rhetoric. Discursive Ethos. Projected Ethos. Persuasive Communication. Media Communication.

Resumo: Existem três escolas principais do estudo do ethos: a pragmático-discursiva; a interacionista simbólica, e a retórica. Este artigo tem como objetivo dar uma perspectiva abrangente e mais completa sobre o ethos retórico que pode ser útil para os usos contemporâneos da comunicação persuasiva, incluindo a comunicação de mídia, como publicidade ou comunicação de marketing. Começa por delinear os empregos conceituais que o ethos tem sofrido em diferentes disciplinas. Em seguida, enumera sumariamente as principais tradições retóricas. Por último, ele postula o ethos retórico como uma noção híbrida que inclui uma dimensão projetada e uma dimensão pretendida. Espera-se que esta distinção permita melhor prever a comunicação persuasiva para além do fórum/agora e seus diversos usos não-presenciais no século XXI.

Palavras-chave: Ethos. Retórica. Ethos discursivo. Ethos projetado. Comunicação persuasiva. Comunicação de mídia.

Resumen: Existen tres escuelas principales del estudio del ethos: pragmático-discursiva; interaccionista simbólica, y retórica. Este artículo tiene el objetivo de demostrar una perspectiva amplia y más completa sobre el ethos retórico que puede ser útil para los usos contemporáneos de la comunicación persuasiva, incluyendo la comunicación de media, como publicidad o comunicación de marketing. Empieza por delinear los empleos conceptuales que el ethos hay sufrido en diferentes signaturas. A continuación, enumera brevemente las principales tradiciones retóricas. Por último, postula el ethos retórico como noción híbrida que incluye una dimensión proyectada y una dimensión pretendida. Se espera que esta distinción permita anticipar mejor la comunicación persuasiva allá más del fórum/ahora y sus diversos usos no presenciales en el siglo XXI.

Palabras clave: Ethos. Retórica. Ethos discursivo. Ethos proyectado. Comunicación persuasiva. Comunicación de media.

* Docente PhD no Campus Universitário da Penteadá, gab. 1.47 – Funchal, Portugal. Labcom. IFP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1034-6449>. E-mail: samuelmateus@uma.pt.

1 INTRODUCTION

If one had to say what is the main asset on the rhetorical systems, the triadic structure of logos, pathos and ethos would be one of the first to be mentioned. Indeed, if we approach rhetoric's persuasive communication from the audience standpoint, we face pathos; beginning from the speaker we face ethos; and beginning rhetoric from the speech standpoint we have logos and language. In each case, rhetoric assumes a tripartite division and this triad is the very core of rhetoric from which derives its own system on persuasive communication. "Of the modes of persuasion furnished by the spoken word there are three kinds. The first kind depends on the personal character of the speaker [ethos]; the second on putting the audience into a certain frame of mind [pathos]; the third on the proof, or apparent proof, provided by the words of the speech itself [logos]. Persuasion is achieved by the speaker's personal character when the speech is so spoken as to make us think him credible" (Aristotle 1356a).

Historically, we have different types of rhetorical emphasis put into each of this artistic proofs (Aristotle, 1959) giving rise to distinct forms of persuasion: to Plato the importance of rhetoric lies in the possibility of a virtuous ethos of the speaker made only possible by the logos. True speech is considered a way to knowledge (*episteme*). To Cicero, the emphasis in speakers' eloquence will make him highlight the pathos along with the logos. And in contemporary advertising, the focus is still in the pathos even if ethos has become increasingly dominant in the brand communication.

The last decades showed a renewed interest in these artistic proofs, not just because their intrinsic value, but also because the emergence of communication media and digital communication brought serious challenges to the traditional theory of classic rhetoric (McQuarrie & Phillips, 2008; Doan, 2017; Mateus, 2018a), especially the ethos.

The first systemization of the rhetorical ethos comes from Aristotle's *Rhetoric* in which he describes ethos: "The orator persuades by moral character when his speech is delivered in such a manner as to render him worthy of confidence; for we feel confidence in a greater degree and more readily in persons of worth in regard to everything in general, but where there is no certainty and there is room for doubt, our confidence is absolute." (Aristotle, 1355b). Ethos consubstantiates the persuasion by the character, that is, the appeal to the authority and credibility of the speaker. It concerns his expertise but also his moral authority. Aristotle also indicates the three fundamental components of the speaker's ethos: "There are three things which inspire confidence in the orator's own character—the three, namely, that induce us to believe a thing apart from any proof of it: good sense (*phronesis*), good moral character (*areté*), and goodwill (*eunoia*)" (Aristotle, 1378 a). To Aristotle, the ethos is an artistic proof presented by the speaker to cause good impression and gain audience's trust. They emerge from the character traits that the speaker show to the audience in order to cause a positive imprint (Barthes, 1970). It's not about the character as a characteristic of a person or social group, but traits of character that are perceived by the audience.

The ethos Aristotle presents in his *Rhetoric* is, thus, of a different kind from the Ethos present in *Nicomachean Ethics* or *Politics* treatise (Maingueneau, 2002). In this case, the ethos concerns only what is actually said in the speech (Kennedy, 1991: 39) and

this is the reason why Aristotle considers it as an intrinsic or artistic proof. So, to Aristotle authority (*ethos*) derives from the speech, not from the social status, reputation or wealth – as these are inartistic or extrinsic elements of persuasion. Ethos is a consequence of speech or a discursive effect (Maingueneau, 2002) that primarily has to do with enunciation. The speaker's character is not negligible. Yet, the confidence the audience deposits in him comes mainly from his ideas and the moral character he presents to them. "Aristotle (...) associates ethos not primarily with the orator's reputation for being [a good] soul but rather with the actual rhetorical competence displayed in the orator's discourse" (Hyde, 2004, p. 13).

This is an important point since Aristotle's conception overlooks fundamental aspects of ethos related to reputation and status, and their impact on persuasion. It seems Aristotle was focused on a specific use of authority and credibility (speech), specific communicative situations (a speaker talking in the presence of an audience) and a specific social context (mainly political).

This paper aims to give an encompassing and fuller perspective on the rhetorical ethos that can be useful to the contemporary uses of persuasive communication, including media communication such as advertising or marketing communication.

It starts by accounting the conceptual employments ethos has suffered by different disciplines. Next, it will briefly enumerate the main Rhetorical traditions. Lastly, it will posit rhetoric ethos as a dual notion that includes a thematic and a projected dimension. Hopefully, this distinction better enables us to envisage persuasive communication beyond the forum/agora towards its manifold, digital uses in 21th century¹.

2 ETHOS CONCEPTUAL DISPLACEMENT

Although ethos emerged first in the rhetoric field, it has been broadly applied in human and social sciences. Given it is a practical concept describing the different strategies to claim a self-image, the ethos has been subject to the attention of different disciplines, including discourse theory (Mota&Salgado, 2008; Maingueneau, 2008; Burbea, 2014).

Because communication is not more conditioned to the oral speech of classical rhetoric, the study of ethos today can only succeed if it contemplates its many facets. The ethos is not a unitary notion but a complex one that it is approached by distinct disciplines, theoretical contexts, and methodological aims (Mangueneau, 2008, p. 13). Auchlin (2001: 78) remarks that the ethos is susceptible to variation: it can be more concrete or more abstract depending on tradition and on the translation of the Greek concept. Character, moral, image, habits, costumes, "air", authority, all these can be understood according to a visual, musical or psychological approach. If it has traditionally been associated with eloquence and orality, it can also be linked to written texts as well as collectives or institutional speaker (for instance, advertising rhetoric).

¹ For instance, Silva (2014) explain how television hosts tend to build their ethos.

There are two main schools of the study of the ethos besides the rhetorical one: the pragmatic-discursive and the symbolic interactionist.

The pragmatic-discursive approach of the ethos dates from back the 1980 when Ducrot (1984) integrated the ethos into a polyphonic theory of enunciation, and is today continued, among others, by Mangueneau (1999) and Amossy (2001). Ethos is, in this case, grounded on the efficacy of the written or spoken word and on the speaker (*locuteur*). So, the relationship between *locuteur* and *allocutaire*, between the speaker and those he directly or indirectly addresses to is central. The discursive school of thought on the ethos distinguishes between a discursive ethos (an ethos built by and within the discourse) and a pre-discursive ethos, one that pre-exists the enunciation act possessing a social contour which imposes to the communicative act and discourse itself (Mangueneau, 1999).

Amossy (2005, p. 121) emphasizes also a pragmatic approach that we can include within the discursive school because it will also focus the enunciative dispositive and discursive construction. It culminates, for instance, in stereotypes since all speakers tend to speak within a social group that holds a given *doxa* and a given way to refer to the world.

The symbolic-interactionist approach of ethos is less known but it can be traced back to the work of Goffman (1974) and the construction of the self-image in social interaction. The self-image (*l'image de soi*) concept is very close from the idea of an ethos since it involves the construction of a belief in the social role the individual performs. The interactionist approach privileges the notion of negotiation: the individual or speaker conveys an image, for instance, of expertise that is constantly negotiated and demands a constant flow of communication that supports the conveyed self-image (Burbea, 2014, p. 10).

This negotiation dimension tends to be absent in the rhetorical ethos. As we have remarked in the introduction, Aristotle posits ethos as a discursive act totally controlled by the speaker. The rhetorical speaker is the sole responsible by its ethos, while in the interactionist ethos, individual's self-image is a continuous process requiring the audience. Instead of being there, the ethos consists in a dynamic adaptation to the social interaction. It is strictly related to the way the interaction develops itself. Ethos is, thus, a negotiated self-representation and results from a generalized process of symbolic exchange.

While in the pragmatic-discursive approach of the ethos, the image (authority and credibility) of the speaker is strongly linked to enunciation and discursive production, the social interactionist approach of ethos stresses that the authority and credibility is a dialogic instance that puts both the speaker and the audience into relation. It is no more strictly dependent on discourse and cannot be seen as a given.

These two seminal approaches do not jeopardize the rhetorical ethos. In fact, they are all inter-related and these displacements point to the fact that ethos is an instable notion that is subject to different conceptual articulations.

Having said this, we turn – succinctly – into the specificity of the rhetorical school of ethos.

3 RHETORICAL ETHOS TRADITIONS

The study of ethos from a rhetorical perspective has flourished in the 20th century and it has been accomplished through the classical rhetorical-literary tradition (Gill, 1984). Since the beginning, it has been profoundly influenced by Aristotle's *Rhetoric* (Wisse, 1989; Braet, 1992).

Two traditions inside the rhetorical approach to ethos can be further distinguished.

The first tradition centres around Aristotle's conception that sees ethos as a moral revelation of the speaker's character which pre-exists discourse and, as such, it is reflected or poured into the rhetorical discourse. We find already this perspective in Plato when Socrates, in the *Gorgias*, says that morality is not inherent to rhetoric and claims that only philosophy can guide rhetoric to be in service of virtue, that is, only the moral character that philosophy makes virtuous can guide the orator to persuade beyond merely personal gain (as sophists). When Aristotle says: "for we feel confidence in a greater degree and more readily in persons of worth in regard to everything in general (1356 b)" he is using the Greek word *epieikeia* denoting a person who was reasonable, fair or morally good. So, the ethos came to be known as *epieikeia* assuming its ethical and moral contours. Isocrates, in *Antidosis* also conceives ethos in this way: "...[t]he man who wishes to persuade people will not be negligent as to the matter of character; no, on the contrary, he will apply himself above all to establish a most honorable name (*hôs epieikestatên*) among his fellow-citizens" (Isocrates *apud* Žmavc, 2012, p. 184).

The second tradition relates to the *topoi* or argumentative strategies and is associated with the sophists. Žmavc (2012, p. 185) argues that *Rhetoric to Alexander* exhibits many examples on argumentative strategies based on character presentation (*ethos*). They show how ethos was used to produce a certain effect on the audience and frequently was used in order to reinforce argumentation and justify certain conclusion. Character presentation is used as a means to gain the goodwill of the audience, as Cicero in *De Inventione* remarks.

Perelman and Olbrechts-Tyteca's *New Rhetoric* (1979) can be described as a modern update on the theory of argumentation and illustrates also this tradition. Although ethos is not subjected to extreme attention, Perelman and Olbrechts-Tyteca presuppose ethos when they talk about the importance of the premises of prior agreement.

In the next section, I want to disclose a third tradition, one that opens space to think the use of ethos in today's mediated world.

4 A HYBRID RHETORICAL ETHOS

Following the pragmatic-discursive and the social interactionist approaches to ethos and along the rhetorical approach, I advance a third tradition in the rhetorical ethos study. It synthesizes the earlier traditions and, at the same time, it adds a new dimension to it. I call this approach a hybrid rhetorical ethos.

Maingueneau (2008) was the first author to mention the hypothesis of a *hybrid ethos* calling attention to the socio-discursive nature of ethos. He is mainly concerned with the discursive ethos, not a rhetorical ethos, that is, the use of discourse to build character as a means of persuasion. According to Maingueneau, the discursive ethos cannot be properly taken without its communicative context and a concrete socio-historical situation. By one hand, ethos is a discursive production and it departs from the exterior image the speaker projects. It is a process of influence that arises from discursive practices (Maingueneau, 2008, p. 17) and given it is proposed in the discourse analysis framework, it differs greatly from the rhetorical ethos. By other hand, ethos is a discursive production that is not isolated from the discursive practices of a society. As such, it presents, according to Maingueneau, a hybrid nature.

I want now to extend this notion of a hybrid ethos and applied it to rhetoric.

I claim the rhetorical ethos is a hybrid notion but, in this case, that does not point exclusively to its socio-discursive nature. Instead, the rhetorical ethos is hybrid because it is simultaneously a discursive and a non-discursive practice. Unlike the aristotelic ethos, I propose to see the rhetorical ethos as both a result of the speaker discourse and a result of its reputation and public image. While Aristotle argues good speech builds a good character, I emphasize that, at the same time, the public image of the speaker also helps to build a good discourse and to secure an esteemed ethos. A hybrid conception of the rhetorical ethos considers also the extra-verbal dimensions of persuasive communication including its reputation, fame, celebrity, non-verbal communications, status, publicly perceived personal qualities and personality. In a short-sentence: the hybrid rhetorical ethos means the recognition of a multiform and polymorphous work on the speaker's character.

This wide perspective on the rhetorical ethos was first alluded by Isocrates and Quintilian. Both classical authors emphasize the importance of the speaker status (what the audience knows about him) opening path to an enlarging conception of the ethos that is pre-oratorical and pre-discursive. Quintilian, in his *Institutio Oratoria* even tells us that what the audience knows about the speaker have more impact than the word he utters in the moment he tries to convince them (Burbea, 2014, p. 8). The confidence that the speaker inspires – before the delivery of the speech – about a given subject seems more important than his own speech on the subject. A hybrid ethos presupposes, then, a strong interdependency between the rhetorical performance and the moral character. But this reciprocity goes beyond the causality relation assumed by Aristotle (discourse as building the ethos) and precedes the very moment of rhetorical performance and speech delivery. It also prolongs the ethos beyond the specific time of rhetorical performance.

This hybrid notion is paramount in advertising.

There are ads that exist only as a kind of argument of authority and are, almost integrally, based on the speaker ethos. Ads from L'Oreal, Nike, Pepsi, among others, use celebrities, sports men and women and public figures to convey their ethos to the products and brands they advertise. These ads consist exclusively in public figures (indirectly) recommending a given brand or product. More important than describing the qualities of the product, these ads rely on the ethos of the public figure to inspire audience's trust and confidence in the brand. Because of that, many brands ceased to sponsor some athletes

exactly because their public or private actions putted in jeopardy their moral character, and therefore, the ethos of the brand they advertise for. This happened in 2014 when Adidas pondered to cease and eventually reduced its sponsorship by 80.000 Euros to football player Luis Suárez after the athlete bit an adversary during a World Cup match between Uruguay and Italy². This occurs because of the importance of the rhetorical ethos to the brand that in this case originated in a word-famous athlete and culminated in the potentially damaging of the Adidas ethos.

There is also a second line of thought that posits the rhetorical ethos as a hybrid notion.

The ethos is associated with the personality of the speaker but it cannot be reduced to it. The hybrid notion of the rhetorical ethos respects likewise his demeanour, attitude and past actions.

A hybrid rhetorical ethos traces a *continuum* between rhetorical performance and character positioning (ethos) of the speaker while it accentuates the discursive and the pre-discursive aspects of persuasive communication, as well as its verbal and non-verbal aspects. The ethos is not just claimed by what the speaker says, it also vindicated by what he does (both before and after the speech situation). The ethos is also latent in what is not being said and frequently it is betrayed in the little hesitations, in the selection of words, in the body language or even by events of his personal and private life. When a speaker faces an audience is not just facing its judgement; it also facing what the audience thinks about his public and private actions.

In fact, the rhetorical ethos does not depend solely on the orator; it is also a product of the audience. Rhetorical ethos may start with the speaker but exists only when it is perceived, evaluated and integrated by the audience. The ethos is a shared production between speaker and audience. It is also a central notion to the audience since it is the audience that judges the moral character of the orator. This judgement has to do with evaluating the orator conformity to social-binded morality. So, while the speaker (indirectly) claims an ethos by his words and his deeds, it is the audience that must acknowledge it. That's why the ethos is a co-production of orator and audience and is a place of symbolic exchange. The ethos is moral and social image of the speaker but is also the result of a proceed of conceding it importance and conformity to moral rules by the audience.

That's why, the rhetorical ethos needs to be successful. And this takes us to the distinction between the intended ethos and the produced ethos.

5 THE PROJECTED AND THE INTENDED ETHOS

In the last section, I traced two lines of thought about the hybrid nature of the rhetorical ethos: by one hand, it goes beyond discursive practices and the time/place of rhetorical performance. By other hand, ethos if hybrid because it results from a co-production between the orator and the audience. Respectively, this corresponds to the distinction between projected ethos and the intended ethos.

² The case had been given wide attention by the media. See <https://bit.ly/37bWuMa>.

Because rhetorical ethos is not limited to the propositional content of the orator's discourse, it is useful to separate between the ethos that it is built in discourse and clearly stated (ex: "I am one to the leading experts in this field, seen my many world awards, and recommend you to buy this particular product or brand") and the ethos that is alluded to, insinuated, presupposed or indirectly stated. Dascal, for instance, separates between a thematised ethos and a projected ethos (2005, p. 61).

We take this latter notion further and argue that the hybrid nature of rhetorical ethos points to the projected ethos, especially in contemporary persuasive communication.

While the thematised ethos can openly be discerned and recognized, the projected ethos is not exclusively verbal and manifests itself in several semiotic modes of signification. The projected ethos is an indirect path to credibility coming from the emanation of trust. It encompasses, thus, the idea of a non-discursive ethos. The concept of immediacy is not far from the projected ethos. Immediacy describes the actions reducing the perceived distance between two or more persons. Mehrabian (1972: 6), who first coined the term, defines it as "the behaviour which increases mutual sensory stimulation between two people" and believed it produced closeness and positive attitude towards the other. Researchers found that immediacy behaviours (nonverbal clues including, eye contact, tonality, body tenseness, style and vocal elements) indicate warmth and positive belief, communicate personal involvement and show availability and inclusion (Andersen *et ali.*, 1979). The projected ethos involves immediacy in which the speaker's communicative power is used to improve interpersonal relationships and posit strong positive perceptions about a person's character.

The projected ethos takes its efficacy from being not always consciously perceived by the audience. The audience cues the character of the orator, not just because his expertise, authority or reputation but, mostly, because of his manners, attitudes and non-verbal prompts. So, the audience tends to assume them. In this sense, the audience is not evaluating, judging or approving the speaker's ethos. It is merely focused in him and this way the projected ethos is not subjected to audience's rational assessment. More than invoked, the character is implied. And it is this casual suggestion of the projected ethos that makes the speaker trustworthy, reliable and honest.

What we observe in advertising, live speeches or even television and internet speeches is not so much the discursive production of an explicit ethos of the orator/brand but the many ways he projects its character.

Take for example, the case of Hillary Clinton wincing to her audience during her United States presidential campaign in 2016. Is this a matter of ethos? No doubt. But, is this a discursive and explicit production of her ethos? Not really. She does not say anything, although her recurrent actions imprint in the audience a perception about her character. Hillary was constantly grimacing to their audience, making eye-contact, smiling, gesturing, reacting to the applause. This is better described as an indirect production of her ethos making her an accessible person, sensible and focused in their audience. It alludes to their supposedly sympathetic nature, a kind of candidate of the people. This is, above all, a projected ethos: it seems natural, spontaneous, unintentional and unimportant, yet, it supplies crucial (non-verbal) cues about the character of the speaker.

The projected ethos is especially important in today's advertising and marketing efforts. Brands do not need to fully state their ethos: they just need to insinuate, that is, to project their ethos. So, if a brand posits itself as *premium*, it may achieve it through ethos. But, above all, it will instil in the audience's minds (its clients and brand fans) its ethos by the events it promotes, the celebrities it sponsors, the size and elegance decorations of its stores, or even the way it delivers the product to the customer (including packages). This is not a linguistic discursive production of ethos but a projected one. Ethos is also outside linguistic enunciation. It manifests indirectly, yet it is primordial to audience's perception of the brand ethos.

The second line of thought about the hybrid nature of the rhetorical ethos concerns the active role the audience in producing the orator's ethos. It is useful, in this case, to differentiate between the intended ethos and the effective, real produced ethos. Indeed, the intended ethos by the speaker is not always coincident with the produced ethos seen (and interpreted) by the audience.

Retaking the example of Hillary Clinton, one could remark that the ethos projected by wincing may be interpreted, assumed or understood in a way radically different from the one initially intended. Instead of projecting warmth and humanity, audience members can think in it as an artificial, second-thought, public-relations, strategic attitude. So, the intended ethos of giving the presidential candidate a warm character may be totally different from the produced ethos as taken by the audience.

The gap between intended ethos and produced ethos is crucial from a rhetorical standpoint and especially in a time of intense mediatization.

Given the multiple angles, images, videos, and discourses that are accessible at any given point in time or place, persuasive communication is now more sensible to the ways the produced, effective speaker's ethos (taken by the audience) confirms or jeopardizes the intended ethos. Since audience members have almost infinite information about speakers, brand and organizations (ex: the Instagram and Facebook account everyday update information about the orator) and what they are doing, media impose a new condition to speakers: they must always try to be coherent between the intended ethos they project (or that they explicitly and discursively state) and the produced ethos perceived by the audiences. The fragmentation of visibility brought by modern media (Mateus, 2017) accentuates the hybrid nature of rhetorical ethos by imposing speakers with the need to always conform to the explicit ethos. But audiences are in constant evaluation of contemporary speakers and may signal incongruences between what is intended (including what is said and what is projected) and what they infer from it – the produced ethos has received by the audience.

In fact, many contemporary scandals (Thompson, 2000) emerge from this discrepancy between the intended ethos orators try to control and the produced ethos interpreted by audiences. Media shows examples of produced ethos that are not compatible to the initial, intended, rhetorical ethos. A good example of this is the case of a Portuguese national deputy (Ricardo Robles) that, in his political discourses, argued against real estate speculation, but had sold a building by almost five times his initial cost

shortly after he had bought it, as a national newspaper made public³. So, the intended ethos explicit in his political discourses were rapidly put into check after media publicly spread a behavior that showed an ethos in total contrast to the intended one. In this case, the deputy was, indeed, forced to resign in order to not affect the ethos of his political party.

In sum, the hybrid nature of the rhetorical ethos obliges us to consider these two additional dimensions: how it is projected (this is, produced indirectly beyond linguistic discourse) and how it is dialogically co-produced with their audiences (this is, how the effective produced ethos departs from the intended one).

6 CONCLUSION

In order to explain what was meant by a hybrid nature of ethos, this paper briefly enunciated the main approaches that have been working in this notion: besides, the rhetorical tradition, it briefly talked about the pragmatic-discursive and the symbolic interactionist approaches. The objective was not to present a fully assessment on those disciplines but to start differentiating them from the rhetorical approach that specifically relates ethos to persuasive communication.

Within the rhetorical approach to ethos, two main traditions were enunciated: ethos as moral revelation of the speaker's character (which be traced to Aristotle); and ethos used as *topoi* or argumentative strategies. A third rhetorical ethos tradition was suggested: a perspective of a hybrid ethos in rhetoric that extrapolates the discursive as well as spatial and temporal boundaries of the orator's speech. By a hybrid nature of rhetorical ethos, it was meant all the contextual and non-verbal injunctions that helps to build the authority and character of the orator (before and after the rhetorical performance) and that tended to be disregarded (or object of minor attention since Isocrates and Quintilian's broader conception of the ethos is not dominant in literature) by the two traditions of conceiving ethos in traditional rhetoric.

It was argued that this crossbred nature of the rhetoric ethos is composed by the projected ethos and the intended ethos, as well as an effective and produced ethos, two concomitant conditions of ethos building. If these conditions may be deemed helpful it is just because they synthesize a vast literature on this subject that opens the possibility of renewing the rhetorical ethos theory, just like Discourse and Pragmatics Studies had recently made to the concept of ethos.

Probably the most useful contribution of conceiving the hybrid nature of ethos is to enlarge it towards the audience.

In fact, it was claimed that ethos is not just produced by the orator, not just produced while he speaks; in contrast, ethos is also produced by behaviour choices and non-verbal communication (including design and multimodal communication), as well as symbolic attributions related to the speaker but also to the venue or medium through which he communicates. Sometimes a speaker makes the audience perceive him as important, not

³ <https://sol.sapo.pt/artigo/620460/ricardo-robles-teve-predio-a-venda-por-5-7-milhoes-de-euros>.

just by what is says but how he performs and incarnate his ideas. Classical oratory, for instance, was embodied by all the formal values of roman society, including *dignitas*. This *dignitas* (the speaker's demeanour, appearance, gestures, voices, volume, movements, etc) must likewise be included in the construction of the orator's ethos.

By other hand, a great advantage of envisioning ethos as a hybrid notion of persuasive communication has to do with the possibility of see it dialogically.

The distinction between an intended and a produced ethos stresses the fact ethos is a co-produced instance: both speaker and audience actively contribute to erect the (perceived) character of the orator. The speaker is the main producer of the ethos – as all literature on classical rhetoric underscores. From him depends a self-image he wants to project towards the audience. But, at the same time, that projected image of the self must be recognized and acknowledged in order to be effective. This is to say ethos is not only a quality showed by the speaker; it is also a quality the audience must perceive and accept. In other words, ethos is first produced by the speaker but, in second place, it is produced by the audience when it identifies the intended ethos (responsibility of the speaker) as the same of the perceived ethos (responsibility of the audience). Ethos is, then, co-produced since both speaker and audience assume different responsibilities in the construction of the ethos: the speaker assumes the obligation to provide and claim a given ethos, while the audience assumes the obligation to recognize and accept it.

There is, still, a third advantage of considering a hybrid ethos. This encompassing and dialogical conception of the rhetorical ethos is better suited to the challenges of modern mass communication. Today's Media Rhetoric (Mateus, 2021) is substantially different from the classical times and not always assumes an argumentative dimension. A hybrid ethos is better equipped to describe media communication since it is no longer done predominantly in verbal ways. Media communication such as advertising does not rely in long speeches in order to build the speaker/brand ethos; instead, it is based on visual communication and their discourses need to be extremely concise in order to fit the 30 second advertising spots. So, media is changing the way ethos is built. And with more and more interactive technologies of digital communications, ethos is no longer a one-way, unidirectional, linear process. Building reputation and authority - ethos - is now largely dependent on how media (and their professionals like journalists) deal, portray and disseminate the intended ethos of the speaker/brand. Because it relates both speaker and audience, media communication heightens the dialogical dimension of the hybrid nature of the ethos. And because modern Media are largely based on visuals (television, you Tube, Facebook, Instagram, Websites), any study on the ethos formation, in our times, need to account the projected ethos and its several ways to build ethos beyond the strict oral or the written word.

As a final remark, I stress that what was first indicated by Isocrates and Quintilian (the ethos being related with a reputation preceding the speaker) is, in our days, a crucial aspect of building the speaker's ethos. And since Media have rendered complex this construction of the rhetorical ethos, it is even more urgent to pay attention to the attributes ethos presents to us in the context of an extremely mediatised world. The perspective on the hybrid nature of the rhetorical ethos seems, thus, crucial to open new possibilities of study rhetoric in Media.

REFERENCES

- AMOSSY, R. (2001). Ethos at the Crossroads of Disciplines: Rhetoric, Pragmatics, Sociology. *Poetics Today*, 22(1), 1-23.
- AMOSSY, R. (2005). "O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: Amossy, R (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ANDERSON, J.F., Anderson, P.A., & Jensen, A.D. (1979). "The measurement of nonverbal immediacy". *Journal of applied communication research*, 7,153-180
- ARISTOTLE (1959). *Ars Rhetorica*. Edited by W. D. Ross. OCT. Oxford: Oxford UP.
- AUCLIN, A. (2001). "Ethos et expérience du discours: quelques remarques ». In: M. WAUTHION; SIMON (éds.). *Politesse et idéologie. Rencontres de pragmatique et de rhétorique conversationnelle*. Louvain: Peeters, 2001, pp. 77-95
- BARTHES, R.. (1970). "L'ancienne rhétorique. Aide-mémoire", *Communications*, Paris: Seuil, n° 16, pp. 172-229.
- BOLATITO, O. (2012). « Linkage between Persuasion Principles and Advertising", *New Media and Mass Communication*, Vol.8
- BRAET, A. (1992). "Ethos, Pathos and Logos in Aristotle's Rhetoric. A Reexamination". *Argumentation*, 6, 307-320.
- BURBEA, G. (2014), "L'ethos ou la construction de l'identité dans le discours", *Bulletin of the Transilvania University of Brasov*, Vol.7 (56), n°2, p.7- 18
- DASCAL, M. (2005). "O ethos na argumentação: uma abordagem pragmatética". In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- DOAN, VX. (2017), "Rhetoric In Advertising", *VNU Journal of Science: Policy and Management Studies*, Vol. 33, No. 2 (2017) 30-35
- DUCROT, O. (1984). *Le dire et le dit*. Paris: Minuit.
- GOFFMAN, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- HABIB, P. (2008). "O Ethos na argumentação: análise discursiva de uma carta-protesto de Sobral Pinto ao Presidente Costa e Silva", Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais.
- HYDE, M. (2004). *The Ethos of Rhetoric*. University of South Carolina.
- MAINGUENEAU, D. (1999). «Ethos, scénographie et incorporation». In Amossy, R. (éd). *Images de soi dans le discours: la construction de l'ethos*. Paris: Delachaux et Niestlé, pp. 75-100.
- MAINGUENEAU, D. (2002). "Problèmes d'ethos", *Pratiques*, n°113-114.
- MAINGUENEAU, D. (2008). "A propósito do ethos". In MOTTA & SALGADO (orgs.). *Ethos discursivo*. Trad. Luciana Salgado. São Paulo: Contexto, p.11-29.
- MATEUS, S. (2017). "Visibility as a key concept in Communication and Media Studies", *Communication Studies*, n° 25 (2), pp. 109-124.
- MATEUS, S. (2018). *Introdução à Retórica no séc. XXI*, Covilhã, Labcom Books, 2018 [ISBN: 978-989-654-438-6].
- MATEUS, S. (2018a). "Affective Persuasion- what is it and why it matters" In Clark, Carlton and Zhang, Lei (ed.), *Affect, Emotion, and Rhetorical Persuasion in Mass Communication*, London: Routledge, 2018, pp.69-80.
- MATEUS, S.(2019). "Formas Emotivas do Discurso Persuasivo", *Media&Jornalismo*, V.18, n°34, Publicidade: teorias, métodos e práticas, p.127-141, acessível em https://doi.org/10.14195/2183-5462_34_9
- MATEUS, S. (ed.) (2021). *Media Rhetoric: How Advertising and Digital Media Influence Us*, Cambridge, Cambridge Scholars Publishing.
- MEHRABIAN, A. (1972). *Nonverbal communication*. Chicago, IL: Aldine-Atherton.
- PERELMAN, C. and O-T., L. (1979). *The New Rhetoric: A Treatise on Argumentation*. Trans. by J. Wilkinson and P. Weaver. Notre. Dame and London.

- SILVA, F. (2014). “A construção do Ethos entre os apresentadores de telejornais”, XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom.
- THOMPSON, J. B (2000). *Political Scandal: Power and Visibility in the Media Age*, London, Blackwell.
- WISSE, J. (1989). *Ethos and Pathos from Aristotle to Cicero*. Amsterdam: Hakkert.
- ŽMAVC, J. (2012). “The Ethos Of Classical Rhetoric: From Epieikeia To Auctoritas” In van Eemeren, FRANS H., GARSSSEN Bart (Ed.). *Topical Themes in Argumentation Theory: Twenty Exploratory Studies*, London, New York: Springer, pp.181-192.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210204-0620>

Recebido em: 16/01/20 | Aprovado em: 23/06/21

(H)ERÉTICA: SOBRE EREÇÕES E ÉTICA

Heretics: Erection and Ethics | (H)Erética: sobre erecciones y ética

Gleiton Matheus Bonfante*Universidade Federal de Goiás (UFG),
Faculdade de Letras, Goiânia, GO, Brasil

Resumo: Que possibilidades éticas a universalidade tem a oferecer a uma humanidade fundada na e sustentada pela desigualdade? Essa é a questão que este artigo pretende tensionar ao observar os *gatilhos afetivos do discurso* em duas situações de embate ético na etnografia linguística. Analisa uma interação entre um professor do norte global e um doutorando sul-americano negociando limites éticos para argumentar por uma ética de pesquisa que seja radicalmente particular e contextual. Para tanto, também analisa o deboche de participantes em grupos de WhatsApp para performances íntimo-espectaculares quanto ao pedido de consentimento. Deboche é evidência de que, ao contrário de sujeitar nossos colaboradores a nossos métodos burocráticos, pode ser mais ético que o pesquisador abrace o modelo ético que responde às expectativas da comunidade em que se insere. Antes da análise, o artigo oferece uma revisão bibliográfica sobre ética e colonialismo que respalda teoricamente a discussão empreendida.

Palavras-chave: Ética de Pesquisa. Bareback. Linguística Aplicada Indisciplinar. Colonialismo. Afeto.

Abstract: What are the ethical possibilities the universality has to offer to a humanity founded and sustained by inequality? This is what the paper want to stress, observing the *discourse's affective trigger* in two situations with ethical clash in the linguistic ethnography. It analyzes an interaction between a global north teacher and a South American doctoral student, both negotiating ethical boundaries to argue for a research ethics that is radically particular and contextual. To this end, this study also analyzes the mockery of participants in WhatsApp groups for intimate and spectacular performances regarding their request for consent. Such mockery evidences that, unlike the subjection of our collaborators to the bureaucratic methods of ours, it may be more ethical for the researcher to embrace the ethical model that meets the expectations of the community in which he operates, though. Prior to the analysis, there is a bibliographical review about ethics and colonialism that theoretically supports the discussion undertaken in this proposition.

Keywords: Research Ethics. Bareback. Undisciplined Applied Linguistics. Colonialism. Affect.

Resumen: ¿Qué posibilidades éticas ofrece la universalidad a una humanidad fundada y sostenida por la desigualdad? Esta es la pregunta que ese artículo pretende contestar al observar los detonantes afectivos del discurso en dos situaciones de choque ético en la etnografía lingüística. El artículo analiza una interacción entre un profesor del norte global y un estudiante de doctorado sudamericano negociando límites éticos para defender una ética de la investigación que sea radicalmente particular y contextual. Por ello, también analiza el desenfreno de los participantes en los grupos de WhatsApp por actuaciones íntimas-espectaculares respecto a la solicitud de consentimiento. El libertinaje es evidencia de que, en lugar de someter a nuestros colaboradores a nuestros métodos burocráticos, puede ser más ético para el investigador abrazar el modelo ético que responde a las expectativas de la comunidad en la que opera. Antes del análisis,

* Professor visitante na Faculdade de Letras (FL), Universidade Federal de Goiás – UFG; Goiânia, GO, Brasil no período compreendido entre 01/07/2021 e 01/08/2022. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6828-508X>. E-mail: supergleiton@gmail.com.

el artículo ofrece una revisión de la literatura sobre ética y colonialismo que sustenta teóricamente la discusión efectuada.

Palabras clave: Ética de la Investigación. Bareback. Lingüística Aplicada Indisciplinar. Colonialismo. Afecto.

1 INTRODUÇÃO

Não assumiremos o repertório dos senhores colonizadores
para sermos aceitos de forma subordinada em seus mundos
(Luiz Rufino, Pedagogia das Encruzilhadas)

Herético, pernicioso e maléfico é como o conhecimento marginal foi conceitualizado na sociedade disciplinar. Feitiçaria, curanderismo, fitoterapia; bruxaria; a sabedoria popular são epítomes para conhecimento insignificante, ingênuo e não científico (HALBERSTAM, 2005), (FOUCAULT, 1999). A nomeação é, por si, uma performance afetiva de descrédito e desconsideração. *Herético* significa marginal de uma maneira profana. *Profanar* significa destruir o sagrado, aquilo que é intocável. Portanto, a agenda dos hereges não é uma, mas justamente várias profanações da unidade para defender uma diversidade de perspectivas éticas: "Ética Marica" (VIDARTE, 2007); "ética indecente" (DE LA TORRE, 2013); "ética do desconforto" (FOUCAULT, 2000); "Ética maori" (HOSKINS, 2012) "ética indizível" e ética do antagonismo (WILDERSON, 2010) "ética para foder" (DE LA TORRE, 2013), "ética da melancolia" (HANNABACH, 2013).

Analisando duas situações distintas, acusarei a falta de ética do universalismo e criticarei alguns conceitos éticos predefinidos na pesquisa como "consentimento" e "intimidade" cujo caráter absoluto e irrefutável deve ser colocado sob o escrutínio do contexto. Antes da análise na seção 3, apresentarei diferentes perspectivas sobre ética na seção 2.

Ao criticar o ideal de universalidade na ética da pesquisa e seu enrijecimento conceitual, insisto com Hannabach que criticar não é destruir um objeto ou discurso, mas um dever ético do pesquisador em revelar suas falhas e propor novas trajetórias possíveis. No entanto, "a crítica é um projeto inescapavelmente afetivo, produzindo encontros que deslizam entre prazer, dor, alegria, raiva e esperança, pois permitem distanciar-se das estruturas sociais existentes" (HANNABACH, 2013, p.99). Nesta perspectiva, pode-se afirmar que (H)Erética não visa a uma alternativa ética inovadora, nem a demolir os brilhantes trabalhos que foram feitos no campo, mas refere-se a exigir uma resposta prática aos questionamentos éticos inquietantes, para os quais não tenho uma solução, mas muitas proposições hereges que nas margens não devem ser mantidas.

2 ÉTICA DAS MARGENS E PARA AS MARGENS

What are we to make of a world that responds
to the most lucid enunciation of ethics with violence?
(Frank Wilderson, Red, White, & Black)

O berço filosófico da ética a condiciona a um campo necessariamente aberto à discussão e reflexão, *mutatis mutandis*. Que a natureza das relações éticas é multiconfiguracional e aberta ao contexto, região, tradição acadêmica é consenso no campo (BRASIL, 2016; MARKHAM; BUCHANAN, 2016; MORTENSEN, 2016). No entanto, a ética como disciplina não foi capaz de responder às críticas sobre o ideal de universalidade, que a torna antiética. Nesta seção, revisito as agendas de autores que desafiam discursos dominantes sobre ética, introduzindo perspectivas silenciadas e propondo mudanças práticas para democratizar e expandir o sujeito ético.

O humanismo estava determinado a reconhecer que todos os homens são iguais. Todos sabemos que isso não é verdade, e a própria permissividade da palavra ‘homens’ para generalizar é evidência do esquecimento de algumas subjetividades. No sentido prático, a igualdade entre as pessoas é uma utopia, pela qual luto também eu. Contudo, a história dos humanos é uma história de diferenças em tensão e assim deve ser reconhecida. Apesar disso, a ética tem sido historicamente considerada uma prática de igualdade, um campo comprometido com a demolição da diferença que estruturou a humanidade, um campo envolvido na domesticação da diferença sob um código de conduta. Para sujeitos marginalizados, a ética acabou se tornando uma questão de assimilação e violência.

Segundo Warren (2014), Wilderson (2010) e Wynter (1994), o mundo é antiético para sujeitos negros, porque “humanidade está previamente definida em termos da classe média branca” (WYNTER, 1994, p.44). Para Warren, “o impulso ético do pensamento humanista” é justamente tornar o “sofrimento legível” (2014, p. 6) e, assim, investir em um modelo político baseado na liberdade subjetiva. A negritude, no entanto, representa um sofrimento ou falta de liberdade que desarticula a ética como antiética, já que os corpos negros não têm um “lugar dentro do simbólico da identidade, da política, da história, da sociologia ou da lei” (WARREN, 2014, p.7). Warren propõe o termo *Onticide* para denunciar tanto a prática racista de desontologização de corpos negros quanto o terreno ontológico em que a ética prospera:

O campo da ética oculta um segredo sujo: o terreno ontológico em que se situa é antiético. A ética subverte a si mesma, mas só pode existir através dessa mesma subversão. Todos os discursos éticos organizados em torno da eliminação do sofrimento ou das experiências de liberdade são imbricados nessa falta de ética. A negritude é a vida e a morte do humanismo e sua ética [...]. (WARREN, 2014, p.7)

A ontologização dos corpos produz a autoridade ética da cultura dominante. Essa autoridade ética é atacada pela própria existência da negritude – e por muitas outras existências, penso eu. Para Wilderson, a ética baseia-se em uma compreensão ontológica do mundo para reforçar o conceito de soberania que “explicaria” o genocídio, enquanto sugeria o outro selvagem – os americanos nativos – como não ontológicos. Ele sugere que tanto os negros quanto os nativos são “posicionados ontologicamente, por genocídio, em oposição à soberania” (2010, p. 247). Por serem deslocados de uma reivindicação de existência histórica, os corpos não-brancos são esmagados sob a demanda de uma ética branca, de maneira devastadora e parasitária:

A imposição da sociedade civil ao corpo político nativo é ao mesmo tempo devastadora e parasitária, devastadora na medida em que prejudica a capacidade do povo nativo de pensar em seus corpos e em suas relações subjetivas através de rubricas de seu próprio imaginário cultural, e parasitário, pois requer que povos nativos sejam implicados em um concurso [*pageantry*] de mimese social. (WILDERSON, 2010, p.168)

De La Torre (2013), por outro lado, sugere, inspirado no desespero das comunidades minoritárias marginalizadas, uma “ética para *joder* (foder)”. Uma que perturbe os discursos éticos eurocêtricos normativos que legitimam o “Império”. A maior preocupação de De La Torre acerca da ética eurocêntrica é a imperialização da mente dos latinos e a internalização do império como uma preocupação ética geral. De La Torre propõe a desesperança como uma “metodologia que impulsiona para a práxis” (2013, p.10) e abraça a indecência constitutiva da experiência latina perante os gringos como alternativa ética. Nas suas palavras:

O que é necessário é uma ética indecente e vulgar que reflita as condições indecentes e vulgares que os latinos são obrigados a suportar. Os marginalizados requerem uma ética “perturbadora” e subversiva que descentraliza a ética eurocêntrica normativa projetada para legitimar o estilo de vida burguês dominante. (DE LA TORRE, 2013, p.8)

Ele também adverte que o engajamento “no discurso ético eurocêntrico [...] condena latina/os” (2013, p.8), porque a ética em si representa uma prática colonizadora, e a liberdade só poderia ser verdadeiramente alcançada através da negação de uma ética imperialista que colabora com nossa própria opressão:

Antes de podermos falar sobre a libertação de nosso povo das estruturas sociais, políticas e econômicas de opressão, precisamos primeiro nos libertar de nossas próprias mentes colonizadas, de equiparar o ápice do discurso ético à subjetividade eurocêntrica. Começamos o processo de descolonizar nossas mentes não perpetuando a ética eurocêntrica que contribui para nossa própria opressão. (De La Torre, 2013, p. 5)

Na opinião de De La Torre, sujeitos de cor “têm uma obrigação moral de se envolver em práticas éticas definidas por quem está no poder como antiéticas” (2013, p.11). De La Torre (2004) propõe uma metodologia de ética libertadora, na qual coloca os marginalizados no centro da análise ética, enquanto interrompe a tendência dos eticistas privilegiados de se omitirem em suas análises. De La Torre (2004, 2013) encoraja uma crítica das suposições morais públicas e da reescrita ética através de nossa perspectiva subjetiva racializada e colonizada.

Outro latino, Paco Vidarte, em seu manifesto *Ética Marica*, defende uma ética que se preocupa com a felicidade de gays, lésbicas e pessoas trans. Ética que, apesar da homofobia latente nos discursos da igreja, da filosofia, na escola, na família, na política, na cultura, no cinema e na moral, protege e defende os direitos queer em seus próprios desejos. Uma ética “feita por nós e para nós” (VIDARTE, 2007, p.7). Ele argumenta que a *Ética Bicha* exige que a contextualidade e a memória sejam consideradas. Vidarte explica que, porque sua escrita é política, a *Ética Marica* não pode ser universalizante:

A Ética Marica será sempre particular, dada a nossa particularidade de ter sido bicha antes de qualquer outra coisa. Toda ética universalista, feita para o mundo inteiro, acabou nos massacrando, nos discriminando, nos prejudicando. Quando alguém fala em nome de uma ética universal, uma ética para a humanidade, pode-se dar como certo que o que é dito irá contra nós (VIDARTE, 2007, p.7).

Vidarte traz uma lição importante do movimento LGBT: uma radicalização da diferença é tomada como uma implicação ética para denunciar a impossibilidade de ética igualitária não baseada em particularidade. Uma ética não pode preexistir como um código de conduta para o contexto em que permeia. A ética está imbricada em seu contexto particular de surgimento. E *queers* – ou maricas – sabem disso porque somos os primeiros a serem esquecidos pela ética. Além da exigência de particularidade e contextualidade e o delineamento da Ética Marica, a memória também é apontada como um ingrediente-chave para um mundo ético. Memória curta e longa:

Não pode haver Ética Marica sem memória, uma longa memória que remonta a anos, décadas, séculos, e que talvez devolva um espírito de solidariedade e dissolva o nojento autoconceito que agora temos de nós mesmos como livres e satisfeitos consumidores na economia capitalista da democracia de mercado; e memória curta, incluindo a percepção imediata da realidade, sem muita memória, de quantas bichas foram excluídas da possibilidade de se enunciar como sujeitos livres que gozam plenamente dos direitos e vantagens que a sociedade reserva apenas para poucos. Existe uma responsabilidade inalienável por todos aqueles a quem a luta por nossos direitos excluiu, silenciou, atropelou e manteve fora de qualquer mesa de negociação. (VIDARTE, 2007, p.7)

A memória pode estabelecer laços de empatia e solidariedade e é a alma da Ética Marica. Para tornar o corpo *queer* visível e pulsante, Vidarte insiste em que a ética feita com a razão não funcionou, por isso devemos investir em uma ética anal ou, como ele diz “Analética”: ele sugere que minorias como LGBTs vivem metaforicamente com seus rabos para cima, constantemente “sendo fodidas” por uma “situação estrutural de submissão, opressão, discriminação” (2007, p.10). Ele defende que devemos ter liberdade de usar nossos rabos como desejamos, enquanto temos no horizonte que ter o rabo pra fora significa uma vida precária “conformada com a metade” (2007, p.10). A metáfora do rabo também sugere um ataque às ideologias neoliberalistas, uma vez que o cu é “absolutamente incompatível com a propriedade privada e a circulação do capital” (2007, p.10). Não apenas algumas partes do corpo, mas também alguns corpos, ficam em desacordo com o neoliberalismo, porque são “desontologizados” (WARREN, 2014), “antagonizados” (WILDERSON, 2010) ou porque não contam como corpos vivos, como descreve Hannabach (2013), sobre as assunções de morte antecipada para indivíduos soropositivos pelas políticas de saúde durante a explosão do vírus HIV.

Hannabach investe em uma ética *queer* se perguntando que possibilidades éticas a melancolia ofereceria. Ela analisa os trabalhos de dois coreógrafos para descrever uma ética *queer* enraizada em nosso momento político contemporâneo e capaz de resistir a uma mentalidade bélica e à construção do império dos EUA ao abraçar a perda e a melancolia. Os coreógrafos fornecem exemplos sugestivos da ética melancólica: *Sol Niger*, de Hennessey, encarna a violência e a dor do capitalismo neoliberal, imperialismo e pobreza, enquanto *Untitled*, de Jones, “responde a um momento particular do

neoliberalismo americano, quando identidade nacional, raça e sexualidade foram produzidos juntos por meio de discursos sobre a aids” (2013, p.97). Ela argumenta que a melancolia oferece perspectivas diferentes para a ética: corporal e visceral. Hannabach sugere que a sensação de perda, a falta, a ausência (ou a negação dela como ela entende a melancolia) tornam possíveis relações necessárias e imprevisíveis. A melancolia é, portanto, uma perspectiva privilegiada “para elucidar uma ética” porque “dramatiza os laços de alguém com os outros” (2013; p.86). Inspirada nos escritos de Butler, ela pensa na relação ética com a perda e com o luto, características da vida *queer*. Ela sugere o corpo em relação ética pela empatia com o luto: “Nossos corpos são assombrados pelo que perdemos, pelo toque, o cheiro, a sensação daquilo que não está mais presente, mas que continua a reverberar dentro e sobre o nosso luto de novas formas intangíveis” (2013, p. 83). A melancolia, em suas palavras, insiste na presença e nos efeitos contínuos de um objeto perdido. Ela propõe que a melancolia é uma instância afetiva sempre presente da vida LGBT, que pode ser investida em agendas políticas. Uma “ética melancólica”, como ela enfatiza, elege o luto da perda como perspectiva ética. A melancolia gay não estaria apenas claramente conectada com a própria perda – frequentemente violenta – comum aos sujeitos LGBT, mas principalmente com a negação “do direito ao luto” [*grievability*]. Negação do “direito ao luto” é uma das mais cruéis violências neoliberais contra corpos *queer*:

Negar tal implicação corporal, tal socialidade fundamental [o direito ao luto], é negar a ética e, finalmente, uma relação com os outros em favor da violência política. Tal negação nega não apenas o fato de que outros possam nos ferir de maneiras irreparáveis, mas também que essa capacidade de outros de nos ferir é realmente constitutiva da vida, de nossa relação inerentemente encarnada com os outros. A política pode então se tornar uma maneira de negar essa relação incorporada e possíveis ferimentos em favor de um ferimento preventivo (mesmo que reacionário) de outros na tentativa de proteger a si mesmo. (HANNABACH, 2013, p. 86)

A naturalização de feridas preemptivas e continuamente infligidas a nossos corpos *queer* e a consequente negação do direito de luto pela perda infligida é um exemplo especial sobre como os sujeitos *queer* não são cobertos pela ética universal que coloniza todos os nossos corpos.

Uma resposta diferente ao colonialismo ético dos corpos pode ser encontrada em Kaupapa Maōri, definido como um conjunto de discursos, conhecimentos, código ético e moral e uma metodologia. Os Maōri oferecem subjetividades e perspectivas interacionais marcadas pela responsabilidade pelo outro “incorporada no pensamento e nas práticas culturais” (2012, p. 91). Te Kawehau Hoskins, refletindo sobre a ética cultural dos Maōri, oferece a possibilidade de teorizar as relações sociais e políticas além da oposição binária colonizadx/colonizador, uma vez que para Kaupapa Maōri “a responsabilidade ética pelos outros se originou na conscientização de nossa constituição heterônima” (HOSKINS, 2012, p. 90). Os binarismos não podem ser poderosos lá onde a diferença é pressuposta. Hoskins entende que a inversão de colonizador ruim e bom colonizado não é sustentável na realidade Maōri. Tal divisão também coloca em primeiro plano um pensamento dualista, que “evocaria acriticamente as relações binárias como a ‘verdade’ essencial” (HOSKINS, 2012, p. 86-87), fornecendo uma base simbólica para o essencialismo florescer.

Hoskins aproxima a ética Maōori do entendimento de Lévinas de que estamos primariamente vinculados ao outro para afirmar que “A própria existência do Outro é a fonte de minha responsabilidade ética” (2012, p. 91). A filosofia política e jurídica Maōori baseia-se não na racionalidade abrangente, mas na complexidade das boas relações éticas entre pessoas de uma comunidade. A principal preocupação ética de Kaupapa Maōori é uma responsabilidade e obrigação para com os outros. Trata-se de um arriscado valor ético, como Hoskins nos lembra, pois a assimilação cultural e a colonização podem ser um destino. A fonte dessa preocupação é o “reconhecimento de nossa relacionalidade antecedente” (HOSKINS, 2012, p. 90). O reconhecimento, então, se torna um conceito-chave para a ética Maōori: reconhecimento do outro e de sua diferente constituição. Reconhecimento, nesse sentido, permanece em desacordo com a indiferença. De fato, a ética maori também “repousa na impossibilidade de completa indiferença aos outros” (2012, p. 95).

Em suas agendas, os autores trouxeram o corpo como uma preocupação ética, sugerindo que a diferença deve estar no cerne da ética. Como qualquer idealização, a universalidade moldou uma ética do protagonismo violenta e segregatória – uma ética que entende padrões euro-americanos como universal e natural e não como uma imposição violenta. Os trabalhos citados apresentaram propostas éticas antagônicas e até ‘antiética como responsabilidade política’ (DE LA TORRE, 2013). O antagonismo é uma cicatriz para o humanismo, porque significa que nem todo mundo é coberto pela ética, porque não somos iguais. Wilderson (2010) acredita que o antagonismo é o dilema ético do humanismo. Não porque seja impossível superá-lo, mas porque coloca em primeiro plano a violência como mediadora das relações de poder, ou o “idioma do poder”, como ele diz:

Minha tese sobre a estrutura dos antagonismos americanos coloca a violência como um idioma de poder que marca a relação triangulada da modernidade (vermelho, branco e preto) como o amplo efeito institucional do Hemisfério Ocidental e a expressão mais perniciosa dessa institucionalidade, Estados Unidos da América. Minha afirmação, baseada no poder explicativo dos afro-pessimistas, é que a violência está no centro desse idioma de poder. A violência determina os contornos essenciais das relações Colono / “Selvagem” e Mestre / Escravo. (WILDERSON, 2010, p. 247)

Acredito que as discussões éticas devem ter um engajamento mais prático e contextual e que não repouse na universalidade. Os textos são inspiradores para nosso engajamento com outras formas de dialogar com as demandas éticas feitas por sujeitos “indecentes”. Eles também me falam como um convite para demolir a ética como um código preestabelecido, a fim de celebrá-la como uma prática subjetiva efêmera radicalmente contextual. São um convite para sepultar a ética que representa uma “construção eurocêntrica” e é solidária com narrativas “que privilegiam a visão e as virtudes dos euro-americanos” (DE LA TORRE, 2013, p.9), pois não podemos ser éticos sem rejeitar o imperialismo, a misoginia, o racismo e a colonialidade como dilemas morais do humanismo.

A próxima seção conta uma história em duas partes. Uma história de como a ética universal na área da pesquisa falhou em dois casos.

3 ANÁLISE (H)ERÉTICA

Aqui, a discussão ética é fomentada na análise de duas interações de natureza distinta. A primeira parte desta seção mostra como os “agentes intermediários” são mobilizados como agentes éticos que policiam e fiscalizam, a fim de garantir uma perfeita adequação à ética colonial e a propagação da ideologia colonialista. A história é contada através do reviver de uma conversa real no ambiente acadêmico, através das lentes analíticas, dos “gatilhos afetivos do discurso” (BONFANTE, 2018).

3.1 A FALTA DE ÉTICA DA UNIVERSALIDADE E O PAPEL DOS AGENTES INTERMEDIÁRIOS

O fundamento positivista que serviu de base para a construção da hierarquia entre modos de conhecimento (heréticos/profanos vs. científicos) serviu como terreno fértil para o florescimento da ética como restrição disciplinar: o fundamento da universalidade. O que, exatamente, se espera performar quando se reivindica a universalidade no campo da ética no sentido prático? Para responder a esta pergunta, reconstituo um diálogo que um doutorando sul-americano teve com um professor do norte global durante um congresso internacional sobre linguagem e sexualidade realizado na Europa. Após a apresentação do aluno sobre etnografia virtual em aplicativos de paquera com geolocalização, na qual ele defendia que o próprio consentimento livre e esclarecido, espinha dorsal da ética de pesquisa, não se referia a uma exigência ética, mas deveria ser considerado em cada contexto, alguém fez perguntas relacionadas à ética de pesquisa e as discussões continuaram neste assunto até o painel terminar. Após o término, aluno e professor continuaram conversando cercado por alguns espectadores. A seguir, é apresentada uma tentativa de reproduzir o diálogo¹:

Excerto 1: Interação entre professor e aluno em congresso internacional

Professor: Se eu fosse seu supervisor, ficaria preocupado com você. [cara de desaprovção]

Aluno: Por quê?

P: Você não será publicado nos EUA e muito menos no Reino Unido, onde eles têm códigos éticos muito rígidos para publicação. Você não pode ir contra o consenso ético na área.

A: Bem, eu não vou contra um consenso, estou participando de uma discussão com vários autores que apoiam minha posição para tentar prever melhorias no campo. Se não concordamos com algumas regras, as discutimos com nossos colegas porque as relações éticas são contextuais.

Qual é o sentido de discutir ética se não temos esperança de mudança?

¹ Este exemplo foi traduzido do inglês, idioma em que ocorreu a interação. Portanto, algumas especificidades do discurso, assim como alguns detalhes analíticos, se perderam na tradução.

P: silencioso.

A: Além disso, eu jogo de acordo com as regras do meu comitê de ética.

P: Talvez seja mais fácil obter aprovação ética de onde você é.

A: [visivelmente afetado]

Embora em contexto acadêmico, a discussão foi cercada de emoções, desencadeadas por elementos discursivos, os gatilhos afetivos da linguagem. A conversa foi muito frustrante para o aluno e também muito ameaçadora. Hierarquicamente, a discussão foi extremamente eficaz no posicionamento de ambos os interlocutores. O posicionamento de ambos os sujeitos foi baseado principalmente nas emoções performadas discursivamente como *frustração*, *ameaça* e *desaprovação*.

Na posição hierarquicamente mais elevada estava o professor performando descontentamento, reprovação e não legitimação ou não reconhecimento; no outro lado, um estudante frustrado e ameaçado tentando defender seu trabalho. A configuração emocional do diálogo era, por si só, antiética – embora não fosse surpreendente, tendo em mente as várias relações emocionalmente abusivas entre supervisores e alunos no ambiente acadêmico. A hierarquia de poder como efeito perlocucionário da expressão de emoções possui muitas camadas, e uma delas é precisamente uma hierarquia ética distribuída globalmente que, por si só, produz ética como antiética. Por sermos moralmente sensíveis às relações éticas, a ética ou a falta dela são ambas afetivas. É por isso que as acusações de antiética nos falam de maneira ofensiva, ao contrário de profissional, e as negociações de limites éticos são sempre “práticas afetivas” (WETHERELL, 2012). As acusações de antiética são extremamente afetivas, pois trazem à perspectiva profissional uma falha moral pessoal.

Exercendo seu privilégio ético de julgar, o professor sugeriu que a ética deveria ser universal, pois há “consenso na área”. Portanto, ética não refletiria o contexto cultural em que as relações realmente florescem e não estaria “aberta à discussão”, como sugerido. Essa atitude discursiva também está alinhada com a descrença de uma possibilidade ética que não esteja conformada com sua própria tradição privilegiada: a euroamericana. Alguns atos de fala podem ser observados na interação, como *desdém* e *ameaças*. No início da interação, o professor desdenha o aluno dizendo que “o supervisor deveria estar preocupado”, descreditando o aluno como capaz de fazer suas próprias escolhas e decisões éticas, despindo-o de sua capacidade profissional, de sua autonomia e até de sua autoria.

Os efeitos ameaçadores foram alcançados com o emprego da negação do verbo modal *will*: “você *não será* publicado!”. A semântica da publicabilidade foi definitivamente o gatilho afetivo do ato de fala de ameaçar, pois a não conformidade com padrões éticos do Norte global levaria à impossibilidade de ser publicado ou mesmo reconhecido como pesquisador. Por fim, saliento o silêncio do professor durante a conversa como tópico analítico. Silêncio pode ser o mais barulhento no discurso, especialmente em uma conversa dialógica, como aquela entre professor e aluno. Os professores geralmente são investidos de poder sobre o turno de fala, podendo controlá-lo e organizá-lo, e o silêncio do professor tem efeitos performativos poderosos. Naquela

interação, o silêncio desdenhoso performou menosprezo, com ajuda de gestos faciais como o “levantar das sobrancelhas” e o “torcer dos lábios”. Atos de fala como *desdém*, *ameaças* e *desprezo* não são apenas ferramentas para colocar alguém em seu lugar subordinado – às vezes em nome da ética garantida por uma posição privilegiada. Atos de fala também nos ajudam a organizar o mundo emocionalmente. Na posição hierárquica mais alta, existe alguém que pode executar e produzir sensações e emoções negativas no outro. No extremo mais baixo está um candidato a doutorado da América do Sul que deveria suportar nos ombros sua posição submissa. Se essas emoções negativas devem ser produzidas discursivamente em nome da preservação da Ética universal e seu *status quo*, então esse modelo ético deve ser questionado como antiético, violento (WILDERSON, 2010) racista (WARREN, 2014; WYNTER, 1994), homofóbico (VIDARTE, 2007), colonialista, e deve ser denunciado como guardião de privilégios e instrumento de manutenção do *status quo*. Como Johnson afirma:

O privilégio concede a autoridade cultural para fazer julgamentos sobre os outros e fazer com que eles se mantenham. Privilégio permite que as pessoas definam a realidade e que as definições prevaletentes da realidade se ajustem à sua experiência. Privilégio significa ser capaz de decidir quem é levado a sério, quem recebe atenção, quem é responsável por quem e por quê. (JOHNSON, 2001, p. 33)

O **privilégio ético é disfarçado sob o ideal de universalidade**, como Vidarte sugere, posicionando requisitos éticos de forma análoga aos procedimentos de controle e opressão:

Toda ética universal, em última análise, é absolutamente particular. É uma ética de classe, de pessoas eleitas, de heterossexuais, de homens, de uma maioria que procura impor uma ética específica – na medida em que é um pensamento dominante – a todos, em benefício próprio e em detrimento de minorias que não pertencem aos arredores do poder: a fundação ou proclamação de uma ética é sempre uma operação de poder, de opressão, de controle social. (VIDARTE, 2007, p. 8)

Embora meus argumentos sejam precisamente de que alguém pode ser antiético em nome da ética e que ética é necessariamente uma prática opressora e controladora social para o outro, precisamos entender com mais detalhes como o privilégio é organizado entre os agentes éticos. Portanto, introduzo o conceito de *agentes intermediários*, para discutir uma categoria de agentes que acreditamos ter a liberdade de escolher, mas que são, em última instância, coagidos.

Kay (2013), analisando o papel ético do colonialismo no genocídio de Ruanda, nos lembra como “agentes intermediários” podem ser eticamente esquecidos, ficando expostos à grande violência de seus pares. Seu texto ilustra como os *tutsi*, embora a classe privilegiada em Ruanda, fora subornada e ameaçada pelas forças coloniais com o intuito de emprestar seu rosto à exploração colonial, tornando-se vítimas de um genocídio de 2 milhões de pessoas. Tanto o professor, nesse caso, quanto os comitês de ética locais são agentes intermediários em relação às determinações éticas que advogam pela colonização docilizada. Kay (2013) acredita que agentes intermediários também são coagidos a posições subordinadas e a exploração, que podem ser disfarçadas pelos privilégios sociais

que possuem. Ao direcionar para os agentes intermediários (professores, comitês) a frustração de “sujeitos antiéticos” e de “sujeitos para quem a ética falha”, a “ética universal” é mantida protegida de criticismo e preocupada com a liberdade e o sofrimento de alguns sujeitos apenas, enquanto esquece outros e subjuga todos eles. Assim, uma ética das margens e para as margens não é mais suficiente. Precisamos de ética que penetre os privilégios e se faça no centro, e para tanto precisamos convencer e dobrar agentes intermediários.

Sugiro os comitês locais de ética e a supervisão de professores serem agentes intermediários no que diz respeito ao colonialismo ético, pois possuem o privilégio de ter “uma visão correta” da ética, que não é, contudo, livre, mas coagida pelo caráter universalista da ética na área de pesquisa. É inútil criticar comitês e estudiosos sem empatia e enorme respeito, como observa De La Torre: “Poucos especialistas em ética euro-americanos e eticistas de cor tentando assimilar as definições euro-americanas de excelência acadêmica reconhecem como os paradigmas éticos que eles advogam são reforçados por uma localização social e privilegiados pela classe econômica e pela branquitude.” (DE LA TORRE, 2013, p. 8).

3.2 “TÁ CHOVENDO PIROCA”: DEBOCHANDO DO CONSENTIMENTO

No segundo empreendimento analítico deste artigo, estudo interações que tive durante meu campo etnográfico doutoral estudando o intercâmbio de performances “íntimo-espetaculares” em grupos de WhatsApp para performances de sexo bareback: sem camisinha. O objetivo da investigação era entender a relação entre linguagem e corpo através da análise de disposições afetivas e performances de partes de corpo em interações sexuais online. Ilustro através da análise de uma interação que tive com os participantes em um dos grupos de WhatsApp investigados que o consenso – concebido no campo da pesquisa ética – nem sempre faz sentido porque não corresponde à compreensão ética de diferentes “comunidades de prática” (WENGER, 1998). Também argumento que comunidades têm diferentes entendimentos de intimidade e de quais características subjetivas devem ser cuidadas e preservadas pelo pesquisador, já que relações éticas são construídas contextualmente. Os grupos de WhatsApp com os quais interagi eram voltados à performance do sexo bareback (BB) – sem camisinhas – entre homens. O intenso compartilhamento de pornografia e da própria intimidade nos grupos do WhatsApp BB chama a atenção para o paradigma da intimidade espetacular. Contemporaneidade íntimo-espetacular corresponde à performance da vida contemporânea, baseada na extensa espetacularização dos mais íntimos detalhes, abraçando um modelo ético que privilegia uma superexposição anônima de corpos e partes deles, e reformula o conceito de obscenidade: o que deve estar fora de cena não é a intimidade do corpo, mas alguns corpos indesejados. Além da espetacularização da intimidade como parâmetro ético nos grupos, pode-se apontar também que o “risco compartilhado” (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009) do sexo desprotegido também é projetado como fundamento ético no compartilhamento de imagens e descrições íntimas, que, embora íntimas, não são privadas. Como Berlant e Warner (2013) apontam: não apenas sexo é público, como intimidade não é o antônimo de público.

A resolução brasileira de ética de 2016 prevê as ciências humanas como campo específico do conhecimento que não pode ser submetido acriticamente a códigos éticos das áreas biológicas e da medicina, porque apresentam distintos riscos a sujeitos sensíveis. Ademais, espera-se que a pesquisa em ciências humanas se envolva em uma discussão sobre ética sempre que necessário. Assim, alguns procedimentos metodológicos e/ou natureza dos dados são automaticamente liberados da atenção (ou vigilância) ética pelos comitês. Dentre essas peculiaridades, destaca-se o artigo III: “pesquisa utilizando informações de domínio público” e o artigo V: “pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual”. Embora eu acredite que o documento seja muito bem escrito e de vanguarda em comparação com a literatura da área, existem dois problemas principais: 1) foco nas peculiaridades de conceitos metodológicos que foram implodidos pelos fenômenos de “descomputadorização” (VARIS, 2014) como dados e campo. 2) Os documentos não consideram como as relações éticas e os conceitos que as guiam são forjadas in situ.

Abordemos 1): Internet móvel causou uma confusão categórica na etnografia digital, na medida em que conceitos como campo, documento e público se tornaram contextuais. Eles precisam ser explicitados para não direcionar a análise para a abordagem tradicional (que é sempre colonial) dos dados. Os grupos com os quais pesquiso são anônimos, abertos e elegem a performance íntimo-espetacular (envio e consumo) como principais técnicas de sociabilidade. Os participantes mostram conhecimento sobre a ampla circulação de suas performances, a qual eles aprovam. Os que não aprovam a circulação de seu conteúdo não participam enviando, mas apenas consumindo. As performances analisadas não são originárias nem exclusivas dessa mídia. Todos os conteúdos (memes, fotos, vídeos, discursos) também podem ser encontrados fora dos grupos, em domínio público. Contudo, localizar a pesquisa no WhatsApp é importante porque o aplicativo funciona como a ferramenta de pesquisa no ambiente de circulação de performances íntimo-espetaculares: o meu próprio celular.

Considerando as especificidades do contexto de pesquisa e do interesse científico, o conceito de documentos para basear experiência on-line não parece atualizado, até porque os dados não são armazenados nem guardados: eles nos visitam, nos inspiram e são esquecidos. O esquecimento dos dados é uma responsabilidade ética. Documentos não é adequado, pois ninguém os assina. A internet oferece diferentes territórios de circulação que nos permitem escolher o grau de anonimato. Portanto, como pesquisadores, não devemos nos perguntar se um documento é público ou não, mas como é a circulação de discursos e performances e como é o acesso a eles. Assim, entendo que meus espaços on-line para pesquisa são constituídos pela **livre passagem de pessoas anônimas**, livres para ir e vir como quiserem, compartilharem e consumirem livremente, vivendo de acordo com as regras éticas do "risco compartilhado" e da "espetacularização de intimidade". Um fato interessante sobre o campo é precisamente o compartilhamento de links para participar dos grupos. Eles são compartilhados no WhatsApp, em sites pornográficos e perfis no Twitter, e facilitam a participação e saída quando desejadas. Portanto, em vez de documentos de domínio público, entendo os grupos do WhatsApp como **territórios de trânsito livre e troca livre de performances**, e os dados como **discursos públicos sobre desejo bareback e performance de partes do corpo circuladas extensamente**.

Sinto-me muito confortável quanto a minhas escolhas éticas e à prescindibilidade de “pedir consentimento” para pesquisar performances oriundas de práticas sociais e não expressões individuais, como metáforas, memes, gírias, descrições, especialmente se circuladas em espaço público. Porém, me propus a obter consentimento livre para me proteger de críticas de agentes intermediários, como professores e comitês, mesmo defendendo a contextualidade de sua preteribilidade. É previsto, no artigo XXII da Resolução brasileira de Ética de 2016, que o registro do consentimento é diverso: um

documento em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital, que registre a concessão do consentimento livre e informado. A forma do registro é escolhida respeitando as características individuais, sociais, linguísticas, econômicas e culturais dos participantes da pesquisa e relativa às abordagens metodológicas aplicadas. (BRASIL, 2016)

Seguindo a recomendação, publiquei em um dos grupos uma mensagem explicando minha pesquisa e pedindo pelo consentimento para usar dados que fluíam ali e que na realidade não eram possuídos por ninguém. O pedido em si era descabido, pois se referia à circulação de performances e não da criação de conteúdos originais, contudo abracei as recomendações éticas do meu comitê. Na mensagem enviada, divulguei detalhes sobre a pesquisa e expliquei como nós (eu também) poderíamos lucrar com a divulgação dos resultados da pesquisa, especialmente no que se refere à saúde sexual. Pedi a eles que comentassem com "ok" para expressarem seu consentimento e os convidei a fazer perguntas, caso quisessem. Dos 134 participantes, 33 escreveram "ok", o que me levou a abordá-los uma segunda vez, visando os consentimentos faltantes. O texto a seguir é uma transcrição da segunda mensagem e das respostas obtidas:

Excerto 2: Interação entre pesquisador e colaboradores

Pesquisador: "E aí, galera, queria pedir pra quem ainda não me enviou um ok, consentindo a minha pesquisa aqui no grupo, for favor me mandar. Pode ser no privado.



Também vale fazer perguntas quem tiver dúvidas. Agradeço demais vcs! Beijo



A: consente isso: *[Foto de pênis ereto]*

B:



B: consente esse: *[Foto de pênis ereto]*



A: kkkk Vai consentir tudinho?

C: pesquisador bom pesquisa meu cu: *[Foto de bunda]*

D: Eu que pesquiso seu cu com minha pica: *[Foto de pênis ereto]*

A: belo rabo



(...)

E: Quando que esse pesquisador vai consentir o cuzinho?



(...)

A: tu vai ter que dar pra geral pra consentir.



C: Se for assim, essa arrombada já tá consentida. Já consentiu geral! Hahahahaha

B:



A:



E: Ele ainda não deu pra mim.



(...)

F: pesquisa essa pirocona putinha [*Foto de pênis ereto*]

(...)

G: pesquisador gato

me consente esse cuzão aí [*Foto de pênis ereto*]

Explícitas ao leitor estão a corporalidade de tal experiência semiótica online e o emprego de performances de partes do corpo para zombar de exigências burocráticas de consentimento e de seu caráter interventivo como um código ético estranho². O corpo e suas emoções, sentimentos e sensações estão presentes através de imagens e *emoticons* que nos guiam afetivamente de maneira significativa através dessas performances desejanter. O deboche foi performado através da mobilização de gatilhos afetivos: vocabulário específico de pesquisa, como “consentimento” e “pesquisa”, associados à performance semiótica de seus órgãos genitais. “Consente isso”; “pesquisa meu cu” são performances de desrespeito ou desobediência a códigos éticos dominantes, dos quais meus sujeitos não comungam. Simultaneamente, zombar de nosso código ético como um exagero, distorcendo os sentidos de vocabulário típico da burocracia acadêmica ao sabor do desejo, declara seu conhecimento e concordância sobre a presença do pesquisador no campo, enquanto performa desinteresse pela pesquisa sendo desenvolvida ali e talvez descrédito da assunção de que ela poderia nos beneficiar.

² Foi-me um tanto embaraçoso insistir no pedido de consentimento porque tal insistência performava uma falta de intimidade com a dinâmica do contexto estudado, causando um estranhamento dos participantes do grupo e uma desconfiança quanto a eu ser um deles, ou mesmo um sujeito confiável.

Fato analítico pulsante é como meu próprio corpo foi trazido para a discussão. Não apenas meu corpo, mas também minha sexualidade e suposta promiscuidade. Nos grupos com que interagi, a performance da promiscuidade é altamente apreciada, de modo que praticantes frequentes de sexo são elogiados e não criticados quando chamados de “promíscuos”. BONFANTE (2019) sugere que o deboche elogioso da promiscuidade é partidário do “paradigma do sexo e da amizade”: performances de camaradagem baseada em relações sexuais. Assim, acredito serem atestados claros de acolhimento do pesquisador e consentimento da pesquisa, sugestões de que eu “consenti pra geral” ou ainda de que sou “arrombada”, enquanto performavam um deboche do meu apego ingênuo à coleta do consentimento. As formas de construir discursivamente o pesquisador também são interessantes: “pesquisador”, “minha putinha”, “essa arrombada”, “gato”, pronomes como “tu” e “ele” e até meu nome próprio. Primeiramente, essa alternância radical sugere que, nos grupos de WhatsApp BB, a distinção entre pesquisador e participante não pode ser sustentada, nem quando se trata de relações de poder nem de papéis preestabelecidos na pesquisa. Em segundo lugar, até performances conhecidamente profissionais podem e serão sexualizadas. Terceiro, embora almejasse ao empreendimento investigativo, é impossível ignorar a presença afetiva do corpo-pesquisador em contextos sexualizados de pesquisa.

Voltar-se para nossos arredores, para nossa linguagem e para o próprio corpo foi, para pesquisadores sobre sexualidade, a única alternativa viável para contornar os requisitos éticos que comumente impossibilitam pesquisas sobre sexualidade. Um exemplo é a pesquisa de Bolton (1996 [1995]), que “não teria sido possível se ele não tivesse estudado seus amigos e amantes”. Para o etnógrafo de práticas sexuais entre homens gays na década de 1980, sexo com informantes forjava intimidade e laços duradouros de afeto, fundando um diálogo honesto e diluindo as fronteiras entre sujeito e objeto. Também Dean (2009) pesquisou a subcultura *bareback* como praticante de sexo desprotegido. Sua inserção no campo não apenas permitiu acesso às práticas sexuais que investigou, mas contribuiu para a desmistificação de suposições patológicas ou suicidas sobre práticas sexuais consentidas que buscavam a intensificação de prazeres. O corpo de Dean, seu sexo e seu próprio sêmen eram meios de interação com o campo.

Assim, passei a acreditar que “o corpo do pesquisador na prática etnográfica pode ser convertido em um instrumento de acesso ao campo” (ZAGO; SOUZA, 2014, p. 46) e um instrumento de interação com os dados. Atenção ao nosso próprio corpo nos ajuda a não nos abster de interações sensuais que circulam através de semioses corpóreo-afetivas como forma de entender as experiências do campo através de sensações e sentimentos, pois 'todas as percepções e experiências são potencialmente dados' (BOLTON, 1996 [1995], p.148; BENÍTEZ, 2007, p.95). Atenção aos efeitos perlocucionários que o corpo do pesquisador provoca também é relevante para a narrativa para entender diferentes histórias por trás de corpos distintos. A atratividade física deve ser discutida no campo como uma influência nos resultados da pesquisa (KENDALL, 2008, p. 106; BRAZ, 2007). Como o episódio acima sugere, meu corpo e todos os valores sociais em torno dele não foram discretos no campo, eles serviam tanto como sustentação da subjetividade de pesquisador quanto tópico investido em interações. Meu corpo também se tornou o alvo simbólico do deboche da metodologia. Ao me enviar fotos de pênis eretos, os sujeitos de pesquisa não apenas debocharam dos procedimentos ético-metodológicos, mas profanaram o “intocável” corpo-pesquisador perante nossa moral e ética ao sexualizá-lo.

Após o episódio descrito, senti-me ridicularizado como pesquisador e menosprezado como promotor de bem-estar na vida da comunidade que estudava. Acompanhado por essas perturbações, escrevi ao moderador do grupo e compartilhei com ele minha angústia de não obter o consentimento livre de todos. Uma angústia causada por uma expectativa ético-metodológica não-flexível. Sua resposta segue:

Excerto 3: Declaração de apoio e consentimento

Olha, Gleiton sei q vc tá tentando melhorar o mundo (bem poliana), e isso é manero, mas as pessoas não querem se envolver formalmente com nada, nem mesmo pra confirmar presença em putaria, c sabe. Pega aí o q quiser todo mundo confia em vc e ninguém aqui acha q tá sendo exposto. Ninguém liga pro que rola no grupo nem acha q é dono mas a galera não quer falar sobre sua pesquisa ou entender e aprender sobre ela, porque é chato pra caralho. Ninguém tá negando participar, eles estão negando essa burocracia que você tá inventando agora. O q rola nos grupos é putaria virtual mas não é privado. A assinatura em uma parada burocrática é pessoal e o povo tem medo. Além disso, vc sabe que a maioria do grupo é gasparzinho não vai responder mesmo. Relaxa e fala pro teu chefe q a gente te apoia.

Nesta resposta, gostaria de destacar três pontos: primeiramente, a *redescritção da intimidade e da privacidade*: de acordo com ele, coletar dados como nome e RG para obter o consentimento parecia mais invasivo do que analisar e compartilhar performances íntimo-espetaculares. Em outras palavras, requerer consentimento assinado significaria um atentado à privacidade muito mais sério do que analisar performances da genitália, cujo intuito era a circulação semi-anônima. Em segundo lugar, o moderador entende uma diferença importante **entre colaborar na pesquisa e se envolver burocraticamente nela**, que os códigos éticos parecem não compreender: a forma mais confortável de participar seria a de “quem cala consente”, encorajando-me a analisar os dados, contudo sem o comprometimento de uma anuência assinada. Assinar um consentimento garante o envolvimento burocrático na pesquisa e a conformidade com a posição preestabelecida de sujeito estudado, mas não a **colaboração livre de um sujeito**. Finalmente, ressalto as declarações de confiança e apoio. Na resolução de ética brasileira de 2016, o “processo de obtenção de consentimento” é descrito no artigo XX como: “um processo baseado na construção de uma relação de confiança entre pesquisador e participante da pesquisa, de acordo com sua cultura e continuamente abertos ao diálogo e ao questionamento, sendo o registro deles obtido não necessariamente por escrito”. Se o consentimento é construído sobre a confiança, as declarações de confiança e apoio dos participantes deveriam por si ser entendidas como expressões de consentimento. Embora a resolução sugira que a relação seja aberta a questionamento, ela não prevê questionamentos dos colaboradores que deslegitimem sua autoridade como diretriz universalizante nas relações éticas.

Por outro lado, acredito ser bastante justo que os participantes elejam o modelo ético que permeia suas vidas, porque a ética nos “fode o rabo” (VIDARTE, 2007), sendo especialmente moralizante para a promiscuidade. A presença de uma ética universal como parâmetro reproduz a dinâmica do colonialismo, que, possibilitada pela demanda de ética universal, estipula lugares fixos no empreendimento científico: o colonizado é investigado pelo colonizador que produz verdades sobre eles enquanto conhecimento produzido através de ético-metodologia marginal será sempre considerado antiético para os grupos dominantes, fundando uma violência ética que aposta na desvalorização de

conhecimentos marginais e nativos. A ética tornou-se, em muitos casos, um instrumento de deslegitimação do conhecimento produzido por pesquisadores colonizados que resistem à colonização. Falar com nossas próprias vozes é um ato de fala frequentemente rechaçado como conhecimento (h)erético. Ao impor uma perspectiva ética de base euroamericana que não necessariamente faz sentido no contexto investigado, comitês de ética e pesquisadores bloqueiam simbolicamente a produção de conhecimentos que poderiam ser libertadores, pois permitiriam que nossos conhecimentos fossem forjados com nossas próprias palavras, sentimentos e modelos éticos, livrando-nos do “parasitismo e devastação” (WILDERSON, 2010) do colonialismo. Como Cowan e Rault (2018) apontam: os benefícios mais claros da pesquisa geralmente são um acréscimo ao corpo de conhecimento, e não melhorias práticas para a comunidade estudada. Acredito que a não aplicabilidade do conhecimento pode ser impossibilitada pela necessidade de universalização ética de sujeitos e grupos que rejeitam um modelo ético euro-americano. Imposições étnico-metodológicas fazem muitas vezes as pautas dos grupos pesquisados se perderem em tradução ética.

Privilegiar a ética universal em detrimento da dos participantes brasileiros significa perpetuar a hierarquia entre o norte e o sul global. Como De La Torre observa: “Para que a ética seja libertadora, ela deve ir além da ética da cultura dominante. Por quê? Porque a maioria das éticas baseadas na América do Norte ignora ou fornece justificativa para as estruturas predominantes de opressão”. (2013, p. 9). As implicações ético-metodológicas da imposição de um código ético produzem um corte entre a ciência válida (produzida nos moldes do norte) e o conhecimento profano. Tal cisão entre pesquisa boa, justa, correta e conhecimento herético, ruim, desqualificado não pode mais ser sustentada pelo argumento de que a última seria coroada pela falta de ética.

4 ÉTICA E LIBERDADE: A HERESIA DA EMANCIPAÇÃO

Ética é a forma refletida assumida pela liberdade.

(Michel Foucault, Ditos e Escritos)

Como o principal interesse de Foucault era a subjetividade (FOUCAULT, 1996), ele inspirou minha busca pela liberdade e por uma ética libertária. Nas suas palavras: “o sujeito é constituído pelas práticas de sujeição, ou mais autonomamente, pelas práticas de libertação e liberdade [...]” (1984, p. 291). Acreditando, com Foucault, que “a liberdade é a condição ontológica da ética” (1984, p. 267), não sugeri neste artigo apenas um caminho ético alternativo possível, mas propus diferentes maneiras de ser antiético aos olhos de uma ética de pesquisa euro-americana. Falhar a ética universal significa para uma subjetividade indesejada ser livre, ter voz e viver pela sua própria ética. As antiéticas que abracei aqui são três e representam meu compromisso com a transgressão (PENNYCOOK, 2006) e com o “desaprender” (FABRICIO, 2006) como responsabilidade ética dos pesquisadores, uma vez que temos a obrigação de ser antiéticos aos olhos do opressor (VIDARTE, 2007; DE LA TORRE, 2013). Neste artigo, me propus a ilustrar com análises que: 1) a universalidade é a maior falta de ética da ética; relações éticas são inerentemente locais e contextualmente construídas; 2) consentimento livre e esclarecido não é entendido universalmente nem garante a proteção dos participantes; e 3) os significados de “íntimo” e “público” não devem ser definidos previamente por pessoas brancas heterossexuais, mas negociados *in situ*.

Sugeri também que a universalização da ética é um procedimento nefasto de controle metodológico da pesquisa. O norte controla o que o sul global ou os corpos *queer* pensam e como pensam, a fim de garantir que os procedimentos do pensamento reforcem e legitimem seus próprios direitos como opressores. Exigir total adequação à ética euro-americana como condição de publicação é exigir a submissão e prisão de diversos sujeitos e seus corpos em suas posições colonizadas, contribuindo para a grandeza do Império de outros e para a produção do conhecimento que o colonizador julga pertinente. Afinal, como o colonizado pode se rebelar contra seu opressor, seguindo as regras da própria opressão? A colonização nunca pode ser questionada adequadamente segundo os recursos simbólicos que os colonizadores nos fornecem. Ética, entre eles.

A ética não deve proteger o pesquisador em sua ação, mas nos desafiar a ficar sempre desconfortáveis com nossas próprias palavras (FOUCAULT, 2000). Ética em pesquisa deve nos manter indefinidamente em horizonte de autoquestionamento, o que não pode ser alcançado apenas seguindo medidas burocráticas, pois “a proteção dos participantes da pesquisa depende muito mais da integridade, intenções e inteligência dos pesquisadores, e da preocupação com o bem-estar da população estudada do que com instrumentos formais e burocráticos” (BOLTON, 1996 [1995], p.156). (H)erética foi inspirada por meus colaboradores quando zombaram do consentimento, performando suas ereções. (H)erética é uma resposta eticamente justificável ao professor que esmagou o trabalho do aluno sul-americano sob expectativas colonizadoras da experiência científica. Deboche (dos colaboradores) e Desdém (do professor) me fizeram desrespeitar um metadiscorso de privilégio eurocêntrico que ajudei a erigir para buscar a verdadeira libertação do meu corpo sul-americano, *queer*, promíscuo. (H)erética clama por uma ética local e corporificada, porque somos nossas performances corporais e elas definem nossas experiências no mundo. As éticas devem ser corporificadas para dramatizar a dimensão afetiva das relações sociais. A necessária corporificação das relações éticas denuncia a falta de ética dispensada a alguns corpos e demole o universalismo, ressaltando que se a liberdade é condição da ética, poucos são deveras abrangidos por ela. A liberdade também é condição ética para cuidado do outro (FOUCAULT, 1984, p. 270) para o cuidado de si mesmo. Portanto, a proposta da Herética é emancipatória e libertária não apenas porque nos permite cuidarmos uns aos outros, mas porque realça a necessidade de uma ética de resistência contra nossa exclusão da mesa de privilégios. Liberdade, entre eles.

REFERÊNCIAS

BENITEZ, M. E. D. Dark room aqui: um ritual de escuridão e silêncio. *Cadernos de campo*, São Paulo, n.16, p. 93-112, 2007.

BERLANT, L.; WARNER, M. Sex in Public. In: HALL, D.; JAGOSE, A.; BEBELL, A.; POTTER, S. (Org.). *The Routledge Queer Studies Reader*. New York: Routledge, 2013, p. 165-179.

BONFANTE, G. M. A língua deles no meu corpo: o autoetnógrafo como corpo-experienciador da linguagem e do campo. *Revista Veredas: Autoetnografia em Estudos da Linguagem e áreas interdisciplinares*, v. 22, n. 1, p. 150-167, 2018.

BONFANTE, G. M. Breeding Theory: Foucault e Goffman no estudo de performances do desejo bareback em grupos do WhatsApp In: MAIA, H. T.; OLIVEIRA, T. (Org.) *Práticas sexuais: itinerários, possibilidades e limites*. Salvador: Devires, 2019.

BONFANTE, Gleiton Matheus. (H)Erética: sobre ereções e ética. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, SC, v. 21, n. 2, p. 211-230, maio/ago. 2021.

- BOLTON, R. Tricks, friends and lovers: erotic encounters in the field. In: KULICK, D.; WILSON, M. (Org.). *Taboo: sex, identity and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. New York: Routledge, 1996 [1995]. p. 140-167.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde, *Resolução de Ética* n. 510, 2016.
- BRAZ, C. À meia-luz... uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculino. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- COWAN, T. L.; RAULT, J. Onlining queer acts: digital research ethics and caring for risky archives. *Women & Performance: a journal of feminist theory*, v. 28, n. 2, p. 121-142, 2018.
- DEAN, T. *Unlimited intimacy: reflections on the subculture of barebacking*. Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- DE LA TORRE, M. A. Doing Latina/o Ethics from the Margins of Empire: Liberating the Colonized Mind. *Journal of the Society of Christian Ethics*, v. 33, n.1, p. 3-20, 2013.
- DE LA TORRE, M. A. *Doing Christian ethics from the margins*. Maryknoll New York: Orbis books, 2004.
- FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma Linguística Aplicada (In)disciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 34-62.
- FOUCAULT, M. Afterword: the subject and Power. In DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Org.) Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics. London: Harvester Wheatshea, 1996. p. 208-226.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010[1984].
- FOUCAULT, M. For an ethic of discomfort, 2000. Disponível em: https://monoskop.org/images/b/b9/Foucault_Michel_Power_2000.pdf. Acesso em: maio 2019.
- HALBERSTAM, J. *In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives*. New York: New York University Press, 2005.
- HANNABACH, C. Choreographing a queer ethics: Between Bill T. Jones and Keith Hennessy. *Women & Performance: a journal of feminist theory*, v. 23, n. 1, p. 83-106, 2013.
- HOSKINS, T. K. A fine risk: Ethics in Kaupapa Māori politics. *New Zealand Journal of Educational Studies*: v. 47, n. 2, 2012.
- JOHNSON, A. *Privilege, Power and Difference*. Mountain View, CA: Mayfield, 2001.
- KAY J. W. Middle Agents as Marginalized: How the Rwanda Genocide Challenges Ethics from the Margins. *Journal of the Society of Christian Ethics*, v. 33, n.2, p. 21-40, 2013.
- KENDALL, L. How do issues of gender and sexuality influence the structures and processes of qualitative internet research? In: MARKHAM A.; BAYM, N. (Org.) *Internet inquiry: conversations about method*. Los Angeles: Sage, 2009.
- MARKHAM, A.; BUCHANAN, E. *Ethical Decision-Making and Internet Research: Recommendations from the AOIR Ethics Committee*, 2012.
- MORTENSEN, K. K. Informed consent in the field of language and sexuality. *Journal of Language and Sexuality*, v. 4, n. 1, p. 1-29, 2015.
- PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 1, p. 125-157, 2009.
- PENNYCOOK, A. Por uma Linguística aplicada transgressiva In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma Linguística Aplicada (In)disciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 98-122.
- RUFINO, L. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.
- VARIS, P. Digital Ethnography. In: *Tilburg Papers in Cultural Studies*. Paper 104, 2014.
- VIDARTE, P. *Ética marica*. Madrid: Egaes 2007.
- WARREN, C. *Onticide Afropessimism*, New York: Queer Theory, & Ethics, 2014.

WENGER, E. *Community of practice: learning, meaning and identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WILDERSON, F. B. *Red, White, & Black: Cinema and the Structure of U.S. Antagonisms*. Durham & London: Duke university Press, 2010.

WETHERELL M. *Affect and Emotion: A New Social Science Understanding*. London: Sage, 2012.

WYNTER, S. No Humans involved: an open letter to my colleagues. In: Forum N.H.I., v. 1, n. 1, Fall. Stanford Institute, 1994.

ZAGO, L.; SANTOS L. Corpo, gênero e sexualidades gays na corda bamba ético-metodológica: um percurso possível de pesquisa na internet. *Cronos*, Natal, v. 12, n. 2, p. 39-56, 2013.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210205-2920>

Recebido em: 23/02/20 | Aprovado em: 01/06/21

A PESQUISA BRASILEIRA EM ANÁLISE DE NARRATIVA EM TEMPOS DE “PÓS-VERDADE”

The Brazilian Research in Narrative Analysis in times of “Post-Truth” | Investigación brasileña en Análisis de Narrativa en tiempos de “posverdad”

Liana de Andrade Biar*

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio),
Departamento de Letras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Naomi Orton**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Liliana Cabral Bastos***

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio),
Departamento de Letras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: Este artigo apresenta métodos e pressupostos teórico-epistemológicos subjacentes à pesquisa discursiva informada pela Análise de Narrativa, que combina técnicas etnográficas com diretrizes analíticas oriundas das tradições de análises discursivas e da Sociolinguística Interacional. Enfoca especialmente a relação entre o campo supramencionado e a pesquisa social transdisciplinar contemporânea, e toma como exemplos algumas das pesquisas conduzidas no âmbito do grupo de pesquisa Narrativa e Interação Social (NAVIS). Adicionalmente, busca contribuir para o debate provocado pelas crises da validade e da representação, contemplando as repercussões práticas das inovações despertadas pelo cenário da pesquisa qualitativa atual no contexto das pesquisas do grupo.

Palavras-chave: Epistemologia. Metodologia. Narrativa. Interação.

Abstract: The paper aims to examine theoretical and epistemological methods and assumptions that underpin the study of the discourse guided by the Narrative Analysis. This area of research combines ethnographic techniques with analytical directives originated from Discourse Analysis and Interactional Sociolinguistics traditions. Our focus lies particularly on the relationship between the abovementioned field of study and the contemporary transdisciplinary social research, bringing examples from some researches carried out within the research group Narrative and Social Interaction (NAVIS). Moreover, we seek to contribute to the debate ignited by representation and validity crises when contemplating the practical repercussions of innovations stirred up from the current qualitative research scenario in the context of the group’s researches.

Keywords: Epistemology. Methodology. Narrative. Interaction.

* Doutora em Estudos da Linguagem. Professora Adjunta. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8673-8668>. Email: lianabiar@gmail.com.

** Doutora em Estudos da Linguagem. Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6458-8411>. Email: naomiornton@hotmail.com.

*** Doutora em Estudos da Linguagem. Professora Associada. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2401-3060>. Email: lilianacbastos@gmail.com.

Resumen: Ese artículo presenta métodos y supuestos teórico-epistemológicos subyacentes hacia la investigación discursiva informada por el Análisis de Narrativa, que combina técnicas etnográficas con directrices analíticas procedentes de las tradiciones de análisis discursivos y de la sociolingüística Interaccional. Enfoca especialmente la relación entre el campo mencionado y la investigación social transdisciplinar contemporánea, y toma como ejemplos algunas de las investigaciones conducidas en el ámbito del grupo de investigación Narrativa e Interacción Social (NAVIS). Adicionalmente, busca contribuir para el debate provocado por las crisis de la validez y de la representación, contemplando repercusiones prácticas de las innovaciones despertadas por el escenario de la investigación cualitativa actual en el contexto de las investigaciones del grupo.

Palabras clave: Epistemología. Metodología. Narrativa. Interacción.

1 A PESQUISA NARRATIVA: BREVE APRESENTAÇÃO DO CAMPO

A ascendência teórica do campo da Análise de Narrativa pode ser encontrada especialmente na microssociologia, nascida no contexto acadêmico americano na segunda metade do século XX (GOFFMAN, 1959, 1963; GARFINKEL, 1967; BLUMER, 1969; entre outros). Ajustando o foco e os métodos de modo a dar conta das interações cotidianas, essa abordagem realiza uma inflexão paradigmática significativa em relação aos estudos em larga escala das estruturas, sistemas e populações, uma guinada com repercussões importantes, inclusive para o campo dos Estudos da Linguagem. Uma das principais encarnações linguísticas da perspectiva “micro-escalar” foi a Sociolinguística Interaccional (GUMPERZ, 1982; SCHIFFRIN, 1987; TANNEN, 1989, entre outros), que produziu um programa de investigação de orientação empírica, interessado na coconstrução de sentido em situações concretas de comunicação. A Análise de Narrativa nasce como uma ramificação dos estudos da interação: dentre outras possibilidades de delimitação de escopo, nosso “galho” abriga especificamente momentos da vida em sociedade em que cooperamos para isto que talvez seja a prática mais básica de se organizar discursivamente a experiência humana: contar histórias. Em linhas gerais, o que pesquisadores e pesquisadoras do campo da Análise de Narrativa fazem é produzir pesquisas que “dão zoom”, para então tomar como objeto, os momentos em que narramos nossas vidas.

Do ponto de vista formal, um enunciado pode ser categorizado como narrativo toda vez que concatene duas ou mais orações que expressem ações em uma sequência temporal. Esta é a definição básica proposta nos estudos fundadores do campo, os de Labov e Waletzky (1968) e Labov (1972). Frequentemente, complexificamos essa estrutura produzindo prefácios, desfechos e codas. Mais tarde, na literatura, outras variações foram acrescentadas a esse esquema geral.¹

Afora os critérios formais de identificação da narrativa, interessa a seus/suas analistas o que os atores sociais *fazem* ao narrar. Das histórias que emergem da vida cotidiana, de cenários institucionais, de entrevistas de pesquisa (também uma forma de vida social, como veremos adiante), em diferentes meios de comunicação, o que mais nos importa é sua dimensão performativa. Em suas práticas narrativas, por exemplo, as pessoas:

¹ Não é objetivo deste artigo apresentar pormenorizadamente o campo na Análise de Narrativa. Para uma apresentação teórica do campo, ver Bastos e Biar, 2015; Bastos, 2005 e Bastos, 2004.

- i. (re)criam ou sustentam, naturalizam ou desafiam crenças, valores, identidades, rótulos, categorias sociais e as expectativas a elas atreladas, ordens econômicas e políticas;
- ii. organizam, conferindo sequência e coerência a suas experiências de vida;
- iii. cultivam relações e negociam suas “ficções identitárias” (FABRÍCIO; BASTOS, 2009), construindo sentido sobre si mesmas;
- iv. posicionam-se avaliativamente em relação a personagens, objetos, ações narradas;
- v. reivindicam pertencimento e exclusão em relação a grupos sociais;
- vi. condensam e tomam parte em embates discursivos.

Em resumo, narrar é uma prática discursiva constitutiva da realidade, ou, como disse Foucault, uma prática que “forma os objetos dos quais fala” (FOUCAULT, 1980, p. 49), espécie de pedra fundamental da vida social – ao menos, é nisso que apostamos de dentro desse campo. Por essa razão, a Análise de Narrativa nos convida a um exercício inevitavelmente transdisciplinar, em que desenvolvimentos oriundos de áreas diversas como sociologia, antropologia, psicologia social e estudos da linguagem se articulam em torno de questões compartilhadas.

No Brasil, a pesquisa narrativa com essa orientação tem crescido e ganhado contornos próprios, especialmente no grupo de pesquisa Narrativa e Interação Social (NAVIS)². Gostamos de apresentar o campo como uma vertente dentre as tantas que compõem, no país, os estudos de discurso, abrigados na área de Linguística Aplicada. Neste artigo, tomaremos as pesquisas desenvolvidas no âmbito desse grupo como ilustrações para descrever o desenho metodológico, os pressupostos epistemológicos e as implicações éticas da pesquisa com que temos operado. As próximas páginas miram, então, nesta ordem: critérios de definição de temas, objetivos e perguntas de pesquisa; os procedimentos de pesquisa mais fundamentais e os modos como temos conduzido nossas análises. Em seguida, discutimos como essas escolhas se relacionam com a pesquisa social contemporânea, especialmente no que diz respeito às crises da validade e da representação.

2 O MICRO COMO PONTO DE PARTIDA DA PESQUISA NARRATIVA

Como já foi sugerido, em Análise de Narrativa privilegiamos o “micro” como objeto de estudo. Mas por que pensamos que isso é vantajoso e o que isso significa para a prática de pesquisa? Antes de mais nada, é preciso repetir que por “micro” queremos dizer, aqui, encontros sociais. Tradicionalmente, encontros sociais são situações em que estamos face a face com um ou mais interagentes, desde aquelas mais prosaicas, como jantar, fazer compras, pegar sol, até as mais formais, como participar de uma reunião, dar aulas, rezar uma missa. Atualmente, o critério da copresença tem se afrouxado

² O grupo de pesquisa Narrativa e Interação Social (CNPq) integra o PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

significativamente de modo a contemplar ocasiões, igualmente frequentes para certos grupos, em que pessoas não necessariamente estão na companhia física uma das outras, mas ainda assim estão fazendo coisas juntas: conversando pelo *whatsapp*, orientando por *Skype*, discutindo no *Facebook*. Da perspectiva da Análise de Narrativa, são nesses encontros, grandes ou pequenos, todos sustentados por práticas de linguagem – sejam elas verbais ou não –, que as pessoas se engajam na (re)produção do que chamamos de vida social. Olhando para as práticas de linguagem que fundam esses encontros, podemos observar a vida social *acontecendo*.

Ao apostar no micro e enfatizar a agência das pessoas, não estamos em absoluto desprezando as estruturas e molduras regulatórias, ou afirmando que significados e relações sociais são produto exclusivo de interação singulares. A esse respeito, E. Goffman (1983) faz uma distinção interessante entre “ordem social” e “ordem interacional”. Para o autor, a ordem interacional é uma unidade analítica substantiva por ela mesma, mas não autônoma ou anterior às estruturas analisáveis em uma ordem macrosocial. Existem diferenças estruturais (por exemplo, recursos e vantagens associados a classe, gênero e raça) que, sem dúvida, distribuem regulações e expectativas para a ordem microinteracional, mas os arranjos interacionais em que essas diferenças se manifestam podem ser diversos; não são determinações que não possam ser afrouxadas ou subvertidas no domínio do face a face. Isso quer dizer que o peso dos atributos macroestruturais pode ser definido na ordem dos encontros sociais, que por vezes consolidam, por vezes afrouxam arranjos sedimentados. Para Goffman, os contextos “micro” *contêm* o “macro” e vice-versa, ou, “trabalhar sobre as interações é trabalhar sobre a sociedade inteira” (GOFFMAN *apud* WINKIN, 1998, p. 144). A questão aqui é simplesmente explorar o que é viável à observação empírica.

A separação proposta por Goffman entre um domínio interacional e outro das estruturas sociais nos parece útil também porque, conquanto elementos como relações de poder, classe, raça e gênero informem e estejam de alguma forma pré-consolidadas no momento em que duas ou mais pessoas começam a interagir, esse encontro, quando se instância, pode assumir contornos e processos próprios que confirmam ou afrouxam esses arranjos. Nesse sentido, a análise do micro também tem a vantagem de dar a ver a mudança social: “não apenas no nível das grandes transformações, mas como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas” (VELHO, 1980, p. 12).

3 O QUE ESTUDAR: TEMAS E QUESTÕES QUE NOS MOVEM

Em qualquer área de estudo, a definição do tema de pesquisa depende fundamentalmente de curiosidades pessoais, preferências afetivas e arenas próprias de atuação. Virtualmente, qualquer grupo social ou tipo de interação pode servir de ponto de partida para se começar a planejar uma pesquisa em Análise Narrativa. Afinados com a agenda político-social da Linguística Aplicada contemporânea (MOITA LOPES, 2006), porém, temos feito esforços no sentido de privilegiar reflexões que deem visibilidade a grupos minoritários e “situações de exclusão social em diversas áreas, causadoras de sofrimento humano” (FABRÍCIO, 2006, p. 52). Demandas do cenário político atual têm nos levado frequentemente a visitar questões de gênero, raça, classe e sexualidade. Mas essa não é, naturalmente, uma lista exaustiva.

A decisão sobre o tema vem acompanhada da delimitação de objetos discursivos específicos, a partir dos quais os temas serão explorados, e de perguntas e/ou objetivos de pesquisa – a essa altura, ainda gerais e pouco delimitados. No âmbito do grupo de pesquisa, vimos tentando adotar, como já se disse, uma perspectiva sempre transdisciplinar para pensar essas primeiras perguntas, mas essa é, obviamente, uma escolha nossa. Questões que temos sempre em mente são: *como uma Análise Narrativa deste grupo ou prática social pode contribuir para a compreensão de um fenômeno social? A partir de que perguntas de pesquisa conseguimos extrapolar o próprio campo dos estudos do discurso?*

O projeto atualmente conduzido por Biar (2017), por exemplo, se ocupa das narrativas de mulheres do tráfico atualmente internas do sistema penitenciário carioca. O objetivo da pesquisa é indagar a existência de regularidades culturalmente relevantes para o grupo, os embates discursivos sobre desvio atualizados nas narrativas e a negociação dos estigmas que envolvem a atividade criminal. Os trabalhos de Orton (2020) e Orton e Biar (2020), por sua vez, olham para as práticas narrativas que emergem em plenárias de um movimento social, com objetivo de interrogar os modos de produção política, as práticas de resistência, e a alegada horizontalidade dos movimentos sociais contemporâneos, a partir do exame das práticas narrativas. A colaboração de Bastos (MOREIRA *et al.*, 2014) observa reuniões de trabalho de um grupo formado por profissionais de saúde, que oferece apoio a profissionais que lidam com crianças e adolescentes vítimas de violência. O objetivo da pesquisa foi observar, nas performances narrativas, embates e hierarquias que funcionavam na construção identitária do grupo em particular e na cena da saúde em geral. O importante aqui é notar que os três campos de trabalho mencionados mantêm no horizonte fenômenos que frequentam pesquisas de outras áreas (gênero e desvio; novas configurações do ativismo; relações de poder, respectivamente), com vistas a colaborar para a construção de conhecimento sobre esses assuntos a partir de uma expertise própria para lidar com dados discursivos.

Muitos outros exemplos poderiam ser acrescentados à lista. Trabalhos de outros membros e membras do NAVIS incluem narrativas de “saída do armário” (CRISTÓVÃO, 2016); narrativas sobre compulsão alimentar contadas por mulheres em conflito com o peso (SOUZA; BASTOS, 2020); testemunhos religiosos de fiéis alinhados com a Teologia da Prosperidade (FLORÊNCIO; BIAR, 2018), dentre outros contextos de pesquisa que se situam em encruzilhadas disciplinares.

4 O CAMPO, A INSPIRAÇÃO ETNOGRÁFICA E O COLAPSO DO BINÁRIO SUJEITO/OBJETO

Se subscrevermos a ideia, brevemente explorada neste artigo, de que o mundo social só nos está disponível nas interações cotidianas e nos significados que as pessoas negociam nessas interações, então a Análise de Narrativa está inescapavelmente destinada a observar esses atores *em ação*. De fato, e na esteira de outros estudos de fala-em-interação, nossos procedimentos de pesquisa frequentemente incluem algum tipo de trabalho de campo ou reflexão etnográfica para auxiliar a interpretação dos dados discursivos. Essa dimensão etnográfica pode, no entanto, tomar muitas formas.

Em nosso grupo de pesquisa observamos, por exemplo, nos trabalhos de Biar (2012) e Cruz e Bastos (2015), um formato de incursão de campo mais próximo de uma etnografia clássica, que inclui observação participante densa e continuada de comunidades com limites bem circunscritos. Nos dois casos, respectivamente, a observação da rotina de uma instituição prisional e de uma ONG de atendimento a obesos mórbidos informou ativamente as análises de narrativas de seus membros(as).

Diferentemente, Teixeira e Biar (2019), após encontrarem algumas barreiras para realizar observação participante de em uma comunidade caiçara no interior do Rio de Janeiro, optaram por descrever microecologicamente um evento de letramento proposto por uma das autoras, que, além de pesquisadora, tem formação pedagógica. A pesquisa seguiu então escrutinando as ações situadas que constituíram o evento – dentre elas várias práticas narrativas – aproximando-se da prática da Etnografia da Comunicação (ERICKSON, 1992).

Já o trabalho de Lewis (2016), pode ser caracterizado como um trabalho que se beneficiou do que hoje tem sido chamado de etnografia virtual, digital ou netnografia (cf. HINE, 2015). A autora focaliza um grupo de discussão *online* formado por simpatizantes da prática sexual do *pegging*. Além de se debruçar sobre as narrativas dos usuários, com vistas a construir entendimento sobre noções de gênero e sexualidade que circulam nessa comunidade, Lewis se integra ao grupo como observadora-participante e apresenta uma descrição minuciosa de suas práticas naquele ambiente virtual.

Há ainda os estudos que flertam com a etnografia de si ou a autoetnografia³. Em geral, isso acontece quando a participação do(a) pesquisador(a) no contexto investigado se inicia antes e independentemente do estudo em si. As pesquisas de Orton (2020) e Araújo (2015) exploram narrativas e práticas discursivas de movimentos sociais das quais as duas eram membras ativas desde antes da investigação se iniciar, e o trabalho envolve, como não poderia deixar de ser, reflexões importantes acerca desse duplo estatuto de participante e pesquisadora.

Seja qual for o formato da reflexão etnográfica levada a cabo por seus pesquisadores e pesquisadoras, uma tônica do grupo tem sido a tentativa de dar mais ênfase à forma como se interage com a comunidade investigada, a partir do entendimento de que ele/ela é parte das ações conjuntas praticadas pelo grupo.

Essa perspectiva nos parece também uma maneira legítima de se lidar com o famoso “paradoxo do observador”, formulado pelo sociolinguista W. Labov (1972, p. 29). O paradoxo pode ser enunciado da seguinte maneira: a pesquisa linguística deve observar como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas; no entanto, só podemos obter esses dados por observação sistemática. Do ponto de vista do NAVIS, esse paradoxo não é um problema a ser superado, desde que a presença (corpórea ou digital) do(a) pesquisador(a) em campo se converta em dado analisável. Aceitando-se como participante pleno do campo, o(a) pesquisador(a) pode aprofundar sua compreensão dessa condição, sem tentar minimizar sua “intromissão” no contexto da pesquisa. Com isso, colapsa o binário sujeito/objeto, isto é, a separação presumida entre o(a)

³ A respeito dos variados usos de uma reflexão (auto)etnográfica nos estudos do discurso, ver: http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2018/08/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Veredas_2018_1.pdf

pesquisador(a) e o objeto de estudo. Adicionalmente, essa perspectiva confere a vantagem de ajudar a desestabilizar as relações de poder pesquisador(a)/pesquisado(a), enraizadas nas etnografias clássicas sobre culturas distantes.

A observação de *si-em-atividade-de-pesquisa* também oferece a possibilidade – para nós, bem-vinda – de se discutir com honestidade em que medida as “histórias pessoais [dos(as) pesquisadores(as)] saturam a investigação etnográfica” (GERGEN; GERGEN, 2006, p. 369). Em nossas pesquisas, assumimos que os dados serão sempre filtrados pela mirada do(a) pesquisador(a), e as interpretações guiadas pelas lentes ideológicas de seu contexto sociocultural e histórico. Ou seja, o processo de conhecimento da vida social implica, necessariamente, um grau de subjetividade, o qual não é mais visto como indesejável, já que integra o próprio projeto de conhecimento da alteridade (COELHO, 2016, p. 10)⁴.

5 GERAÇÃO DE DADOS NARRATIVOS E A ENTREVISTA COMO CENA SOCIOLÓGICA

Apesar do flerte com a reflexão etnográfica, o cerne de nosso trabalho investigativo está na geração e gravação (ou captura, nos casos de interações escritas em ambientes digitais) de dados linguístico-discursivos, que posteriormente serão tratados e analisados a partir de técnicas próprias do campo dos estudos do discurso e da fala-em-interação.

Embora, ao longo da existência do grupo de pesquisa, nos tenhamos dedicado a gerar narrativas em eventos interacionais diversos, tais como atividades pedagógicas, grupos de discussão *online*, programas de televisão, reuniões institucionais, plenárias e manifestações de rua, para este artigo, por razões de espaço, focalizamos mais detidamente nosso método de geração de dados mais frequente: a entrevista qualitativa de pesquisa.

Em lugar de serem tomadas como mero procedimento metodológico para se obter informações de um entrevistado *transmissor* de um *self* integrado (GUBRIUM; HOLSTEIN, 2003), as entrevistas qualitativas são aqui analisadas como qualquer outro contato interacional⁵ (MISHLER, 1986), um encontro social entre pesquisador(a) e demais participantes da pesquisa, com sequências a serem descritas e analisadas como tais. Em poucas palavras: as entrevistas nos interessam porque põem atores sociais – pesquisadores(as) e demais participantes – em relação, fazendo emergir narrativas também orientadas para essa relação. Como acontecimentos localizados, as narrativas respondem a propósitos focais de performance interacional (BAUMAN, 1986), tendo em vista este outro, presentificado, que é o entrevistador.

⁴ A reflexão apurada sobre os modos como o(a) pesquisador(a) altera, ou instaura, o (um novo) campo explica por que razão a seção 5 deste artigo prefere “geração” a “coleta” de dados.

⁵ Há, na literatura dos estudos da fala-em-interação, uma discussão importante sobre a necessidade de se operar com dados naturalísticos, isto é, aqueles que existiriam independentemente da interferência do(a) pesquisador(a). A esse respeito, conferir Garcez (2008).

Tais interações podem ser simétricas, descontraídas, mas também tensas, angustiadas, cheias de tato, em que um mal-estar precisa ser enfrentado a partir do manejo de impressões (GOFFMAN, 1959). Levar o já citado paradoxo do observador às últimas consequências significa pensar a entrevista de pesquisa como uma cena sociológica que merece análise *per se*. Um bom exemplo disso é o trabalho de Albuquerque (2017), que, depois de observar e entrevistar mulheres na fila de visitação de um presídio masculino, analisa em detalhes as interdições, hesitações e mitigações que compuseram a negociação do estigma de ser mãe ou companheira de sujeitos encarcerados.

Após a gravação das entrevistas, outros processos precisam ser observados com cuidado, como a transcrição do que foi gravado. Transcrições ortográficas são, certamente, formas imperfeitas de se representar as intera es orais, e, para reduzir a discrepância entre os dados gravados e sua imitação gráfica, procuramos incluir detalhes suficientes para a identificação dos chamados aspectos suprasegmentais e paralinguísticos (prosódia, entonações, ritmo, silêncios etc.). As convenções simbólicas para realizar essas marcações podem variar significativamente em função das características que cada trabalho precisa apresentar. De qualquer forma, mesmo acrescentando essas marcas, a transcrição continua sendo apenas uma aproximação da oralidade. Isso porque o processo de transcrição acaba sempre guiado pelos sentidos dos transcritores – que, mesmo quando máquinas, apresentam capacidades variadas de perceber as características físicas do que se ouve. Por essa razão, todo processo de transcrição é compreendido como uma etapa já interpretativa (MISHLER, 1986; RIESSMAN, 1992; GARCEZ, 2002), guiada pelos olhos, e pelo ouvido, do(a) pesquisador(a).

A transcrição nos faz também lidar com o grande inconveniente de tornar, por vezes, os dados ininteligíveis para eventuais leitores de demais disciplinas, ou para um público externo aos círculos acadêmicos. Esse é um efeito indesejável, que precisamos enfrentar. No NAVIS, temos tentado achar um meio-termo entre a necessidade de incrementar a qualidade da transcrição e a legibilidade do texto para interlocutores gerais.

Por vezes, o processo de tornar os dados possíveis para o público-alvo pode envolver outras escolhas de representação, que vão além do uso de convenções de transcrição. No já mencionado estudo etnográfico voltado para uma comunidade *online*, em que as intera es se desenvolviam na língua inglesa, Lewis (2016) precisou levar em consideração mais uma camada interpretativa: a tradução dos dados para a língua portuguesa. Por compreender esse processo como ideológico, transformador e performativo, a autora explicita as escolhas envolvidas. Segundo ela, o discurso do contexto investigado apresentou diversos desafios para o processo de tradução, pois comumente apresentava gírias e jogos de palavras que só faziam sentido em língua inglesa. Diante desse impasse, Lewis optou por criar novas expressões que, em português, comunicariam a multiplicidade de significados presente no texto fonte. Além disso, notas foram incluídas a fim de ampliar a visibilidade da atividade tradutória e das escolhas envolvidas nesse processo.

6 NOSSAS LÂMINAS DE ANÁLISE

O objetivo desta seção é apontar um caminho para o tipo de análise qualitativa e interpretativista que orienta a produção do NAVIS. Para tornar esses apontamentos mais concretos, apresentamos uma narrativa ainda inédita, gerada como parte do já mencionado projeto coordenado por Biar (2017). Resumidamente, nessa proposta de pesquisa, interessa (i) compreender a partir de que repertórios simbólicos mulheres presas por tráfico de drogas compreendem a experiência desviante e (ii) problematizar essa compreensão no contexto de embates discursivos de que elas fazem parte.

Os dados gerados até agora formam um *corpus* de 17 entrevistas. Esse número pode causar certo estranhamento para quem vem de outras áreas de pesquisa. Que tipo de generalização é possível a partir de 17 entrevistas? Quem tem alguma experiência com análise qualitativa de dados de fala, no entanto, sabe que 17 entrevistas podem constituir um *corpus* gigantesco. No campo da Análise de Narrativa, operamos com cautela com noções como as de “amostragem” e “saturação”. O número de entrevistas a ser realizado dependerá sempre de muitos fatores, mas principalmente do tipo de pergunta que se faz aos dados. Em se tratando de orientações analíticas qualitativas, como é nosso caso, estamos mais interessadas nas “intensidades” (MINAYO, 2017) dos fenômenos, do que na busca de generalizações ou relações de causa e efeito. Por vezes, uma só entrevista pode gerar insights sobre a sociedade interessantíssimos, se considerarmos, como Gadamer (2008 *apud* MINAYO, 2017), que toda individualidade é manifestação do viver total, embora não seja a totalidade do viver. Dito de outra maneira: um único enunciado, uma única narrativa, necessariamente encapsula uma multidão de outros, com os quais se relaciona. Desde que sua relação metonímica com a história e a sociedade esteja justificada, o empreendimento de pesquisa pode consistir em puxar cada um desses componentes, mostrando, simultaneamente, suas relações entre si, suas relações com o contexto imediato em que foi produzido, e com as condições políticas, econômicas e institucionais que propiciam seu acontecimento.

Quando foi entrevistada, Jô era uma jovem interna do sistema penitenciário fluminense, cumprindo pena por tráfico, tendo recentemente progredido para regime semiaberto. O encontro com ela se deu fora da cadeia, no turno da tarde, período do dia em que ela podia se ausentar da instituição penal desde que com propósito de trabalhar ou estudar. Nesse encontro, gravado em um telefone celular, Jô pôde narrar momentos de sua história de vida que na teoria narrativa costumamos chamar de eventos com reportabilidade estendida (LINDE, 1993), isto é, eventos sustentados culturalmente – e por isso sentidos individualmente pelas pessoas – como os mais relevantes de sua biografia, a ponto de serem muitas vezes contados e recontados em diferentes situações sociais. Dentre esses eventos, destacam-se episódios em que a mãe e o irmão de Jô foram presos, sua própria incursão no tráfico de drogas e, finalmente, sua prisão.

Apresentamos a seguir um pequeno trecho dessa entrevista, representada graficamente seguindo a ortografia padrão, acrescida propositalmente de poucas convenções de transcrição:⁶

- Liana** Você me conta como foi essa história, como é que você foi parar na cadeia?
- Jô** Conto... assim... eu tinha dezessete anos.
- Liana** Dezessete anos?
- Jô** É. Conheci um cara de trinta e oito anos... ele era taxista, assim, aos meus olhos, né?
- Liana** Entendi. A fachada, né?
- Jô** Isso... a fachada era é essa. E... fiquei com ele e como eu te falei era a época que a minha mãe tava... ((presa)) Fui conhecer ele em dois mil e sete... foi logo assim que a minha mãe foi presa. Então, assim, eu tava... pensa, Liana, numa menina totalmente desestruturada... [emocionalmente]... psicologicamente... tudo.
- Liana** [sem mãe, né?]

Na tentativa de organizar o trabalho analítico, subdividimos o exame desse pequeno dado em três diferentes lâminas de observação. A depender da complexidade da pesquisa proposta, o(a) analista pode concentrar seus esforços em uma, duas ou todas elas. Nessas laminações, operamos a partir da materialidade linguística e interacional dos dados, que entendemos serem *índices* que apontam para o contexto sociocultural mais amplo⁷, espécie de nexos entre as dimensões *micro* e *macro*. Realizar essa ligação é o cerne do trabalho interpretativo em análises discursivas⁸.

Chamamos de “categorias de análise” (ou “pistas indexicais”) os tipos de índices potencialmente analisáveis nos dados. Por exemplo, se estamos vasculhando as operações sintáticas que ordenam as ações narrativas, dizemos que nossa categoria é a “sequencialidade”, se estamos analisando o modo como outras vozes e enunciados são convocados em uma narrativa, nossa categoria é a “intertextualidade”; se estamos analisando as palavras escolhidas, nossa categoria é a “seleção lexical”, e assim por diante. Essas categorias podem vir de diferentes tradições discursivas, as possibilidades são muitas, e por vezes, a mesma categoria receberá nomes diferentes nas várias vertentes de análise de discurso. Aqui optamos por, sempre que possível, usar um vocabulário mais acessível para não nos estendermos em definições que desviariam o foco do que é o objetivo deste artigo: sensibilizar o leitor para o espírito da Análise Narrativa, sem distrações teóricas por ora desnecessárias. De qualquer forma, vale lembrar que esse é um momento em que frequentemente nos hibridizamos a outras tradições de análise, tomando emprestadas, por vezes, categorias já bem estabelecidas em áreas vizinhas.

⁶ Legenda: (?): entonação ascendente; (.): entonação descendente; (...): pequena pausa; ([]): momento de sobreposição de falas.

⁷ Para o conceito de indexicalidade, ver especialmente Silverstein (1976).

⁸ Por sugestão de parecerista deste artigo, explicitamos que, em nosso trabalho, compreendemos discurso como ação sobre o mundo, e a análise discursiva, conforme sugerido pelos programas de inspiração foucaultiana, como análise das práticas (regulares, coletivas, históricas, contextualizadas) que não descrevem, mas produzem de forma sistemática os objetos dos quais falam (FOUCAULT, 1969).

6.1 PRIMEIRA LÂMINA: ANÁLISE DA ESTRUTURA NARRATIVA

No âmbito do NAVIS, recomendamos que a primeira etapa analítica consista em identificar e descrever a estrutura das narrativas, seus principais movimentos retóricos, as relações de sequencialidade, causalidade e coerência (LINDE, 1993). *De onde essa história começa? Até onde ela vai? O que constitui seu prefácio, sua ação complicadora, resolução e coda? Que avaliações são feitas durante a história e o que tudo isso indexa em relação ao modo como Jô se posiciona em relação aos personagens e ações narradas?*⁹ Essas são perguntas de pesquisa bem delimitadas que uma análise dos dados deve ser capaz de responder *diretamente*. Estaremos preocupados, neste momento, em como Jô e sua interlocutora *organizam* formalmente a sua entrada para o crime.

No pequeno excerto apresentado, nota-se, por exemplo, que Jô localiza o início de seu envolvimento com o tráfico em uma certa faixa etária (muito jovem) e *equaciona* esse evento ao casamento com um “cara” (infere-se, um traficante). Nessa ocasião, apaixonada e fragilizada, especialmente pela prisão da mãe (causa), Jô teria sido acometida por alguma coisa que ela descreve como uma espécie de cegueira (efeito), que a leva (agência reduzida) ao que foi omitido neste excerto: a entrada para o tráfico.

Ainda que não tenhamos usado uma metalinguagem técnica, nota-se que essa primeira lâmina usa categorias relacionadas à estrutura narrativa (vindas, por exemplo de trabalhos como o de LABOV, 1972; LINDE, 1993) para dar conta do evento narrado – isto é, a história em si. Ao esmiuçar a construção da história, começamos a produzir interpretações sobre as próximas lâminas, mais centradas na dimensão performativa do discurso.

6.2 SEGUNDA LÂMINA: ANÁLISE DA INTERAÇÃO

De natureza pragmático-interacional, essa lâmina lança luz sobre a ordem interacional, ou seja, a dimensão situada em que as narrativas foram coproduzidas pelos(as) participantes. Trata-se, portanto, do exame do evento narrativo – o momento em que se narra. Categorias analíticas oriundas da Sociolinguística Interacional e da Análise da Conversa podem ser úteis para responder perguntas tais como: *quais são as demandas expressivas do encontro? Como as narrativas e a construção de si do narrador podem estar respondendo a essas demandas? Em meio a que sequência de ações interacionais a narrativa emergiu? Que ação ela mesma parece performar essa sequência? Como os(as) participantes cooperam na construção da história? Como eventuais desconfortos e constrangimentos interacionais são negociados?*

De volta a nosso exemplo, não podemos deixar de discutir as implicações acerca de a fala de Jô ser dirigida a uma pesquisadora, e não, por exemplo, à mãe dela. Também não podemos ignorar que essa pesquisadora apresenta todas as características normativas (branca, de classe média, professora universitária), que contrastam com a posição estigmatizada da entrevistada na situação. O encontro pode ser enquadrado como aquilo

⁹ As perguntas propostas aqui não são exaustivas.

que Goffman (1988) denomina “encontro misto”, um tipo de encontro que põe em relação norma e desvio, e cria uma série de demandas de sustentação de imagem projetada. A esse respeito, é digno de nota o “*Pensa, Liana, uma menina totalmente desestabilizada*”, uma marca formal do evento narrativo, em que Jô retorna ao aqui-e-agora da interação, alinhando-se à entrevistadora e a crenças que circulam no senso comum sobre feminilidade.

As respostas da entrevistadora e a última linha de Jô realizam um trabalho micropolítico importante nesse sentido, de cancelamento do estigma e calibragem das posições entre as duas: a entrevistadora “passa recibo” da “absolvição” moral de Jô, ao concordar com ela. Esse tipo de marca desmonta, no plano da interação, as tensões do encontro misto, suas assimetrias, numa espécie de mitigação das marcas estigmatizantes.

6.3 TERCEIRA LÂMINA: OS EMBATES DISCURSIVOS

Esta é a lâmina que, finalmente, busca mapear os discursos emergentes na cadeia de enunciados (BAKHTIN, 1979) da qual a(s) narrativa(s) sob escrutínio participa(m). Estamos aqui em um nível mais “macro” de interpretação discursiva, olhando para vozes e visões de mundo que extrapolam o local específico de enunciação e o sujeito que as enuncia, e que habitam o contexto da pesquisa. Nos perguntamos, aqui: *quais são os discursos que participam dos embates para legitimar sentido (MOITA LOPES, 2001) concernentes ao nosso contexto de pesquisa? Em que condições e conjunturas sócio-históricas eles foram/são produzidos? Que índices apontam para esses discursos? Como os(as) participantes parecem estar se posicionando em relação a esses discursos (Aderindo? Naturalizando? Contestando?)*.

O que estamos chamando aqui simplesmente de “discurso” recebeu diversos nomes nas muitas tradições de análise discursiva que povoam o cenário acadêmico atual: sistemas de coerência (LINDE, 1990), grandes narrativas (SHOSHANA, 2013), Discurso – com “D” maiúsculo (GEE, 1999), entre outros. O nome, aqui – e as vertentes teóricas que ele instaura –, importa menos que a noção de existência de uma crença/compreensão/ideia que, de tão frequente, repetida e legitimada por instituições, resiste (mas por vezes é desafiada) em falas/textos particulares, concretos.

Na análise sequencial da narrativa de Jô, é digno de nota que, após ser perguntada sobre a idade com que foi presa, ela responde: “dezessete anos”. Depois de um pedido de confirmação, esclarece que dezessete anos não foi a idade com que ela foi presa, mas a idade em que ela conheceu o marido traficante. Nota-se aí, como já dito, o envolvimento amoroso sendo indiretamente apontado como *causa* da prisão, uma responsabilização indireta do marido por seu desvio. Outras causas que decorrem dessa associação entre a relação amorosa e a entrada para o crime é a juventude da narradora, a irracionalidade e desestruturação consequente da prisão da mãe. Jô parece estar produzindo aqui uma justificativa para sua entrada para o tráfico, de modo a conformá-la ou resignificá-la com base em discursos altamente infecciosos (BRIGGS, 2007): o da feminilidade “emotiva”, do amor romântico que cega e emburrece. A partir daí, podemos começar a pensar em quais são os discursos que, ainda que não indexados diretamente por Jô, frequentam as explicações para a adesão criminal, especialmente no caso de mulheres. Além de, claro, que conjunturas históricas e culturais favorecem a adesão ou a reação a tais discursos.

Propusemos aqui três lâminas analíticas, mas elas não necessariamente precisam ser entendidas como etapas diferentes da análise. Na verdade, essas três lâminas frequentemente se sobrepõem – os mesmos excertos realizam ações em três níveis. Como exemplo, podemos pensar em como a adesão ao discurso da feminilidade hegemônica, apontado aqui como examinável pela terceira lâmina, faz também um trabalho interacional – portanto segunda lâmina – de mitigação do estigma, dirimindo assimetrias morais entre as interlocutoras. Embora esse tipo de sobreposição esteja sempre presente em nossas pesquisas, temos insistido nas laminações como forma de organizar o trabalho analítico tentando não perder de vista que uma boa análise precisa dar conta tanto da ordem social quanto da ordem interacional.

7 PERSPECTIVA (ONTO)EPISTEMOLÓGICA E CRISE DA VALIDADE

Até aqui, estivemos desenvolvendo o desenho metodológico típico dos trabalhos que produzimos. A partir agora, e pelas próximas duas seções, refletimos um pouco mais detidamente sobre as bases (onto)epistemológicas de nossas opções metodológicas. Começamos por sublinhar três pressupostos que atravessaram boa parte do que foi dito aqui; nossas apostas em relação a como concebemos a realidade social e a construção de conhecimento sobre ela:

- (i) Entendemos a realidade social como um efeito de práticas discursivas, isto é, saldo das práticas de linguagem de atores sociais agindo em conjunto, negociando e pondo em circulação sentidos e valores para pessoas, ações e objetos. Também entendemos que essas práticas, embora agentivas, são constrangidas dentro de molduras socioculturais estabilizadas, isto é, rígidas, mas passíveis de transformação graças à relação dialética que mantêm com as práticas discursivas.
- (ii) Concebemos também a atividade de pesquisa como uma dessas práticas interpretativas contextualmente situadas (DENZIN; LINCOLN, 2006), e descartamos a possibilidade de se chegar a um “gabarito”, ou interpretação definitiva, para as práticas investigadas. Ao contrário, toda a atividade de pesquisa compõe um terreno fértil, no qual convivem múltiplas interpretações possíveis – todas filtradas pela lente subjetiva do(a) pesquisador(a) e pelo caminho teórico-epistemológico trilhado (DENZIN; LINCOLN, 2006; GERGEN; GERGEN, 2006; SCHWANDT, 2006). Nessa direção, entendemos que prática de pesquisa gera sempre “verdades parciais” porque “a ciência está nos processos históricos e linguísticos e não acima deles” (CLIFFORD, 2016, p. 32);
- (iii) Entendemos que tanto a construção social da realidade quanto a interpretação desta por parte dos(as) pesquisadores(as) se dão, inevitavelmente, a partir de posições ocupadas por esses agentes em um mundo também criado na e pela linguagem. Decorre daí que toda prática de linguagem – inclusive a prática de pesquisa – toma “partido”, ou seja, está imbricada a interesses políticos, ideológicos e relações de poder; assume um

“lado” em uma disputa sobre o sentido. Cabe ainda dizer, a esse respeito, que assumir a natureza posicionada do conhecimento, para usar uma expressão infelizmente frequente em nossos dias, não é o mesmo que doutrinar. Isso porque, tal como toda prática de linguagem, fazer pesquisa é uma atividade dialógica (BAKHTIN, 1992), que responde, antecipa ou polemiza com outras práticas interpretativas, anteriores e posteriores, igualmente informadas histórica e ideologicamente. Uma prática doutrinária seria justamente aquela que evita o embate, que concebe a interpretação como limite da realidade.

Estudar a sociedade a partir dessas bases – antiessencialistas e não-objetivistas – nos convoca a confrontar vozes divergentes, para que a autoridade tradicional do(a) pesquisador(a) possa concorrer com outros pontos de vista, e uma visão mais ampla do fenômeno possa ser alcançada. De certa maneira, essa confluência de vozes advém da multiplicidade de valores concorrentes e, muitas vezes, contraditórios, tanto daqueles que acompanham nossas pesquisas como participantes, quanto de nós mesmos(as). Adota-se aqui a perspectiva de uma “subjetividade nômade” (BRAIDOTTI, 1995, p. 84, *apud* GERGEN; GERGEN, 2006, p. 379), que rompe com a concepção de uma identidade autêntica ou estável e assume que o campo da pesquisa pode conter heterogeneidades. Cabe, portanto, ao pesquisador(a) permitir que os(as) participantes deem expressão a toda esta complexidade e variedade de contradições (GERGEN; GERGEN, 2006, p. 379-380).

A fim de contemplar outras versões daquilo que estudamos, bem como enfrentar perspectivas eventualmente divergentes, pode-se buscar diálogo dentro da comunidade acadêmica ou com participantes do contexto da pesquisa, entre outras possibilidades. No intuito de compreender como os(as) participantes entendem suas próprias ações, as transcrições e as análises dos dados gravados podem ser compartilhados, convidando-os a opinar (SCHWANDT, 2006). A exemplo disso, Orton (2020), em seu estudo sobre a construção discursiva da horizontalidade nos movimentos sociais contemporâneos, tem buscado compartilhar suas transcrições com pesquisadores(as) para além do grupo de pesquisa. Isto permite o confronto com vozes divergentes, possibilitando a reflexão sobre pensamentos por vezes enraizados em tradições distintas. Além disso, a pesquisadora tem procurado o compartilhamento dos dados com as próprias participantes da pesquisa, o que contribui para o processo de transcrição, viabilizando novas interpretações e uma “representação distribuída” (GERGEN; GERGEN, 2006, p. 377) dos dados. Apesar dos esforços para retornar os dados aos(às) participantes da pesquisa, estes não devem ser vistos como juízes das interpretações; no máximo fornecerão relatos, também posicionados e contingentes de suas ações ou intenções.

Gergen e Gergen (2006, p. 373-374), consideram que isso, a chamada “crise da validade” nas ciências humanas e sociais, nos oferece uma oportunidade para reconceituar a própria noção de validade: se, como e toda disputa de sentido, a validade é conquistada, mantida e subvertida, importa então, aos(às) pesquisadores(as), debruçar-se sobre como esses processos se dão, ou seja, indagar a partir de que meios diferentes pesquisadores(as) chegam a diferentes noções de validade e diferentes representações de determinados fenômenos.

8 VERDADES EFÊMERAS EM TEMPOS DE “PÓS-VERDADE”

A desconfiança sobre a validade na pesquisa científica muitas vezes nos vulnerabiliza a críticas segundo as quais pesquisas norteadas por uma perspectiva não-objetivista podem servir aos interesses da chamada “pós-verdade” (ANGERMULLER, 2018, p. 2), ou seja, o espraiamento escalar de “verdades alternativas” que parecem popularizar a máxima nietzschiana segundo a qual “não há fatos, apenas interpretações”. Consideramos, nesta seção, duas questões importantes para o debate.

Primeiramente, como diferenciar um projeto epistemológico que desconfia de e relativiza os modos de produção de conhecimento de empreitadas anticientificistas como o terraplanismo, o movimento antivacina, etc, se viemos defendendo até aqui que descobertas da ciência certamente não são fixas e estáveis e que, frequentemente, o conhecimento científico é marcado por rupturas paradigmáticas radicais que deslocam nossas certezas sobre as coisas do mundo?

Sem dúvida, teorias são criadas dentro de sistemas de produção, circulação e legitimação de conhecimento atravessados por contingências histórico-culturais, materiais e relações de poder. A substituição da explicação da gravidade de Newton pela de Einstein é um bom exemplo de que, mesmo nas ciências “duras”, o conhecimento sobre a natureza do mundo segue em construção. Mas o problema dos adeptos da pós-verdade – e tomemos aqui por um instante o caso específico dos terraplanistas – não parece ser a ousadia de disputar uma verdade sobre a Terra bem sedimentada e legitimada pelas instâncias de poder. A questão, nos parece, é que, em benefício de uma “opinião” baseada em suas próprias percepções sobre o mundo, algumas empreitadas desse tipo ignoram monologicamente elementos que são parte importante do debate científico em torno de seu tema de pesquisa (métodos, teorias, evidências, etc). Em outras palavras: no lugar de termos uma disputa baseada em diálogo plural, com exame e debate de um repertório amplo de vozes e experiências concorrentes, o que temos é a criação de um sistema alternativo de interação bem mais limitado, alimentado exclusivamente por adeptos das mesmas ideias.

Além disso, quando defendemos a centralidade das práticas discursivas na construção da realidade, estamos nos referindo a realidades sociais ou impressões de realidade provocadas por significados atribuídos às coisas do mundo. Não podemos negar a realidade “material” de, por exemplo, nossos órgãos sexuais ou de nossas funções reprodutivas, mas podemos dizer que os significados que atribuímos a essas coisas, na vida social, moldam o que conhecemos sobre elas. Podemos, por exemplo, tomá-los como indicadores de gênero masculino ou feminino, ou questionar essa associação binária (BUTLER, 1990); podemos compreendê-los como fonte de prazer ou pecado; podemos tomar a reprodução como compulsória e definidora de nossas identidades ou não. Embora os órgãos sexuais, em si, não sejam de natureza discursiva, como dizem Cameron e Kulick (2003, p. 19), é “a linguagem [que] produz as categorias pelas quais organizamos nossos desejos, identidades e práticas sexuais”. Acreditamos que a indagação constante, informada, cuidadosa e de mão dupla sobre os limites entre o *natural* e o *construído socioculturalmente*, embora difícil, seja fundamental para não cairmos em um anticientificismo vazio.

Uma segunda questão com que temos de lidar quando subscrevemos a ideia de que todos são capazes de produzir versões ou teorias para os fenômenos que interpretam é que, embora essas produções não sejam em si mesmas ranqueáveis ou definitivas, algumas delas são mais ratificadas e valorizadas por razões institucionais, políticas e históricas. A respeito disso, o NAVIS tem tentado se engajar em práticas contra-hegemônicas de construção de conhecimento, que se definem pelo compromisso político e ético com a transformação social, ou, mais especificamente, com a desnaturalização de “situações de exclusão social em diversas áreas, causadoras de sofrimento humano” (FABRÍCIO, 2006, p. 52). Nesse sentido, fazemos escolhas metodológicas no intuito de privilegiar vozes tradicionalmente silenciadas. Embora, como já dissemos, a narrativa produzida pelo(a) pesquisador(a) possa buscar a inclusão de múltiplas perspectivas a fim de melhor compreender seu objeto, nunca conseguirá contemplar todas ou atingir o *status* de uma versão definitiva. Sendo assim, a pesquisa preocupada com a justiça social prioriza as interpretações tradicionalmente ignoradas, buscando romper com “sentidos históricos viciados”, além de:

movimentar o ângulo de observação do centro (isto é, dos países desenvolvidos e dos discursos e epistemes ocidentalistas neles produzidos) para as franjas do sistema globalizado, para as organizações invisíveis, para as periferias, para as formas de ser consideradas subalternas ou inferiores. (FABRÍCIO, 2006, p. 51).

O enfoque conferido às opiniões e às experiências de grupos sociais menos privilegiados objetiva distribuir “capital simbólico” (BOURDIEU, 1998), por entender que algumas versões da “verdade” já têm circulação ampla, enquanto outras precisam ser urgentemente ouvidas e reconhecidas (SOUZA SANTOS, 2007). A esse respeito, em nosso grupo de pesquisa, buscamos evitar aquilo que Souza Santos (2007, entre outros) tem chamado de “epistemicídio”, isto é, a citação de algumas poucas pessoas – em geral homens brancos, oriundos de instituições reconhecidas no norte global – em detrimento das chamadas “vozes do sul”. Este fenômeno, também concebido como “a lógica da celebridade do campo acadêmico” (ANGERMULLER; HAMANN, 2019), desestimula o debate público plural tão relevante para uma compreensão ampliada da vida social e para a análise das diferentes interpretações em relação às “suas implicações, motivações e resultados para o mundo social” (FABRÍCIO, 2006, p. 62). Dessa forma, “podemos orientar nossas ações por valores e juízos éticos, tendo em vista não valores universais, mas sim valores democraticamente definidos na esfera pública e no diálogo aberto” (FABRÍCIO, 2006, p. 62).

9 POLÍTICAS DE REPRESENTAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO DE PESQUISA

Esta última seção trata dos modos como lidamos com um desdobramento da crise da validade, a chamada “crise da representação”; isto é, a suspeição sobre o texto de pesquisa social apontar de modo transparente para o fenômeno investigado. Sem exaurir a questão, discutimos a seguir algumas opções que fazemos ao entextualizar nossas pesquisas em relatórios, artigos, teses e dissertações.

A produção do texto de pesquisa em nossa área envolve um processo narrativo duplo. Operamos a partir de dados narrativos, coproduzidos pelos(as) participantes, e interpretamos esses dados dando forma a outro texto narrativo: o texto de pesquisa. Nessa empreitada, procuramos prestar atenção nos modos como descrevemos o outro, num esforço em direção ao que Coelho (2016, p. 10) chamou de: “política das representações”. Como nos alertam Bauman e Briggs (2006, p. 211), o processo de descontextualização e recontextualização na elaboração da pesquisa produz repercussões éticas e epistemológicas. O que pode parecer simples decisões redacionais são importantes para manter nossos posicionamentos consistentes.

Em primeiro lugar, o investimento político do(a) pesquisador(a) não deve ser ocultado em um registro ostensivamente objetivo. Se defendemos até aqui ser necessário explicitar o processo da construção da pesquisa, explorando o papel da biografia do(a) pesquisador(a) que atua nele (SCHWANDT, 2006), uma escrita mais pessoal é mais que uma opção estilística, mas uma prerrogativa dessa visão de ciência. Não queremos dizer com isso que o texto necessariamente tenha de estar em primeira pessoa: cada pesquisador(a) obviamente deve tomar as suas próprias decisões de escrita. A orientação que tem guiado o NAVIS é: *não trate como discurso, como construção, apenas o que vem do outro*. Frequentemente, e por vezes sem nos dar conta, nossas opiniões e interpretações aparecem travestidas de fatos e certezas, excluindo explicações alternativas por meio de soluções retóricas que silenciam o dissenso. É nesse sentido que, conforme há muito discutido na antropologia contemporânea sobre a compreensão do texto etnográfico como um gênero literário (CLIFFORD; MARCUS, 1986), reforçamos a ideia de que aquilo que o texto “conta” não é a versão única daquilo que se estuda.

A concepção do texto elaborado pelo(a) pesquisador(a) como uma “ficção”, entretanto, não precisa ser vista, necessariamente, como um “ataque à razão” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 22). Preferimos pensar que este seja um ponto de partida para a reflexão sobre o processo de construção de conhecimento, a fim de democratizá-lo. Para Gergen e Gergen (2006, p. 380-384), o ato de escrever convida o público a uma determinada forma de relação, sendo necessário examinar que tipo de relação é construída. Os textos tradicionais tendem a sustentar estruturas de privilégios, uma vez que o(a) pesquisador(a) escreve a partir de uma posição de “detentor de conhecimento” para um público que “não detém” tal conhecimento. O gênero acadêmico tende a fazer com que o texto fique isolado do exame de um público mais amplo, muitas vezes apresentando características monológicas, como já dissemos, que restringem as possibilidades de interação com vozes diversas. Nesse sentido, a reimaginação do processo de redação encontra-se inseparável do debate sobre o fomento de práticas democráticas. Com isso em mente, e inspirados na fala de Michelle Fine (1998), Gergen e Gergen indagam:

(Q)ue elementos da pesquisa qualitativa são atraentes, em termos produtivos, em relação às práticas democráticas/revolucionárias; em relação à organização da comunidade; às políticas sociais progressistas; a um envolvimento público democratizante com a crítica social? (2006, p. 384)

Se, como já propusemos, consideramos a visibilidade ampliada das pautas de grupos marginalizados um dos objetivos da pesquisa social, a urgência em focalizar as vozes advindas desses grupos, envolvendo-as mais ativamente na construção da pesquisa, torna-se fundamental para provocar uma reflexão conjunta a partir da (re)interpretação de suas experiências. A inclusão de tal processo na escrita do trabalho permite a conscientização do leitor, bem como a construção de solidariedade, ao mesmo tempo que produz inteligibilidade sobre o fenômeno (FRASER, 1999; MENDEZ, 2013). Os(as) participantes também podem ser envolvidos na redação do texto, estimulando a justaposição das posições do(a) pesquisador(a) com as dos(as) participantes. A inclusão dessas vozes que clamam por expressão, tradicionalmente restringidas e orquestradas pela voz autoral do(a) pesquisador(a), potencializa a produção de um texto polivocal, no sentido bakhtiniano. A elaboração de um texto em que, nas palavras de Coelho (2016, p. 9), “a voz do informante somente se faria presente de forma mediada e editada pelo etnógrafo”, constitui apenas mais um modo de reivindicar uma “autoridade etnográfica”, em vez de favorecer a criação de um texto dialógico e polifônico.

Em relação a este aspecto ainda há um grande caminho a percorrer. Sem dúvida que, no NAVIS, apostamos na possibilidade de as pessoas e grupos sociais atuarem como agentes das explicações sobre si e os fenômenos que protagonizam – por isso analisamos suas narrativas. Acreditamos que este seja um passo para se colocar à prova, como diz Becker (2007), o privilégio dos cientistas sobre as representações sociais. Por outro lado, nossas escritas ainda estão longe de concretizar em todos os aspectos a democratização e “mundização” (BORBA; LOPES, 2018) do texto acadêmico. Este é apenas o pontapé inicial da discussão.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, N.C. Mulheres na fila de visitação: a constru o discursiva da inocência de parentes presos em narrativas vicárias. 2017. 165 f. Disserta o (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- ANGERMULLER, J. Truth after post-truth: for a Strong Programme in Discourse Studies. *Palgrave Communications*, v. 30, n. 4, s.p., 2018.
- ANGERMULLER, J.; HAMANN, J. The celebrity logics of the academic field: the unequal distribution of citation visibility of Applied Linguistics professors in Germany, France and the United Kingdom. *Journal for Discourse Studies*, v.1, n.1 p. 77-93, 2019.
- ARAÚJO, E. P. “Não t  acontecendo nada e eles passam pra tocar um terror”: repressão policial e constru es identitárias em narrativas de manifestantes de junho de 2013. 2015. 134 f. Disserta o (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- ARAÚJO, E. P.; BIAR, L. A.; BASTOS, L. C. Engagement in social movements and the fight for justice: a study on the narratives of black mothers. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 59, p. 1688-1709, 2020.
- BAKHTIN, M. *Est tica da cria o verbal*. Tradu o a partir do franc s por Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. Revisão da tradu o Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BASTOS, L. C. Narrativa e vida cotidiana. *Scripta*, v. 7, n. 14, p. 118-127, 2004.
- BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdu o ao estudo da narrativa. *Calidosc pio*, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.

- BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 31, n. especial, p. 97-126, 2015.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. Poética e performance como perspectiva crítica sobre a linguagem e a vida social. *Revista de Antropologia*, v. 8, n. 1, p. 185-229, 2006.
- BAUMAN, R. *Story, performance and event: contextual studies of oral narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- BECKER, H. S. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BIAR, L. A. *Realmente as autoridades veio a me transformar nisso: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio*. 2012. 246 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.
- BIAR, L. A. *Ação, estigma e resistência: estudo discursivo das feminilidades periféricas no Brasil*. Projeto de Pesquisa (Edital Universal/CNPq) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.
- BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism*. New Jersey: Ed. Prentice-Hall, 1969.
- BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BORBA, R.; LOPES, A. Escrituras de gênero e políticas de *différance*: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.21, n. esp., p. 241-285, 2018.
- BRIGGS, C. Anthropology, Interviewing, and Communicability in Contemporary Society. *Current Anthropology*, v. 48, n. 4, p. 551-581, 2007.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990 [2017].
- CAMERON, D; KULICK, D. Talking sex and thinking sex: the linguistic and discursive construction of sexuality. In: CAMERON, D.; KULICK, D. *Language and Sexuality*. Cambridge: CUP, 2003. p. 15-43.
- CLIFFORD, J. Verdades parciais. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (Org.). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016 [1986]. p. 31-61.
- COELHO, M, C. Sobre tropas e cornetas: apresentações à edição brasileira de writing culture. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G (Org.). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. p. 7-26.
- CRISTÓVÃO, L. S. Negociações com o armário: homossexualidades e estigma em narrativas de história de vida. 2016. 256 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- CRUZ, C. A. G.; BASTOS, L. C. . Histórias de uma obesa: a teoria dos posicionamentos e a (re)construção discursiva das identidades. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 15, n. 3, p. 367-384, set./dez. 2015.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.
- ERICKSON, F. Ethnographic microanalysis of interaction. In: LeCOMPTE, M. D.; MILLROY, W. L.; PREISSELE, J. (Org.). *The handbook of qualitative research in education*. New York: Academic Press, 1992. p. 201-225.
- FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. In: MOIRA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 45-65.
- FABRÍCIO, B. F.; BASTOS, L. C. Identidade de grupo: a memória como garantia do “nós face ao ‘outro’”. In: PEREIRA, M. G. D.; BASTOS, C. R. P.; PEREIRA, T. C. (Org.). *Discursos sócio-culturais em interação: Interfaces entre a narrativa, a conversação e a argumentação: navegando nos contextos da escola, saúde, empresa, mídia, política, gênero e migração*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 39-66.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. London: Routledge, 2003.
- BIAR, Liana de Andrade; ORTON, Naomi; BASTOS, Lilianna Cabral. A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de “pós-verdade”. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 21, n. 2, p. 231-251, maio/ago. 2021.

- FLORENCIO, A.; BIAR, L. A. Do capitalismo produtivo ao capitalismo financeiro: construção da coerência em testemunhos neopentecostais de prosperidade. *Domínios de Linguagem*, v. 12, p. 92-120, 2018.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de L. F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997 [1969].
- FOUCAULT, M. *Power/knowledge*. Selected interviews and other writings. New York: Pantheon, 1980.
- FRASER, N. Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea. In: *Interseções*, v. 4, n. 1, p. 7-32, 2002.
- GARCEZ, P. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. In: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (Org.). *Identidades: recortes inter- e multidisciplinares*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. p. 83-96.
- GARCEZ, P. M. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LORDER, L. L.; JUNG, N. M. (Org.). *Fala-em-interação social: uma introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008. p. 17-38.
- GARFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*. New Jersey: Prentice Hall, 1967.
- GEE, J. P. *An introduction to discourse analysis: Theory and method*. London: Routledge, 1999.
- GERGEN, M.M.; GERGEN, K. J. Investigação qualitativa: tensões e transformações. In: DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. (Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre, Artmed, 2006. p. 367-388.
- GOFFMAN, E. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1989[1959].
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GOFFMAN, E. The Interaction Order: American Sociological Association, 1982 Presidential Address. *American Sociological Review*, v. 48, n. 1, p. 1-17, 1983.
- GUBRIUM, J.; HOLSTEIN, A. From the individual interview to the interview Society. In: GUBRIUM, J.; HOLSTEIN, A. (Org.). *Handbook of interview research: context and method*. London: Sage, 2003. p. 3-32.
- GUMPERZ, J. *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HINE, C. *Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday*. London: Bloomsbury Academic, 2015.
- LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, W. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972. p. 354-397.
- LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative Analysis. In: HELM, J. (Org.). *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: U. of Washington Press, 1967. p. 12-44.
- LEWIS, E. *Acho que isso foi bastante macho pra ela: Reforço e subversão de ideologias heteronormativas em performances narrativas digitais de praticantes de 'pegging'*. 2016. 333 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- LINDE, C. *Life stories: the creation of coherence*. Oxford: OUP, 1993.
- MENDEZ, M. Autoethnography as a research method: Advantages, limitations and criticisms. *Colombian Applied Linguistics Journal*, v.15, n. 2, p. 279-287, 2013.
- MINAYO, M. C. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.
- MISHLER, E. *Research interviewing: context and narrative*, Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- MOITA LOPES, L. P. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. In: RIBEIRO, B. T. et al. (Org.) *Narrativa, identidade e clínica*. Rio de Janeiro: Ipub, 2001. p. 55-72.
- MOREIRA, M.; BASTOS, O. M.; BASTOS, L. C.; SANCHEZ, R. N. Violência contra crianças e adolescentes com deficiência: narrativas com conselheiros tutelares. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 19, p. 3871-3877, 2014.
- ORTON, N.; BIAR, L. A. Horizontality and gender in contemporary social movements. *Narrative Inquiry*, v. 30, p. 236-270, 2020.

ORTON, N. Práticas de atropelamento, práticas de resistência: dinâmicas de gênero e a construção discursiva da horizontalidade nos movimentos sociais contemporâneos. 2020. 205 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

RIESSMAN, C.K. *Narrative Methods for the Human Sciences*. Los Angeles: Sage, 2008.

SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SCHWANDT, T. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 192-217.

SHOSHANA, A. Translating a national grand narrative into a personal biographies: Alternative biographies among sblings in everyday life. *Narrative Inquiry*, v. 23, n. 1, p. 171-191, 2013.

SILVERMAN, D. (Ed.) *Qualitative research: theory, methods and practice*. London: Sage, 1997.

SILVERSTEIN, M. Shifters, linguistic categories, and cultural description. In: BASSO, K. H.; SELBY, H. A. *Meaning in Anthropology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1976. p. 11-55.

SOUZA, R. F.; BASTOS, L. C. A construção do sofrimento em narrativas cíclicas sobre dieta. In: BARCELOS; AMARO; PRADO (Org.). *Consumos alimentares em cenários urbanos: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Gramma; EdUERJ, 2020. p. 419-447.

TANNEN, D. *Talking Voices: repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse*. Cambridge England; New York: Cambridge University Press, 1989.

TEIXEIRA, J.; BIAR, L. A. Desalinhos caiçaras: identidades tradicionais em xeque na (tentativa de) construção de um projeto de educação diferenciada. *Pensares em Revista*, v. 14, p. 28-51, 2019.

VELHO, G. Observando o familiar. In: VELHO, G. (Org.) *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980. p.123-132.

WINKIN, Y. Descer ao campo. In: WINKIN, Y. *A Nova Comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas: Papyrus, 1998. p. 129-146.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210206-4220>

Recebido em: 01/04/20 | Aprovado em: 22/05/21

A PRODUÇÃO DE SENTIDO NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

The Production of Meaning | La producción de sentido en el
About the Covid-19 Pandemic | discurso periodístico sobre la
in the Brazilian Journalistic Discourse | pandemia del Covid-19 en Brasil

Samuel de Carvalho Lima*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte,
Campus Mossoró, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Mossoró, RN, Brasil

Rafael Lira Gomes Bastos**

Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística,
Fortaleza, CE, Brasil

Resumo: Este artigo investiga como o discurso jornalístico se torna palco de disputa de diversos pontos de vista sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil ao utilizar a voz da ciência, que se ampara no conhecimento científico, e a voz do idiota, que combate a voz da ciência. O *corpus* é constituído por cinco títulos e cinco *leads* de notícias sobre o tema, publicados no site do jornal *Folha de S. Paulo* entre 20 e 24 de março de 2020. A análise das relações dialógicas evidenciou que o discurso jornalístico se bivocaliza com o discurso científico, expressando a voz da ciência de maneira difusa; cria uma arena de disputa entre a voz da ciência e a voz do idiota, trazendo valorações anticientificistas quando se bivocaliza com o discurso bolsonarista; desacredita a voz do idiota, distanciando-se dela por meio do discurso citado, produzindo os efeitos de sentido sobre a Covid-19.

Palavras-chave: Dialogismo. Vozes sociais. Discurso jornalístico. Covid-19.

Abstract: This paper analyzes how the journalistic discourse becomes a stage for the discussions between different points of view about the Covid-19 pandemic in Brazil when using the voice of science, supported by scientific knowledge, and the voice of the idiot, when combats the former voice. Our corpus consists of five headlines and five leads about the theme, published on the website of the newspaper *Folha de S. Paulo* between March 20 and 24, 2020. The dialogical relations analysis showed that journalistic discourse comes to be a bivocalization in the scientific discourse, expressing the voice of science diffusely; creates an arena of discussions between the voice of science and the voice of the idiot, bringing anti-science valuations when bivocalizes itself with the Bolsonaroist discourse; and discredits the voice of the idiot, standing off from it through the quoted speech, as well as producing the effects of meaning over the Covid-19.

Keywords: Dialogism. Social voices. Journalistic discourse. Covid-19.

* Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) – UERN-UFERSA-IFRN. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7145-3686>. E-mail: samuel.lima@ifrn.edu.br.

** Doutorando em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL-UFC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6828-5976>. E-mail: rafael.lira.gomes@gmail.com.

Resumen: Este artículo investiga cómo el discurso periodístico se convierte en escenario de disputas desde diferentes puntos de vista sobre la pandemia de Covid-19 en Brasil mediante el uso de la voz de la ciencia, que se apoya en el conocimiento científico, y la voz del idiota, que combate la voz de la ciencia. El corpus consta de cinco títulos y cinco leads de noticias sobre el tema, publicados en la portada *Folha de S. Paulo* entre el 20 y 24 de marzo de 2020. El análisis de las relaciones dialógicas mostró que el discurso periodístico se *bivocaliza* con el discurso científico, expresando la voz de la ciencia de forma difusa; crea una arena de disputa entre la voz de la ciencia y la voz del idiota, aportando valoraciones anticientíficas al *bivocalizar* con el discurso *bolsonarista*; desacredita la voz del idiota, distanciándose de ella a través del discurso citado, produciendo los efectos del sentido sobre Covid-19.

Palabras clave: Dialogismo. Voces sociales. Discurso periodístico. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

A notícia, como gênero do discurso da esfera jornalística, é caracterizada por ser um enunciado relativamente estável que se pretende objetivo e que traz uma informação nova e relevante para a sociedade, além de construir o imaginário coletivo, buscando influenciar seus interlocutores (BENITES; SILVA, 2015; DARDE, 2006; LONGHI; FERREIRA, 2018). Em tempos da pandemia de Covid-19 no Brasil e no mundo, diante da importância e da urgência do tema, as notícias cumprem o papel de orientar a sociedade para a preservação da vida humana e se tornam palco de disputa de diversos pontos de vista.

Bakhtin e o Círculo oferecem um aporte teórico-metodológico para compreendermos que os atos praticados pelos seres humanos são semiotizados discursivamente e se deixam revelar em enunciados concretos que carregam, por meio de vozes sociais, os mais variados posicionamentos sobre um dado objeto (OLIVEIRA, 2012). Para Bakhtin (2018), todo discurso é bivocal, por carregar diferentes posicionamentos e valorações sociais, ou seja, a presença do outro no enunciado é marcada por diversos pontos de vista. O que é feio ou bonito, bom ou mau, científico ou religioso materializa-se por meio dos mais diversos recursos linguísticos e discursivos que compõem a totalidade de sentido do enunciado. Para nós, o objeto de discurso Covid-19 também se deixa tocar dialogicamente pelas diversas valorações sociais que constroem o todo de sentido sobre o tema.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é verificar como o discurso jornalístico se utiliza da voz da ciência, que se ampara no conhecimento científico, e da voz do idiota – designada pelos autores para caracterizar o ponto de vista que combate a voz da ciência – na produção de sentidos sobre a pandemia da covid-19 no Brasil. Uma vez que o jornal *Folha de S. Paulo* constitui um veículo de comunicação de massa, sendo, inclusive, o de maior alcance nacional, suas notícias são capazes de promover reações-respostas nos leitores que necessitam de informações que possam garantir sua própria existência. Amparados nos princípios da Análise Dialógica do Discurso (ADD), analisamos cinco títulos e cinco *leads* de notícias publicados no site do jornal *Folha de S. Paulo* entre os dias 20 e 24 de março de 2020, flagrando a produção de sentido pretendida pelo discurso jornalístico sobre o tema em questão.

Feitas essas considerações iniciais, além desta introdução, o artigo se encontra dividido em mais três seções: a seguir, apresentamos nossas escolhas teórico-metodológicas, pautadas na concepção de dialogismo, enunciado e vozes sociais, bem como na sistematização da ADD para títulos e *leads* de notícias; posteriormente, realizamos a análise do *corpus*, flagrando as relações dialógicas entre as vozes sociais que disputam a consciência humana no que se refere ao objeto de discurso Covid-19 em tempos de pandemia no Brasil; por fim, apresentamos as considerações finais.

2 ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Diante da complexidade e do alcance do pensamento de Bakhtin e o Círculo, pesquisadores brasileiros têm se apropriado dos pressupostos dialógicos com o intuito de oferecer uma sistematização do que denominamos Análise Dialógica do Discurso (BRAIT, 2016; ACOSTA PEREIRA; BRAIT, 2020; SOBRAL; GIACOMELLI, 2016; 2018; entre outros). Os estudos desses pesquisadores nos servem de lupa para a análise enunciativo-discursiva empreendida neste artigo para elucidar como o discurso jornalístico se utiliza de vozes sociais na produção de sentido sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil.

Na perspectiva dialógica, a linguagem é realizada por meio de enunciados concretos, que são elos na cadeia da interação verbal, produto “da interação de dois indivíduos socialmente organizados [...] A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 114-115). A essência do pensamento dialógico, portanto, está posta na relação de alteridade *eu-o-outro*. A interação entre os indivíduos é o fator central para a produção dos enunciados e da objetivação exterior do signo linguístico, ideologicamente orientado, como uma totalidade de sentido. Segundo Bakhtin (1997, p. 295),

[...] antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros (ainda que seja como uma compreensão responsiva ativa muda ou como um ato-resposta baseado em determinada compreensão). O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro.

Nesta perspectiva, cabe salientar que o outro, do ponto de vista bakhtiniano, não corresponde necessariamente ao parceiro imediato do diálogo face a face; mais que isso, “mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 114). Esse aspecto nos é relevante para compreender as condições de produção da notícia, gênero discursivo secundário, cujos interlocutores são o jornalista e seu leitor, neste caso compreendidos como representantes médios de seus grupos sociais: dos que escrevem e dos que leem. Nessas condições, a palavra do locutor é sempre orientada para a resposta do interlocutor, mas não apenas, uma vez que ela também, ao mesmo tempo, já se relaciona com enunciados anteriores. Sendo assim, o enunciado é dialogicamente inseparável dos enunciados anteriores que o determinam, considerado uma reação-resposta na qual

A palavra (e em geral, o signo) é interindividual. Tudo o que é dito, expresso, situa-se fora da “alma”, fora do locutor, não lhe pertence com exclusividade. Não se pode deixar a palavra para o locutor apenas. O autor (o locutor) tem seus direitos imprescritíveis sobre a palavra, mas também o ouvinte tem seus direitos, e todos aqueles cujas vozes soam na palavra têm seus direitos (não existe palavra que não seja de alguém). A palavra é um drama com três personagens (não é um dueto, mas um trio). (BAKHTIN, 1997, p. 351).

Nessa dinâmica, nossa análise leva em consideração que o enunciado sempre responde a outros, refutando-os, confirmando-os, completando-os, baseando-se neles, supondo-os conhecidos; e, de algum modo, conta com eles para compor os efeitos de sentido. Sendo assim, o enunciado é constituído por vozes sociais que são compreendidas como “pontos de vista específicos sobre o mundo, formas da sua compreensão verbalizada, horizontes concreto-semânticos e axiológicos específicos” (BAKHTIN, 2015, p. 67), presença do outro no discurso do enunciador. O discurso, de tal modo, só pode ser entendido se soubermos “quem usa a língua para se dirigir a quem, em que contexto, incluindo momento, local, interlocutores e suas relações sociais” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 1078). Dessa forma, o discurso, sócio-historicamente constituído, bivocaliza-se com outros discursos, que, na teoria bakhtiniana, materializam-se em enunciados/textos carregados de pontos de vista axiológicos, ou seja, de vozes sociais. Assim,

A bivocalidade da palavra consiste na introdução/citação de palavras de outrem no próprio enunciado. Através dela, cada enunciado apresenta sempre uma perspectiva que é uma reação ao enunciado alheio, uma resposta, polêmica, estilização, evasiva, contradição, mas organizada num único enunciado. (GONÇALVES; AMARAL, 2017, p. 143-144).

Nossas palavras são, por assim dizer, reconstruções valorativas das palavras dos outros. “As palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais” (BAKHTIN, 2018, p. 223). Elas nascem e se formam “em interação e em luta com o pensamento alheio, o que não pode deixar de refletir nas formas de expressão verbal do nosso pensamento” (BAKHTIN, 1997, p. 317). Em outras palavras, as relações dialógicas, objeto de nossa análise, são as condições necessárias para o surgimento do discurso bivocal, demonstrando o funcionamento da linguagem por meio de enunciados que se convertem, pela composição ideológica da língua, em posições valorativas de diferentes sujeitos no campo do discurso. As relações dialógicas são possíveis, então, entre enunciações ou até mesmo entre palavras, desde que estas sejam tomadas como “representante do enunciado de um outro, ou seja, se ouvirmos nela a voz do outro” (BAKHTIN, 2018, p. 210).

Ao tratarmos da pandemia de Covid-19 no Brasil como objeto do discurso jornalístico, percebemos que ela não fica alheia aos diferentes juízos de valor produzidos socialmente nessa esfera da comunicação. A produção de sentido sobre o tema tem variado em torno de dois polos: o primeiro se ampara no ponto de vista científico, orientando as condutas humanas pela via de argumentos pautados em pesquisas de natureza experimental; o segundo se ampara na negação do científico, surgindo como reação-reposta ao primeiro. Levando em consideração que a ADD, entre outras coisas,

examina as relações dialógicas que se estabelecem entre as vozes sociais que lutam pela consciência do sujeito ao expressar seu posicionamento diante de um objeto de discurso, esses dois polos recebem, nas fronteiras desta pesquisa, as seguintes denominações: *voz da ciência e voz do idiota*.

A voz da ciência, como já assinalado, ampara-se no conhecimento produzido e divulgado pela esfera científica – por exemplo, os artigos publicados em periódicos especializados que reportam novas descobertas sobre a Covid-19 a fim de promover o combate ao vírus e de estabelecer políticas de preservação da vida humana (SHEREEN et alii, 2020; AHMED; MEMISH, 2020). A mídia brasileira, por sua vez, segundo Albarello e Pinheiro (2017), tem se empenhado em divulgar e popularizar o conhecimento científico. Dessa forma, percebemos que, no gênero notícia, o discurso jornalístico se bivocaliza com o discurso científico, expressando a voz da ciência para sustentar seu projeto de dizer.

Por outro lado, a voz do idiota combate o conhecimento cientificamente produzido. Na filosofia e na literatura, a voz do idiota já foi caracterizada como uma voz distante das vozes típicas, idílicas e românticas (DELEUZE, 1989; TINTINO FILHO, 2013). Nesse caso, o idiota se torna o sujeito despido de reconhecimento social validado pelo poder, e sua voz é a voz de quem é posto à margem. Vale salientar que o tom filosófico desterritorializa o uso dessa palavra, tornando-a adaptável a outros contextos. Desse contexto para o nosso, a voz do idiota se apresenta à margem do conhecimento científico, além de menosprezá-lo. Assim como há bivocalização entre os discursos jornalístico e científico, mencionada anteriormente, no gênero notícia o discurso jornalístico também se bivocaliza com o discurso bolsonarista, expressando a voz do idiota para desacreditá-la e construir a arquitetônica discursiva em torno da pandemia de Covid-19 no Brasil. Vale salientar que o discurso bolsonarista é compreendido como o discurso político e autoritário de implementação do projeto de poder da direita neoliberal conservadora no Brasil (cf. PAIVA; BATISTA JÚNIOR, 2019).

Metodologicamente, “Bakhtin é muito claro e até repetitivo em dizer que o objetivo da investigação nas Ciências Humanas é o de compreender as vozes sociais e suas relações dialógicas presentes nos enunciados concretos” (OLIVEIRA, 2012, p. 278). Amparados nessa orientação, analisamos as relações dialógicas entre a diversidade de posições sociais materializadas no horizonte concreto-semântico do discurso jornalístico, flagrando a inserção da voz do outro, que pode ser marcada por meio do discurso citado, tais como o discurso direto e indireto. Por outro lado, variedade de nexos na transmissão do discurso alheio “[...] jamais se esgota nos modelos gramaticais dos discursos direto e indireto: os meios de sua inserção, informação e relevo são assaz multiformes” (BAKHTIN, 2015, p. 132). Por isso, analisamos, também, as opiniões que materializam um determinado posicionamento ideológico e demais formas do discurso do outro, sejam elas ocultas, semiocultas ou difusas, mas que compõem a orientação dialógica do discurso. Similarmente a Sipriano e Gonçalves (2017), na análise das formas de transmissão difusa da voz do outro enfatizamos os acentos apreciativos expressos por meio dos recursos linguístico-discursivos, tais como os verbos, advérbios, adjetivos, entre outros.

Diante do apresentado, construímos uma sistematização para a análise enunciativo-discursiva pautada na hierarquia topo-base, isto é, no método sociológico de análise linguística proposto por Bakhtin/Volochinov (2006). Tal método se inicia pela análise das interações sociais entre os interlocutores, levando em consideração as condições de produção dos enunciados; em seguida, analisam-se as formas que os enunciados assumem mediante a heterogeneidade dos gêneros do discurso; por último, realiza-se a análise linguística habitual para a elucidação das relações dialógicas situadas no campo do discurso. Salientamos que, embora apresentemos a sistematização de uma ADD para títulos e *leads* de notícias (Figura 1), ela pode ser adaptada a outros contextos discursivos, desde que assumam, também, que seus elementos sejam imbricados intimamente no estudo dos textos que compõem o *corpus* da investigação, assim como se imbricam as relações dialógicas de/entre qualquer discurso.



Figura 1 – Sistematização da ADD para títulos e *leads* de notícias

Fonte: autoria própria (2020).

Seguindo os procedimentos metodológicos assinalados, o *corpus* desta investigação é constituído por títulos e *leads*, elementos que integram a estrutura composicional do gênero notícia com a função de orientar e organizar a compreensão do que se pretende tematizar. Além disso, títulos e *leads* pressupõem fortemente a presença de seu interlocutor, pois “Quando evoca um acontecimento, o leitor, ao menos num primeiro momento, não está preocupado com detalhes, mas com a informação principal. É esta que de fato lhe interessa e, por isso, é esta que ele busca na manchete e no lead” (COMASSETO, 2001, p. 87).

O *corpus* de nossa análise é constituído por cinco títulos e seus respectivos *leads* do gênero discursivo notícia, publicados no site do jornal *Folha de S. Paulo*, jornal de maior circulação nacional nas últimas três décadas (cf. COM..., 2019). O *corpus* foi enumerado e organizado de um a cinco, apresentando o título e o *lead* de cada notícia (Quadro 1).

| Nº | TÍTULO | LEAD |
|----|--|---|
| | Ministério da Saúde irá ampliar para 22,9 milhões total de testes para novo coronavírus | Nova oferta deve abranger exames rápidos e laboratoriais; pasta avalia ampliar testagem de casos leves em cidades maiores |
| | Pandemia de coronavírus gera corrida global por vacinas, medicamentos e diagnósticos | Experimentos vão de novos usos para velhos remédios a técnicas inovadoras de imunização |
| | Presidente da Palmares diz que isolamento é 'maior imbecilidade da história' | Medida decretada por governos de todo o Brasil é considerada uma das mais eficazes na contenção do coronavírus |
| | 'Não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar', diz Bolsonaro sobre coronavírus | Presidente disse que só fará um novo exame para a doença se for recomendado por seu médico |
| | Em pronunciamento, Bolsonaro critica fechamento de escolas, ataca governadores e culpa mídia | Fala do presidente foi acompanhada por painéis em cidades do país pelo oitavo dia seguido |

Quadro 1 – Títulos e leads de notícias sobre Covid-19

Fonte: *Corpus* da pesquisa.

A constituição do *corpus* foi resultado da seleção de textos recentes, publicados entre 20 e 24 de março de 2020, que se demonstraram mais representativos para a elucidação de como o discurso jornalístico se utiliza da voz da ciência e da voz do idiota na composição dos enunciados sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil (cf. CANCIAN; 2020; COLETTA, 2020; LOPES; 2020; PRESIDENTE..., 2020; URIBE; CHAIB; COLETTA, 2020). Segue nossa análise.

3 ANÁLISE DOS TÍTULOS E LEADS

Os enunciados em análise estão ligados às condições concretas do Brasil em tempos da pandemia de Covid-19, coronavírus. Muitas informações chegam diariamente ao nosso conhecimento, pelas redes sociais, por programas de televisão, telejornais e, em especial, por notícias que se multiplicam ao passo que surgem novidades sobre o tema. Em se tratando das notícias, a interação entre o jornalista e seus interlocutores é realizada, inicialmente, por meio da leitura dos títulos e dos *leads* que expressam um todo de sentido pretendido na informação veiculada nesse gênero do discurso. Além disso, já possibilita reações-resposta do interlocutor na adesão ou não a um determinado ponto de vista.

No gênero do discurso *notícia*, a composição do enunciado surge, muitas vezes, com o objetivo de popularizar o discurso científico e convencer a sociedade a cumprir as recomendações médicas para evitar o agravamento da pandemia e o colapso do sistema de saúde, sendo, uma dessas medidas, o isolamento social. Título, também conhecido como manchete, *lead* e corpo da notícia se integram em um texto de registro predominantemente formal, relativamente curto, informativo, descritivo ou narrativo sobre fatos reais (factual), atuais e cotidianos.

A análise revelou que, dos cinco títulos de notícias seguidos de seus respectivos *leads*, dois deles se bivocalizam com o discurso científico para informar sobre a pandemia com base em fatos e dados (1 e 2), enquanto três outros se bivocalizam com o discurso bolsonarista para trazer posicionamentos que negam a real problemática (3, 4 e 5).

Nos dois primeiros títulos e *leads*, é possível flagrar, em sua constituição, o que denominamos *voz da ciência*. São excertos típicos da bivocalidade assumida pelo

discurso jornalístico com o discurso científico, trazendo marcas linguísticas próprias do campo de atividade da ciência, elementos que ajudam a constituir socialmente o próprio gênero notícia. A linguagem factual é uma dessas marcas, e a relação dialógica do título com o *lead* se estabelece de forma complementar, não polêmica.

O título *Ministério da Saúde irá ampliar para 22,9 milhões total de testes para novo coronavírus* (1) narra uma previsão de ação que acontecerá em momento posterior à notícia, atribuindo um tom de certeza pelo uso estilizado do tempo verbal futuro, indicando um certo protagonismo ao *Ministério da Saúde* no combate à pandemia de Covid-19 por meio da ampliação de testes que diagnosticam o vírus. O *lead Nova oferta deve abranger exames rápidos e laboratoriais; pasta avalia ampliar testagem de casos leves em cidades maiores* (1) reforça a ampliação da ação em tela, por meio da semântica dos verbos *abranger* e *ampliar*, além da inclusão de *exames rápidos e laboratoriais*, com especial atenção, ainda, para *cidades maiores*. No entanto, ao utilizar o verbo *dever*, como modalizador do discurso na expressão *deve abranger*, e o verbo *avaliar*, em *avalia ampliar*, o enunciador tinge o discurso jornalístico com o tom hipotético. Com isso, título e *lead* procuram provocar uma reação-reposta no interlocutor preocupado com a atual situação pandêmica de Covid-19 no Brasil: uma certa tranquilidade ao informar que o Ministério da Saúde está tomando medidas que favoreçam a ampliação do diagnóstico do coronavírus, por *meio de testes, exames rápidos e laboratoriais*, embora apreciadas pela não garantia de seus desdobramentos. O léxico selecionado caracteriza a voz da ciência, evidenciando as relações dialógicas entre o discurso jornalístico e o discurso científico. Essas relações, portanto, delimitam o enunciado como uma resposta que supõe e confirma o conhecimento científico produzido anteriormente, atestando a gravidade do coronavírus, ao passo que busca tranquilizar seus interlocutores diante da assunção da pandemia.

O título *Pandemia de coronavírus gera corrida global por vacinas, medicamentos e diagnósticos* (2), por meio do léxico *vacinas, medicamentos e diagnóstico*, expressa o conhecimento produzido pela pesquisa experimental que busca dar um retorno à sociedade em relação ao combate à *pandemia*, dando expressividade à voz da ciência. O excerto *corrida global* dá o tom de urgência a essas medidas; se existe uma *corrida global*, é porque a infecção viral é grave e exige cuidados imediatos. Além disso, o termo *global* evidencia o caráter amplo dessa campanha, que extrapola os limites fronteiriços do que se compreende por nação, tornando-se uma agenda mundial. A voz da ciência se faz traduzida em uma língua sem fronteiras, sem nacionalidade, caracterizando a propriedade universal reivindicada pela ciência empírica. Já o *lead Experimentos vão de novos usos para velhos remédios a técnicas inovadoras de imunização* (2) maximiza o esforço dos cientistas em encontrar a solução para a pandemia de Covid-19, por meio da valoração positiva em relação ao agir científico. Essa valoração se dá pelo jogo de palavras *novos usos/velhos remédios*, bem como a adjetivação em *técnicas inovadoras*, que ao se bivocalizarem com o discurso científico, provocam a compreensão da evolução da pesquisa de natureza experimental, reverberando a voz da ciência como solução para o quadro pandêmico. A forma como o discurso jornalístico se bivocaliza com o discurso científico, criando o espaço para as relações dialógicas entre os enunciados, ajuda a construir o sentido produzido no discurso jornalístico sobre a pandemia no Brasil: uma

situação que demanda inovação e comprometimento técnico por parte dos pesquisadores. Dessa forma, títulos e *leads* expressam um tom de cientificidade de modo a influenciar seu interlocutor, impessoalizando a palavra do outro, apoderando-se dos pontos de vista dos outros como se fosse seu, situação na qual “a voz penetrou neles, apoderou-se deles” (BAKHTIN, 1997, p. 350).

Os títulos 3, 4 e 5, por sua vez, repercutem o que denominamos *voz do idiota*, ponto de vista que é comprometido com a negação da atual situação de pandemia e, por conseguinte, da voz da ciência. O discurso citado do outro, a exemplo do discurso direto e indireto, marca, sintaticamente, a voz do idiota inserida no discurso jornalístico. A notícia que tem como propósito comunicativo a popularização da ciência mantém, com o discurso citado, uma relação de polêmica, reconstruindo, nos *leads* 3, 4 e 5, os pontos de vista sustentados pela voz do idiota.

O título *Presidente da Palmares diz que isolamento é 'maior imbecilidade da história'* (3) traz, por meio do discurso direto marcado por aspas simples, um ponto de vista que caracteriza o isolamento social como uma *imbecilidade*. A valoração negativa da medida de *isolamento*, marcada pelo termo *imbecilidade*, combate uma orientação de controle do quadro pandêmico no Brasil, já resultado da bivocalização entre os discursos jornalístico e científico, que trouxe uma voz da ciência difusa pelo horizonte semântico do léxico utilizado nos títulos e *leads* analisados anteriormente. Neste título de notícia, o discurso citado, portanto, expressa a voz do idiota, mobilizada pelo jornalista para marcar aquilo que nega o ponto de vista científico. O *lead* *Medida decretada por governos de todo o Brasil é considerada uma das mais eficazes na contenção do coronavírus* (3), por seu turno, apresenta a reação-resposta à voz do idiota. O enunciador salienta que *a medida* foi decretada por governadores de *todo o Brasil* para informar a amplitude do tema e construir, por meio da estruturação da voz passiva *é considerada* e da valoração produzida pelo adjetivo *eficazes*, uma verdade inquestionável de um sujeito omitido, produzindo um *alguém diz*, isto é, um *status* de verdade para o que é dito, que evidencia o propósito comunicativo desta notícia. As relações dialógicas de polêmica no título e no *lead* constroem o projeto de dizer da notícia e revelam o todo de sentido: refutar a voz do idiota, distanciando-se dela por meio do uso do discurso direto.

O título *'Não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar', diz Bolsonaro sobre coronavírus* (4) traz a voz do presidente do Brasil por meio do discurso direto marcado por aspas simples. Bolsonaro, investido do papel social de presidente do país, menospreza a real gravidade da pandemia no contexto nacional e internacional, utilizando-se do diminutivo em seu juízo de valor *gripezinha*. O uso do diminutivo nesta valoração põe em questão o conhecimento científico produzido sobre o tema, entrando em uma relação dialógica com a voz da ciência, já flagrada em títulos e *leads* anteriormente analisados (1 e 2); neste caso, menosprezando-a. No *lead* *Presidente disse que só fará um novo exame para a doença se for recomendado por seu médico* (4), o jornalista manipula a voz do presidente, por meio do discurso indireto, para reconstruir a valoração em torno da gravidade do que ele classificou de *uma gripezinha*, sugerindo que até mesmo quem nega a gravidade do coronavírus deve se submeter ao exame por recomendação médica. O discurso indireto, mesmo sugerindo essa polêmica velada com o título, ainda traz o eco da voz do idiota que constitui o título da notícia, pois a recomendação médica, em *só fará*

um novo exame, é subordinada a uma oração condicional iniciada pela partícula *se* e particulariza essas recomendações em um único indivíduo, *seu médico*, como se essa autoridade específica pudesse ser maior do que orientações oriundas de conhecimento científico, atualizado independentemente de quem exerce a profissão da medicina. Título e *lead*, neste caso, apresentam relações dialógicas entre si constituídas pelo embate entre a voz do idiota contra a voz da ciência, de maneira muito velada, isto é, mesmo por meio do discurso citado, a notícia promove a relevância do conhecimento científico sobre a pandemia de Covid-19.

O título *Bolsonaro critica fechamento de escolas, ataca governadores e culpa mídia* (5), por último, apresenta outro exemplo do discurso citado do presidente do Brasil. A estratégia de inserção do discurso do presidente no título da notícia é iniciada pelo uso do verbo criticar, que recebe tom elocutório e o expande aos demais verbos, atacar e culpar, usados no presente do indicativo para expressar a fala do presidente. A semântica dos verbos selecionados pelo jornalista avalia a reação-resposta do presidente contra os enunciados constituídos pela voz da ciência, combatendo as orientações para o controle da pandemia a respeito do isolamento social que tem sido normatizado por demais agentes políticos do poder executivo e divulgado positivamente pela mídia. O sentido produzido pelo discurso citado e pelos tons apreciativos dos recursos linguísticos dão acabamento ao projeto de dizer do jornalista, construindo um dizer sobre o dito, no qual a fala do presidente já é avaliada pela voz do jornalista: ouvem-se as duas vozes. Coloca-se a voz do presidente como ponto de vista que nega a materialidade histórica e constrói uma guerra imaginária, em que o inimigo a ser combatido é representado pela tríade ação de controle, governadores e mídia. O discurso jornalístico se utiliza da voz do outro que menospreza os enunciados que orientam para a preservação da vida em escala mundial. Isso corrobora o pensamento bakhtiniano de que o discurso, de fato, se utiliza de muitas estratégias para se bivocalizar, sendo uma delas o revestimento dessas vozes de nossas próprias intenções (BAKHTIN 2018). Dessa forma, ele constrói, nos pontos em que se tocam dialogicamente os enunciados, a expressão concreto-semântica da voz do idiota.

O *lead Fala do presidente foi acompanhada por painelações em cidades do país pelo oitavo dia seguido* (5) tanto constitui uma reação-resposta ao próprio discurso citado do presidente, como demonstra que seu pronunciamento gerou uma atitude responsiva ativa na população. O texto polemiza abertamente com o ponto de vista anticientificista materializado na voz do idiota, relatando que *painelações* responderam, em forma de protesto, ao enunciado primeiro. Vale salientar que o *panelaço* é uma forma de protesto conhecida pelos brasileiros da classe média, que se utiliza desse recurso na tentativa de destituição de agentes de seus cargos políticos, ou seja, a atitude responsiva ativa *bater de panelas* reivindica o impedimento do mandato presidencial de forma sistemática e contínua, pois se manifesta *pelo oitavo dia seguido*. O discurso jornalístico, ao trazer o *panelaço* como contraponto ao discurso presidencial, produz o efeito de sentido de que a população está insatisfeita com posturas de quem ignora o bem-estar social e não se preocupa com a vida dos cidadãos brasileiros. O barulho provocado pelo *panelaço* sufoca enunciados imbuídos pela voz do idiota que nega as orientações dos órgãos oficiais de saúde. Ao fazê-lo, o *panelaço* dá o tom da melodia polifônica aos gritos de “Fora Bolsonaro!” que ecoam pelas cidades do país em tempos da pandemia de Covid-19 e que apontam para o caráter inacabado do enunciado, no qual a última palavra nunca é dita.

Dada a análise, os resultados apontam que a voz da ciência é expressa por meio da mobilização de léxico de natureza específica da esfera da comunicação científica, enquanto a voz do idiota é revelada por meio do discurso citado que menospreza as orientações para o combate da pandemia, despreza seus efeitos e cria uma guerra imaginária em que a mídia é seu principal inimigo. A voz da ciência é a expressão do ponto de vista científico, quando bivocalizado no discurso jornalístico, atestando para a gravidade da pandemia. A voz do idiota é a expressão do ponto de vista bolsonarista, quando bivocalizado no discurso jornalístico, menosprezando e negando a voz da ciência. Assim, o discurso jornalístico constrói-se como palco da disputa na produção de sentido atribuído ao objeto de discurso Covid-19, escolhendo, previamente, o seu lado no embate. As relações dialógicas entre as vozes sociais no discurso jornalístico pressupõem o propósito comunicativo do gênero *notícia* por meio da função de seus títulos e *leads* no contexto em tela, qual seja, negar a voz do idiota ao bivocalizar-se difusamente com a voz da ciência. Em outros termos, “O sentido se distribui entre as diversas vozes” (BAKHTIN, 1997, p. 317).

Em síntese, a análise das relações dialógicas evidenciou que o discurso jornalístico, ao se bivocalizar com o discurso científico, expressa a voz da ciência de maneira difusa; cria uma arena de disputa entre a voz da ciência e a voz do idiota, trazendo valorações anticientificistas ao se bivocalizar com o discurso bolsonarista; desacredita a voz do idiota, distanciando-se dela por meio do discurso citado, produzindo os sentidos sobre a Covid-19.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, observamos como o discurso jornalístico se utilizou da voz da ciência, que se ampara no conhecimento científico, e da voz do idiota, que combate a voz da ciência, para compor os enunciados sobre a pandemia Covid-19 no Brasil. Para tanto, foi necessário percorrermos um caminho teórico-metodológico capaz de sustentar, por via da Análise Dialógica do Discurso (ADD), as premissas que consideram o enunciado concreto como unidade de análise, composto por diversos pontos de vista sobre o mundo que, quando enunciado, tinge as palavras da língua de muitas intenções.

O gênero do discurso *notícia*, como já assinalou Bakhtin (2015), é potencial de transmissão, ponderação, recordação, discussão das palavras/opiniões alheias. Com isso, a publicação de uma notícia, além de responder a enunciados anteriores sobre um dado tema, é forjada na cadeia dialógica, antecipando uma resposta futura, cunhando, no horizonte social, opiniões, atitudes e valores, transformando o discurso jornalístico em palco para a disputa de diferentes pontos de vista, conforme flagrado por meio da análise das relações dialógicas das vozes sociais nos títulos e *leads* desta investigação.

Quando a pandemia de Covid-19 no Brasil foi tematizada nas notícias extraídas da página do jornal *Folha de S. Paulo*, percebemos que dois pontos de vista opostos se consolidavam na materialidade discursiva e na luta pela consciência dos sujeitos da interação verbal: a voz da ciência e a voz do idiota. A voz da ciência foi de tal forma bivocalizada com o discurso jornalístico, em uma pretensa unificação, que a recuperação dos pontos de vista da esfera científica só foi possível de maneira difusa, pelos elementos linguístico-discursivos que caracterizam a linguagem de um grupo, de uma profissão, via utilização de jargões e léxico próprios daquela esfera.

Por outro lado, quando repercute a voz do idiota, o discurso jornalístico utilizou as formas marcadas do discurso do outro, pessoalizando o discurso citado. Dessa forma, títulos e *leads* se distanciam das opiniões que contrapunham o ponto de vista científico. A utilização dos variados recursos linguístico-discursivos utilizados para construir o projeto de dizer do discurso jornalístico reafirma que a língua é ideologicamente preenchida, uma opinião concreta sobre o mundo, uma realidade viva e social que se renova em cada novo enunciado, único e irrepitível, mas aberto para novas modalidades de compreensão a partir do horizonte social do outro.

A análise realizada neste artigo, inserida nos princípios da Análise Dialógica do Discurso, pressupõe que “A visão do mundo, a tendência, o ponto de vista, a opinião têm sempre sua expressão verbal. É isso que constitui o discurso do outro (de uma forma pessoal ou impessoal), e esse discurso não pode deixar de repercutir no enunciado.” (BAKHTIN, 1997, p. 321). Dessa forma, reafirmamos que as relações dialógicas nas notícias do site do jornal *Folha de S. Paulo* constroem um todo de sentido que revela seu posicionamento axiológico: negar a voz do idiota recorrendo à voz derivada do contexto científico, demonstrando que, antes de mais nada, a palavra é portadora de valoração social.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA PEREIRA, R; BRAIT, B. Revisitando o estudo/estatuto dialógico da palavra. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 1, n. 1, p. 125-142, jan./abr. 2020.
- AHMED, Q. A.; MEMISH, Z. A. The cancellation of mass gatherings (MGs)? Decision making in the time of COVID-19. *Travel Medicine and Infectious Disease*, [s.l.], p.1-4, mar. 2020.
- ALBARELLO, P. S.; PINHEIRO, N. F. Polifonia como estratégia no processo de recontextualização da ciência no gênero reportagem televisiva. *Domínios de Lingu@gem*, [S.L.], v. 11, n. 4, p. 1344, out./dez. 2017.
- BAKHTIN, M. M. (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. Tradução do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. Revisão da tradução Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. M. *Problemas da poética de Dostoiévsky*. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.
- BAKHTIN, M. M. *Teoria do romance I: A estilística*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: 34, 2015.
- BENITES, S. A. L.; SILVA, D. R. O dialogismo no gênero discursivo notícia. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, Maringá, v. 37, n. 4, p. 347-357, Oct.-Dec. 2015.
- BRAIT, B. Análise e Teoria do discurso. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2016.
- COMASSETTO, L. R. *As razões do título e do lead: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia*. 2001. 99f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras/Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- DARDE, V. W. S. *As vozes da AIDS na imprensa: um estudo das fontes de informação dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo*. 2006. 186f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- DELEUZE, G. *O abecedário de Gilles Deleuze*. Entrevista. Realizado por Pierre-André Boutang. França: Éditions Montparnasse, 1989.

GONÇALVES, J. B. C.; AMARAL, M. R. S. Análise dialógica do discurso orientada para o texto: o dialogismo interno e a bivocalidade no poema *Ela e Você*, de Arnaldo Antunes. *Letras em Revista*, [S.l.], v. 8, n. 01, 2017.

LONGHI, R.; FERREIRA, L. T. Dialogismo: as vozes em notícias de um estupro coletivo. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 8, n. 2, p.80-99, maio/ago. 2018.

LOPES, R. J. Pandemia de coronavírus gera corrida global por vacinas, medicamentos e diagnósticos. *O Estado de S. Paulo*, [S. l.], p. 1, 24 mar. 2020.

OLIVEIRA, M. B. Um olhar bakhtiniano sobre a pesquisa nos estudos do discurso. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 265-284, 2012.

PAIVA, F. J. O.; BATISTA JÚNIOR, J. R. L. O discurso bolsonarista em metáforas multimodais sobre a flexibilização da posse de armas: uma análise dialético-relacional no gênero charge. *Revista Letras Raras*, v. 8, n. 2, p. 58-79, 2019.

SHEREEN, M. A.; KHAN, S.; KAZMI, A.; BASHIR, N.; SIDDIQUE, R. COVID-19 infection: origin, transmission, and characteristics of human coronaviruses. *Journal of Advanced Research*, [s.l.], p.1-26, mar. 2020.

SIPRIANO, B. F. GONÇALVES, J. B. C. O conceito de vozes sociais na teoria bakhtiniana. *Revista Diálogos*, Cuiabá, v. 5, n. 1, p. 60-80, 2017.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD. *Domínios de Lingu@gem*, Uberlândia, v. 10, n. 3, p.1076-1094, jul./set. 2016.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Das significações na língua ao sentido na linguagem: parâmetros para uma análise dialógica. *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, v. 18, n. 2, p.307-322, maio-ago. 2018.

TINTINO FILHO, D. *Cartografias do desejo em asfalto selvagem - engraçadinha, seus amores e seus pecados*: humor, erotismo e o pornógrafo no romance rodrigueano. 2013. 123f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

DADOS DE CORPUS

CANCIAN, N. Ministério da Saúde ampliará para 22,9 milhões total de testes para novo coronavírus. *O Estado de S. Paulo*, [S. l.], p. 1, 24 mar. 2020.

COLETTA, R. D. Em pronunciamento, Bolsonaro critica fechamento de escolas, ataca governadores e culpa mídia. *O Estado de S. Paulo*, [S. l.], p. 1, 24 mar. 2020.

COM crescimento digital, Folha lidera circulação total entre jornais brasileiros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 21 abr. 2019.

LOPES, R. J. Pandemia de coronavírus gera corrida global por vacinas, medicamentos e diagnósticos. *O Estado de S. Paulo*, [S. l.], p. 1, 24 mar. 2020.

PRESIDENTE da Palmares diz que isolamento é 'maior imbecilidade da história'. *O Estado de S. Paulo*, [S. l.], p. 1, 24 mar. 2020.

URIBE, G.; CHAIB, J.; COLETTA, R. D. 'Não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar', diz Bolsonaro sobre coronavírus. *O Estado de S. Paulo*, [S. l.], p. 1, 26 mar. 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos pareceristas da revista *Linguagem em (Dis)curso* pelas contribuições e revisões no texto original. O trabalho voluntário desses profissionais contribuiu de forma decisiva para a qualidade final deste manuscrito.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210207-5420>

Recebido em: 29/04/20 | Aprovado em: 17/05/21

ETHOS EM INTERAÇÃO: O DEBATE POLÍTICO-ELEITORAL ENTRE EDUARDO PAES E WILSON WITZEL EM 2018

| | |
|--|---|
| Interaccional Ethos: The Political and Electoral Debate between Eduardo Paes and Wilson Witzel in 2018 | Ethos en interacción: el debate político-electoral entre Eduardo Paes y Wilson Witzel en 2018 |
|--|---|

Wagner Alexandre dos Santos Costa*

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais,
Departamento de Letras e Comunicação, Seropédica, RJ, Brasil

Resumo: No debate de segundo turno das eleições de 2018, enfrentaram-se os candidatos Eduardo Paes (DEM) e Wilson Witzel (PSC). Tendo em vista que no debate político-eleitoral o interesse é triunfar sobre o adversário, a imagem de si, prévia ao discurso ou propriamente nele desenvolvida, muitas vezes determina o sucesso da adesão de um auditório e o conseqüente sucesso de um projeto de dizer empreendido com certa finalidade. A proposta de estudo é analisar a tensão decorrente do jogo de imagens projetadas no debate político-eleitoral/2018, dando enfoque às situações de luta discursiva da etapa de segundo turno das eleições ao cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, alia os quadros teórico-metodológicos dos estudos do *ethos* em interação (KERBRAT-ORECCHIONI, 2016; CHANAY; KERBRAT-ORECCHIONI, 2007) e da análise semiolinguística do discurso político (CHARAUDEAU, 2016, 2011).

Palavras-chave: Ethos. Interação. Debate.

Abstract: In the second round debate of the 2018 elections, the candidates Eduardo Paes (DEM) and Wilson Witzel (PSC) faced each other. Bearing in mind that the interest in the political and electoral debate is to triumph over the adversary, the self-image – prior to the speech or properly developed in it –, often determines the successful adherence of an of an audience and the eventual success of a project of saying undertaken with a certain purpose. Our study proposes an analysis over the tension resulting from the image maneuvering projected in the debate of 2018, focusing on the situations with discursive tension in the second round of the election process to the position of Governor of the State of Rio de Janeiro. In order to do that, we aligned the theoretical and methodological bases from the studies of the interactional ethos (KERBRAT-ORECCHIONI, 2016; CHANAY; KERBRAT-ORECCHIONI, 2007) with the semiolinguistic analysis of the political discourse (CHARAUDEAU, 2016, 2011).

Keywords: Ethos. Interaction. Debate.

Resumen: El debate de la segunda ronda de las elecciones de 2018, se enfrentaron los candidatos Eduardo Paes (DEM) y Wilson Witzel (PSC). Observándose que en el debate político-electoral lo interés es triunfar sobre el adversario, la imagen de si, previa del discurso o propiamente en él desarrollada, muchas veces determina el suceso de la adhesión de un auditorio y el conseqüente suceso de un proyecto de decir empreendido con alguna finalidad. La propuesta de estudio es analizar la tensión conseqüente del juego de imágenes proyectadas en el debate político-electoral/2018, enfocándose las situaciones de lucha discursiva

* Doutor em Estudos da Linguagem e docente do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4804-6561>. E-mail: wagnercosta.prof@gmail.com.

de la etapa de segunda ronda de las elecciones para el cargo de Gobernador del Estado de Rio de Janeiro. Para ello, alía los cuadros teórico-metodológicos de estudios del ethos en interacción (KERBRAT-ORECCHIONI, 2016; CHANAY; KERBRAT-ORECCHIONI, 2007) y del análisis *semiolingüística* del discurso político (CHARAUDEAU, 2016, 2011).

Palabras clave: Ethos. Interacción. Debate.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2018, no processo eleitoral ao cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro, no segundo turno, confrontaram-se os candidatos Wilson Witzel, do Partido Social Cristão (PSC), e Eduardo Paes, do Democratas (DEM). O debate final entre os concorrentes aconteceu em 25/10/2018, nos estúdios da Rede Globo de Televisão e foi transmitido ao vivo para todo o Estado do Rio de Janeiro.

A ocasião foi marcada pela tensão causada por um resultado da prévia eleitoral que levou à decisão dois candidatos, dos quais um, Wilson Witzel, que não possuía expressão nas pesquisas de intenção de voto, foi o grande vencedor do primeiro turno, obtendo 41,28% dos votos válidos, contra os 19,56% de Eduardo Paes, segundo colocado. Houve, então, uma configuração diferente da polarização, grosso modo, *esquerda x direita* aguardada na disputa, pois as duas legendas, com alguma variação, caracterizam-se como de centro-direita. Em decorrência disto, o debate não se assinalou propriamente como um confronto entre as diretrizes ideológicas das legendas, mas teve seu curso centrado individualmente em cada candidato.

Assim, além de defender seus programas de governo, os candidatos precisavam gerenciar a imagem de si que construíam para o grande público, bem como descredibilizar a imagem do adversário. Estudiosos de práticas interacionais em debates políticos, como Kerbrat-Orecchioni (2016), afirmam que esse é um gênero tipicamente orientado para o desacordo.

Fazia-se necessária a construção de *ethé* que sustentassem a credibilidade desenhada pelos candidatos. No entanto, como a formulação dessa imagem se dava em pleno curso de uma atividade interacional, face a face com o adversário, não se tratava de algo que pudesse simplesmente transcorrer de acordo com um plano prévio. Estava articulado o confronto discursivo.

Nossa proposta de estudo, dessa forma, consiste em analisar a tensão decorrente do jogo de imagens projetadas no debate político-eleitoral/2018 pelos candidatos Wilson Witzel e Eduardo Paes, dando enfoque às situações de embate discursivo da etapa de segundo turno das eleições ao cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro. Especificamente, busca-se compreender a) como cada candidato mobiliza detalhes da identidade do adversário para apoiar ou refutar determinados tipos de *ethé*; b) a importância do *ethos pré-construído* no debate; c) o papel da imagem atribuída como estratégia de descredibilização do adversário.

Para sustentar a proposta de estudo, aliamos os quadros teórico-metodológicos dos estudos do *ethos* em interação (KERBRAT-ORECCHIONI, 2016; CHANAY e KERBRAT-ORECCHIONI, 2007) e da análise semiolingüística do discurso político (CHARAUDEAU, 2016 e 2011, entre outros).

Observamos e coletamos dados da formação desse *ethos*, que é, no caso estudado, resultante (ou se forma, se constrói a partir) de vários aspectos, tais como o conteúdo das falas dos candidatos e detalhes de suas características físicas (compleição corporal) por meio de suas expressões faciais e corporais. O estudo assume caráter qualitativo, sendo os dados interpretados na articulação entre a teoria e as informações contextuais do debate, cujo vídeo¹ encontra-se disponível na plataforma *YouTube*.

Inicialmente, neste artigo, explicitaremos o conceito de *ethos*, dando relevo à sua concepção no quadro de estudos da Análise Semiolinguística de Discurso. Dado o caráter interacional da situação comunicativa do debate político-eleitoral, elegemos o quadro teórico complementar do estudo do *ethos* em interação. Em seguida, analisamos o debate a partir de trechos transcritos livremente, pois para o estudo não foram considerados dados obtidos da fala *stricto sensu*. Por fim, seguem-se as considerações finais e as referências utilizadas no estudo.

2 O CONCEITO DE *ETHOS*

Segundo Amossy (2004), o termo *ethos* foi emprestado da retórica antiga e retomado em ciências da linguagem. Tal noção “designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário.” (p. 220).

Na década de 1950, o estudo da retórica ressurgiu renovado a partir da publicação da obra *Tratado da Argumentação*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca, cuja obra original em francês, intitulada *La nouvelle rhétorique: Traité de l'argumentation*, foi publicada em 1958. Com ela, os autores instauram no século XX as bases modernas para o estudo da argumentação.

Aristóteles (2005, p. 96-97)², autor cujas ideias inauguram a noção de *ethos*, ensinava que as provas produzidas pelo orador e capazes de obter persuasão são de três ordens, cada qual vinculada a um aspecto do discurso. As primeiras, *ethos*, são dependentes do caráter moral do orador, ou seja, da capacidade de produzir pelo discurso a impressão de ser digno de fé. As segundas, *pathos*, estão relacionadas à disposição do ouvinte, às emoções que são capazes de sentir e que irão compor base para seu julgamento. Por fim, as últimas, *logos*, são as que se dão no próprio discurso, pelo que o orador é capaz de nele demonstrar ou fazer parecer por meio do raciocínio.

No campo da retórica da argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) lembram que o discurso, como um ato do orador, merece especial atenção pela representação que pode fazer da pessoa e pela sua importância no processo da argumentação. O orador, então, pode ser julgado pelas qualidades que apresenta em seu discurso:

Levando em conta as relações que existem entre a opinião que se tem do orador e a maneira pela qual se julga seu discurso, os antigos mestres de retórica tiraram daí conselhos práticos, recomendando aos oradores darem uma impressão favorável de suas pessoas, atraírem a estima, a benevolência, a simpatia de seu auditório [...] (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 362)

¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=teOkUy74C6o>. Acesso em 4 nov. 2019.

² Utilizamos a edição de 2005, do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Pelo fato de o discurso não significar sozinho, mas depender ainda de quem o profere, a presunção de confiança pode ser fator determinante para a adesão da opinião do destinatário. Nesse sentido, os autores (*op. cit.*) afirmam que a pessoa do orador constitui um contexto de influência inegável:

Se a pessoa do orador fornece um contexto ao discurso, este último, por outro lado, determina a opinião que dela se terá. O que os antigos chamavam de *etos* oratório se resume à impressão que o orador, por suas palavras, dá de si mesmo. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 363)

Discorrendo sobre o *ethos* aristotélico, Maingueneau (2011) ressalta o efeito da boa impressão pela forma como se elabora o discurso, tornando-o capaz de convencer seu auditório. O discurso (como encenado também por um conjunto de elementos contextuais) deve, por assim dizer, consubstanciar certos aspectos culturalmente associados a determinado comportamento. Sua eficácia, então, deve-se ao fato de, sem estar necessariamente explicitado no enunciado, ele envolver de alguma forma a enunciação. O *ethos* compreende, assim, a escolha das palavras, dos argumentos, do ritmo e da entonação de seu discurso (MAINGUENEAU, 2005). No entanto, o fato de a fonte do *ethos* ser o discurso não significa que nele se encerre, pois, sendo efeito, resulta do juízo que o destinatário, alo do discurso, faz da instância enunciativa.

Muito desse efeito pretendido não pressupõe, no entanto, de demonstração pelo raciocínio. Aristóteles (2005, p. 160), no Livro II – 1378 *a*, apresenta três causas que tornam o orador persuasivo: “a prudência, a virtude e a benevolência”. Aparentar possuir tais qualidades significa para o orador mais chances de obter a confiança do seu público.

As qualidades elencadas por Aristóteles (2005) podem emergir no discurso como ato complexo constituído por diferentes elementos, inclusive podendo ser decorrentes de outros atos sociais realizados previamente pelo orador. Charaudeau (2011), diante disso, ao abordar a problemática de o *ethos* ser resultado de uma construção discursiva (*ethos* construído) ou decorrer de uma instância prévia ao discurso (*ethos* pré-construído), argumenta em favor de uma visão intermediária. Segundo Charaudeau (2011), para construir uma imagem do sujeito que fala, o interlocutor se apoia em dados apreendidos no fio do discurso, mas também se utiliza de informações sobre a pessoa, não só sobre sua configuração como enunciativo.

É preciso, dessa forma, considerar o quadro sociolinguístico (CHARAUDEAU, 2003, 2005b), que determina dois espaços integrados do ato de linguagem. No primeiro, espaço externo, situam-se os contornos que moldam determinada atividade comunicativa: as identidades sociais dos sujeitos em interlocução (*Eu comunicante*: sujeito social situado no processo de produção; *Tu interpretante*: sujeito social situado no processo de interpretação), seus propósitos e as coerções envolvidas. No segundo, o interno, as estratégias mobilizadas no delineamento das identidades discursivas (*Eu enunciativo*: sujeito do discurso, ser hipotético situado no processo de produção; *Tu destinatário*: sujeito do discurso, ser hipotético situado no processo de interpretação) desses interlocutores, adotadas em função das informações do espaço externo. Assim:

Fazer situacional

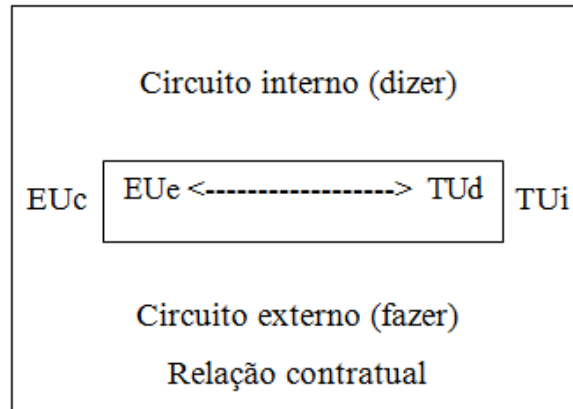


Diagrama 1 – Relação contratual

Fonte: CHARAUDEAU, 2003, p. 29).

EU enunciador e TU destinatário correspondem a hipóteses construídas, na ocasião do discurso, pelo sujeito social EU comunicante. No entanto, TU interpretante também formula sua imagem de si e de seu interlocutor. Como o quadro comunicativo não pode pressupor via de mão única, postula-se a possibilidade de assimetria entre as imagens construídas pelo comunicante (EUc) e, no outro lado do processo, também pelo interpretante (TUi). São, portanto, postas em jogo as identidades sociais dos participantes e suas identidades discursivas, estas últimas atribuídas reciprocamente.

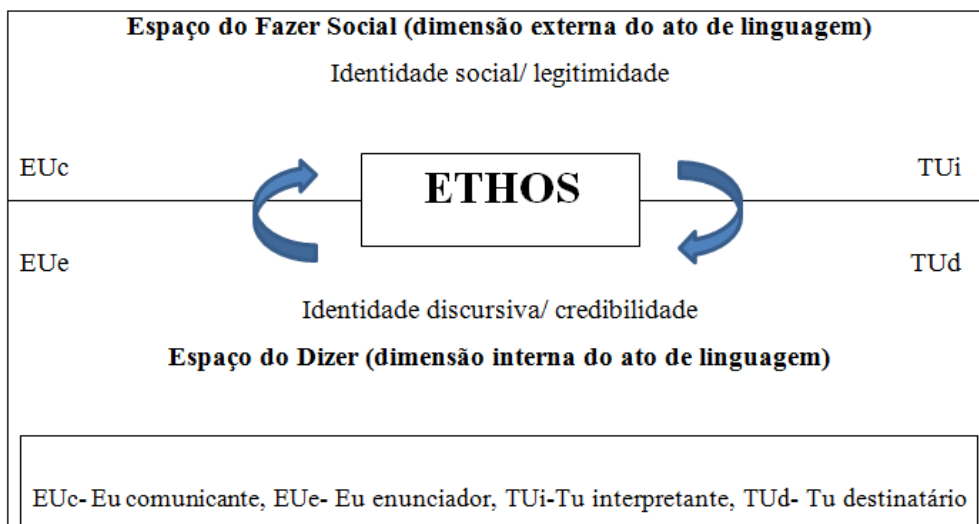


Diagrama 2 – A construção sociodiscursiva do ethos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Charaudeau (2006, p. 344) particulariza a *identidade social* pela necessidade de ser reconhecida pelos outros. Trata-se, em Semiolinguística, daquilo que confere ao sujeito o *direito à palavra*, o que sustenta a sua *legitimidade*, que depende da atuação do sujeito

nos domínios do *saber* (fundado nas opiniões, nos saberes compartilhados e no seu manuseio, com vistas à sedução e persuasão do interlocutor) e do *poder* (estabelecido principalmente a partir dos vínculos institucionais que conferem *poder* ao sujeito). Já a *identidade discursiva*, sem se opor à anterior, apenas projetando-se num contínuo, depende não somente de o sujeito saber organizar sua fala, mas principalmente de sua capacidade em parecer digno de crédito, da necessidade de seu interlocutor considerá-lo verdadeiro. Por essa razão, a *credibilidade*, que depende da identidade discursiva, envolve a formulação de uma imagem de si, um *ethos*, sendo, pois, necessariamente estratégica. Assim, as relações entre *ethos* e o quadro sociolinguageiro são sinteticamente apresentadas no diagrama 2, que representa-se (Diagrama 2) a interdependência entre os dois espaços reguladores do ato de comunicação: um contendo determinações sociais (externo), outro discursivas (interno), sendo o *ethos* realizado, portanto, sociodiscursivamente.

Quanto ao domínio político, Charaudeau (2016, p. 73) explica que *legitimidade* e *credibilidade* estão intimamente entrelaçadas. A legitimidade conferida a um candidato pelo voto não é absoluta nem definitiva. É, pois, necessária a manutenção constante dela. Isto passa pelo exercício da credibilidade, que se faz pela linguagem.

Posto isto, privilegiou-se, neste estudo, uma abordagem semiolinguística da noção de *ethos* (CHARAUDEAU, 2011), aliada a um quadro complementar de estudos do discurso em interação.

3 A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* EM INTERAÇÃO NO DEBATE POLÍTICO-ELEITORAL

Na análise do discurso em interação, Kerbrat-Orecchioni (2008), aplicando a noção de *ethos*, dedica-se a compreender como o locutor pode ao mesmo tempo construir uma imagem de si e do seu interlocutor. Da noção de *ethos*, ela distingue a de *identidade*, que abarca todas as características estáveis ou meramente transitórias que caracterizam um determinado sujeito (estado civil, características físicas e/ou psicológicas, gostos, crenças etc). Segundo ela, “no decurso da interação os locutores vão esforçar-se para ‘destacar’ alguns traços de sua identidade” (2008, p. 237, grifo da autora), enquanto outros permanecerão convenientemente em *stand by*.

Quanto ao *ethos*, reforça Kerbrat-Orecchioni (2008) tratar-se de uma noção mais restrita que a de *identidade*, uma vez que os indícios são forjados discursivamente. Já os traços que compõem a *identidade* se ligam ao sujeito independentemente do comportamento discursivo. Na análise que fez do debate entre Nicolas Sarkozy e Jean-Marie Le Pen, ela observa que o *status* de Ministro do Interior, cargo ocupado por Sarkozy, à época, constituiria um componente de sua *identidade*. A sua aparente “firmeza”, por sua vez, ofereceria impressões de seu *ethos*.

As delimitações conferidas por Kerbrat-Orecchioni (2008) aos conceitos de *ethos* e de *identidade* reforçam o quadro postulado por Charaudeau (2011). Assim, no campo semiolinguístico, o *ethos construído* resulta da elaboração pelo sujeito enunciativo de um projeto de fala, estando, dessa forma, situado no campo do dizer. O *ethos* constitui-se, portanto, em um dos efeitos hipoteticamente formulados pelo comunicante. Já o *ethos*

pré-construído é pertinente ao espaço do fazer social e centra-se no sujeito comunicante. Tal conceito designa noção equivalente à de *identidade* (KERBRAT-ORECCHIONI, 2008), desenvolvida nos estudos do *ethos* em interação.

Em estudo sobre o *desacordo* em debates políticos, Kerbrat-Orecchioni (2016) atesta que esse é um gênero tipicamente orientado para a situação de desacordo, sobretudo em contextos eleitorais de segundo turno. Nessa situação, na qual interessa triunfar sobre o adversário, são os pontos de desacordo que interessam.

Dessa forma, para o estudo do *ethos* em contexto interacional, é importante distinguir duas noções propostas por Chanay e Kerbrat-Orecchioni (2007): a *imagem exibida* e a *imagem atribuída*. A primeira diz respeito à imagem favorável construída de si mesmo, seja por meio de seu ato verbal *stricto sensu*, seja pelas indicações paraverbais, que tornam possível causar a impressão credível do locutor. Já a segunda trata da imagem construída para o oponente, razão pela qual não pode ser positiva, mas depreciativa, visando refutar sua posição supostamente digna de fé.

É preciso considerar, ainda, o fato de o *ethos* não ser algo necessariamente estável na interação. No curso de debates eleitorais televisivos, por exemplo, as variações de *ethos* podem emergir como decorrência de uma necessidade de defesa, pois, como salienta Maingueneau (2020, p. 27), o político está sempre sob “constante ameaça de intervenções desestabilizantes do adversário”.

Nessas interações conflituais, a distinção entre *ethos* dito (as qualificações enunciadas pelo orador sobre si) e *ethos* mostrado (as qualificações que o orador deixa transparecer por meio do discurso, sem enunciá-las) é central. Como explica Maingueneau (2020, p. 27), cada um dos políticos deverá converter o *ethos* negativo a si atribuído em *ethos* positivo. A partir disso, nem sempre haverá uniformidade, pois o *ethos* mostrado poderá, com efeito, contradizer o *ethos* dito. Será o caso de um político que afirme textualmente a importância do respeito mútuo entre as pessoas, mas em dado momento do debate eleve o tom de sua voz e vocifere palavras ofensivas contra seu oponente.

4 DEBATE POLÍTICO-ELEITORAL: O CONFLITO MEDIATIZADO

O debate político midiático organiza-se, conforme Charaudeau (2005a), em um dispositivo composto por três instâncias de interlocução: o apresentador (que deve gerenciar os turnos de fala e regular as transgressões do debate), os debatedores (geralmente, políticos com notoriedade, selecionados pelo potencial de opiniões conflitantes) e o público (cumprindo o papel de audiência, seja como convidados para o cenário ou espectadores em geral).

No debate político-eleitoral televisionado, mais específico por ocorrer em função de processo eleitoral, a organização se dá também por um dispositivo composto pelas mesmas três instâncias de interlocução: apresentador (A), debatedores (D) e público (P). No entanto, a instância formada pelos debatedores detalha-se por, neste subtipo de debate, admitir configurações diversas. No Brasil, em debates de primeiro turno, é comum a presença de quase todos os candidatos ao cargo público; já em debates de segundo turno, os participantes são apenas os dois candidatos mais votados no primeiro turno.

Destaca-se a importância do papel central do apresentador do debate, que é o mediador responsável por assegurar o respeito às regras que tornam possível (e menos violento) o evento sociodiscursivo. Abaixo (Diag. 3) representa-se a configuração adotada no debate do dia 25/10/2018, nos estúdios da Rede Globo de Televisão: (A) Ana Paula Araújo e (D) Wilson Witzel e Eduardo Paes. As setas bidirecionais indicam a interlocução direta entre os dois debatedores e as unidirecionais representam a centralidade do apresentador e a possibilidade de os debatedores a ele se reportarem:

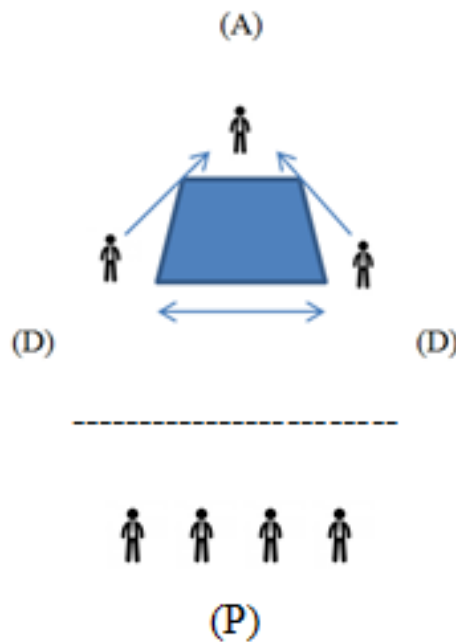


Diagrama 3 – O dispositivo de encenação do debate-político eleitoral

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao público convidado que compõe o cenário é vedada a participação ou quaisquer manifestações que interfiram no curso do debate, o que no diagrama representa-se pelo tracejado. Esta instância é constituída ainda pelo conjunto dos espectadores que acompanham a transmissão.

Nesses debates, é fundamental que os candidatos construam uma imagem credível de si, ou seja, apresentem-se diante do grande público como a alternativa ideal (mais acertada) de governo por possuírem predicados técnicos e morais favoráveis ao cargo. Tal necessidade cerca o político em todas as situações públicas de sua campanha eleitoral, no entanto, o fato de o debate político-eleitoral ser transmitido regional ou nacionalmente e ter o potencial de atingir milhares/milhões de eleitores representa um momento estratégico.

Trata-se de um gênero focalizado no espectador de TV. Por conta disso, além de geralmente ser organizado estruturalmente em blocos e temas para favorecimento da coerência, é eivado de estratégias individuais de convencimento/persuasão do eleitorado. Uma delas, a que neste artigo destacamos, é a formulação do *ethos*, que se insere em uma atividade discursiva de argumentação.

Por apresentar uma circunstância material de troca interlocutiva, isto é, não haver um locutor que domine a fala exclusivamente por todo o debate, mas sim ocorrer alternância de turnos, o político tem de enfrentar a fala opositora de seu/s adversário/s. Por essa razão, Kerbrat-Orecchioni (2016) assevera ser o debate político orientado para o desacordo.

Ainda, por ser um evento organizado por uma instância midiática, destaca-se o papel do conflito, que influencia o aumento dos índices de audiência. Nesse sentido, Charaudeau (2010), caracteriza o gênero debate como uma “espetacularização do conflito verbal” (p. 218).

Quanto aos temas próprios ao debate político-eleitoral, ele prioritariamente deve versar sobre tópicos das propostas de governo de cada candidato. Assim, espera-se que o locutor, na ocasião da posse de turno de fala, discorra sobre o que considera ser positivo em sua campanha.

No entanto, nem sempre essa é a tônica do discurso, uma vez que, nesse gênero, a credibilização de si muitas vezes depende da descredibilização do outro. Assim, a elaboração de uma imagem de candidato ideal não se constrói livremente, sem a interferência do adversário. Por isso, como se verá adiante, o político não só gerencia a imagem exibida (favorável de si), como também a imagem atribuída (depreciativa do outro), nos termos de Chanay e Kerbrat-Orecchioni (2007).

5 O DEBATE DE 2º TURNO ENTRE EDUARDO PAES (EP) E WILSON WITZEL (WW)

5.1 O CONFRONTO INICIAL

O início do debate é marcado pelo tom que cada candidato vai imprimir desse ponto em diante. EP começa o primeiro bloco sem cumprimentar o público e seu adversário, descartando, caso o fizesse, a promoção do *ethos* positivo que demonstra cordialidade. Diferente disso e aparentemente irritado, EP interpela WW sobre seu suposto envolvimento com o advogado Azenha³, defensor de Nem, que à época era traficante da favela Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro:

- (1) EP: Muito objetivamente, ficou comprovado, depois de muitas negativas suas a sua relação com o Azenha. O Azenha é o advogado que botou o Nem, maior traficante do Rio de Janeiro na mala e deu fuga para ele na Rocinha, foi condenado por corromper policial. **Numa troca de whatsApp entre você e o Nem, você pede a ele para passar na tua casa para pegar um dinheiro vivo. Afinal de contas, por que esse dinheiro vivo? O que era isso?**

WW, por seu turno, não responde a EP com o mesmo tom que este imprimira. Sua opção foi por, calmamente, agradecer à Emissora Rede Globo de Televisão e se dirigir ao público-eleitor, dizendo-lhe que estaria ali no debate para tratar dos problemas do Rio de Janeiro:

³ Luiz Carlos Cavalcanti Azenha

- (2) WW: **Eu quero agradecer à Rede Globo de televisão a oportunidade de estarmos aqui e dizer a você eleitor e eleitora, eu estou aqui para discutir os problemas do Rio de Janeiro, os graves problemas que atingem a nossa sociedade.** Todas essas questões já estão sendo levadas aos tribunais e essa é uma delas que a justiça, inclusive, determinou que fosse retirada da propaganda do meu adversário, um representante do Cabral e do Pezão.

Outro detalhe que se soma à construção dessas imagens iniciais e que integra/compõe a cena do debate é a forma como cada participante manipula a categoria linguístico-discursiva de pessoa na interlocução. EP se dirige frontalmente a WW, olhando-o quase fixamente, além de utilizar a 2ª pessoa do discurso (você) para se referir ao oponente, conforme foi mostrado no trecho (1). Já WW responde à pergunta acusatória de EP, direcionando seu olhar à câmera que o coloca em contato visual com o espectador, propondo-lhe, a partir desse recurso, uma relação de cumplicidade. Além disso, não se dirige diretamente a EP, mas apenas se refere a ele em 3ª pessoa, tratando-o por “o meu adversário” e “um representante do Cabral e do Pezão”, como se observou no trecho (2). As figuras (1) e (2), a seguir, capturam o posicionamento corporal de cada candidato:



Figura 1 – EP em 1ª pessoa



Figura 2 – WW em 3ª pessoa

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=teOkUy74C6o>. Acesso em 4 nov. 2019.

WW compõe, assim, um *ethos* de equilíbrio, ou seja, mantém superficialmente inalteradas suas emoções diante das acusações a ele feitas, de onde se pode deduzir que WW não estivesse preocupado com as afirmações de AP, negando-as com veemência e firmeza:

- (3) EP: Eu quero ouvir a sua resposta. Por que dinheiro vivo para o advogado do Nem?
- (4) WW: **Não dei** nenhum dinheiro para absolutamente nenhum advogado do Nem. Eu não tenho nenhuma relação com esse tipo de pessoa.

A calma nas respostas e o aparente desprezo à face do oponente são superposições à sua fala que revelam por meio do discurso o *como* WW encena a negação à acusação. Uma reação descontrolada, ao contrário, poderia permitir a hipótese de que estaria abalado pela força da verdade.

5.2 A DESCREDIBILIZAÇÃO DAS IDENTIDADES

Os candidatos no percurso do debate intensificaram o conflito por meio de remissões mútuas às suas *identidades* (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005). Apontar falhas na ética, na honestidade e na eficiência do oponente, recorrendo a aspectos da vida pessoal, profissional e política, teve por objetivo fragilizar a *legitimidade* (CHARAUDEAU, 2006) dos candidatos, impondo-lhe sérias dificuldades na construção de uma imagem favorável de si.

No curso do debate, o candidato EP foi quem mais atacou diretamente a credibilidade do seu adversário, utilizando-se de dados de sua vida pessoal e profissional. Os temas dos blocos (por exemplo, segurança e habitação) eram abordados nas perguntas tendo acusações como ponto de partida, ou nas respostas, em que eram introduzidos dados desfavoráveis a WW. Este raramente inaugurava o conflito, tentando conduzir o debate no campo das propostas de governo. Quando realizava algum ataque a EP, era quase sempre de forma indireta e geral, fazendo referências ao partido ou à gestão política anterior de EP.

EP atacou incessantemente a identidade de WW acusando-o de manter relações financeiras escusas com o advogado Azenha. Ele fez sucessivas interpelações, inclusive utilizando-se do seu próprio tempo destinado a responder uma pergunta. EP, exigindo textualmente de WW uma resposta, questionou o fato de seu oponente não responder às perguntas e afirmou que o objetivo do debate era esclarecer o público. Com isso, constrói para si o efeito de uma imagem oposta ao caráter que intenta expor de WW: atribui a si o *ethos* da verdade, por apontar no outro a ausência dessa qualidade.

EP questiona, ainda, o desempenho de WW no cargo pregresso de juiz. Note-se que WW faz recorrentes referências ao fato de ter exercido o cargo de juiz, direcionando esse atributo de sua identidade para que se tornasse o principal alicerce da sua campanha contra a corrupção.

EP, todavia, tenta macular essa legitimidade:

- (5) EP: Vejam o portal G1, 11 de agosto de 2011, uma entrevista dele, não é *fake*. Ele diz que, ameaçado, **pediu pra sair** e foi pra uma vara de fazenda pública aqui. **Então esse seu combate à corrupção, a gente vai tratar disso um pouco mais tarde, não é uma verdade.**

Charaudeau (2006) explica que a legitimidade se funda no poder institucional, além dos conhecimentos do sujeito comunicante. No caso de WW, o cargo de juiz lhe conferia um determinado prestígio social, além de estar associado a uma conduta moral e ética modelar, oferecendo-lhe sustentação para falar como alguém reto e probo. É esse *ethos* que EP tenta deslegitimar:

- (6) EP: O candidato Witzel quando era juiz recebia sempre acima do teto, chegou a receber 81.000,00 reais. Apesar de ter uma casa própria, ele ganhava auxílio moradia, ganhou mais de meio milhão de auxílio moradia em oito anos, uma vergonha, mesmo assim, ficou devendo IPTU. **Você acha que isso é um exemplo de conduta ética, moral, de quem não gosta de mordomia, de quem quer governar o Estado do Rio de Janeiro?**

Como destacado em (5) e (6), EP questiona o *ethos* da honestidade, que WW sempre constrói em sua fala, ao se colocar como a opção de governo para acabar com a corrupção no Estado, como em: “*E é por essa razão que eu, um cidadão dignado, resolvi ser candidato a governador*” (W.W.).

Em um debate, os candidatos necessitam destacar os pontos positivos do seu plano de governo e, na medida do possível, apontar falhas na proposta adversária. Já no segundo turno, a situação é diferente, pois a propaganda eleitoral já foi veiculada, bem como os debates anteriores em que os candidatos puderam apresentar sua proposta. Em segundo turno, devido ao pouco tempo restante antes do voto, prevalece a urgência de mostrar ao público que o concorrente não deve ser o escolhido. Para tanto, é lugar comum o ataque às identidades (KERBRAT-ORECCHIONI, 2008) ou *ethos* pré-construído (CHARAUDEAU, 2011), ao mesmo tempo em que há uma tentativa de construção de um *ethos*, principalmente, de honestidade e de eficiência.

O debate impôs a WW que se posicionasse mais no campo da defesa do que no campo do ataque. A razão primeira e evidente era sua liderança nas intenções de voto. Outro ponto importante era em relação a dados do pré-construído, quanto à experiência política de cada um.

EP vinha de uma recente gestão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em um período de grande injeção de recursos financeiros para obras das Olimpíadas de 2016. Passados dois anos do fim dessa gestão, mantêm-se os bônus e surgem os ônus.

WW, diferentemente, não havia tido ainda experiência política, pois exercia o cargo de juiz. Essas condições explicam, em parte, a natureza dos ataques. Da parte de EP, a tentativa de descredibilização de WW tinha como alvo a vida profissional e pessoal de seu oponente. Da parte de WW, o foco recaiu na gestão da Prefeitura do Rio de Janeiro, cargo de Prefeito ocupado por EP:

- (7) WW: Olha, fizeram copa do mundo, olimpíada, Porto Maravilha, **gastou-se mais de 40.000.000.000 de reais em obras superfaturadas**, e agora nós estamos descobrindo aí, o BRT é uma delas, não foi fiscalizado. Então **isso é um grave erro, que a prefeitura cometeu na gestão do candidato adversário**, o candidato do Cabral e do peção.

O trecho anterior flagra parte do debate em que o tema sorteado foi a CEDAE⁴. Os candidatos apresentaram sua visão para a gerência da empresa, momento em que EP faz referência à sua atuação na gestão da Prefeitura: “(...) *quando fui prefeito do Rio fiz uma grande concessão de saneamento na Zona Oeste da cidade, e isso melhorou muito o esgoto*” (E.P.). Essa é uma imagem exibida (CHANAY; KERBRAT-ORECCHIONI, 2007) inserida na sua fala para apoio da construção de seu *ethos* de eficiência.

WW, então, conforme (7), refuta o *ethos* da eficiência construído por EP, atacando dados de sua identidade, conferindo-lhe uma imagem atribuída (CHANAY; KERBRAT-ORECCHIONI, 2007) comprometedora, uma vez que vincula sua gestão à corrupção por superfaturamento nas obras.

⁴ Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE).

Ainda sobre (7), chamamos a atenção para a forma atenuada de confronto empregada por WW (*Fizeram e gastou-se* são formas de indeterminação do sujeito ou do autor da ação. Já *candidato adversário* revela um uso refinado da polidez como forma de agressão.), tom que imprimira até quase a metade do debate, quando, então, passou a adotar forma menos pacífica frente a seu oponente.

Em (8), pode-se já observar mudança no tom de WW ao sinalizar dados negativos da identidade de EP:

- (8) WW: **Olha, se tivesse tido tanta preocupação assim com as habitações deveria ter diminuído a quantidade de habitações nas comunidades.** As comunidades **no seu governo como prefeito** elas cresceram, elas aumentaram. E, **o legado olímpico foi apenas um legado de corrupção** e, infelizmente, não deu atenção às comunidades, quer dizer, estas pessoas hoje continuam pisando na lama; continuam sem moradia e nós precisamos utilizar espaços para ter a expansão imobiliária.

A abertura da fala pelo marcador *olha*, além da construção condicional *se tivesse...deveria* (com uso do verbo *dever*) indicam um tom de irritação acima do que WW vinha deixando transparecer por meio do *ethos* do equilíbrio. Note-se, também, neste momento do debate, o uso da segunda pessoa do discurso (*seu governo*) como forma mais enfática de se referir ao adversário. A pouca frequência do uso da segunda pessoa pode ser interpretada como uma possível estratégia linguística para evitar o direito de resposta ao adversário, o que é previsto quando este é citado e se julga pessoalmente ofendido.

A seguir (Quadro 1), reúnem-se algumas ocorrências de fala pinçadas do curso durante o debate. Na coluna *identidade*, há trechos em que os candidatos mobilizam dados de sua identidade para produzir um *ethos* positivo sobre si. Na coluna *ethos*, a interpretação desse efeito:

| | Identidade | Ethos |
|----|---|-----------------------------|
| EP | <i>Olha, primeiro, eu fui prefeito do Rio 8 anos, se desmontou o esquema de caixinha da FETRANSPOR do Rio de Janeiro. Mais uma vez você não viu qualquer envolvimento meu ou de qualquer pessoa da prefeitura, nesse caso.</i> | <i>Ethos</i> da honestidade |
| | <i>O que a gente fez nesse caso, na cidade do Rio? A gente fez a licitação das empresas de ônibus, criamos 4 consórcios; implantamos o bilhete único, né, baixou muito o preço na possibilidade das pessoas fazerem 2 viagens num tempo adequado.</i> | <i>Ethos</i> da eficiência |
| WW | <i>Eu fui juiz federal durante 17 anos, tô acostumado a dar decisões difíceis envolvendo a vida das pessoas.</i> | <i>Ethos</i> da eficiência |
| | <i>Deixei a magistratura, hoje estou dedicado a esta campanha política e trabalhando nos meus escritórios, na medida como posso. E é assim que vamos levar a dignidade para o estado do Rio de Janeiro, eu tenho um passado limpo.</i> | <i>Ethos</i> da honestidade |

Quadro 1 – Identidade e ethos

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tese de Kerbrat-Orecchioni (2016) acerca de o debate político-eleitoral ser orientado para o desacordo, sobretudo em contextos de segundo turno, reforça-se aqui, pois atesta-se que a emergência desse processo se faz pela desconstrução dessas imagens de si arroladas pelos candidatos adversários.

Para exemplificar um pouco mais como o debate de fato é orientado para o desacordo, abaixo (Quad. 2), são mostradas mais ocorrências de uso da imagem exibida feita para si pelo candidato e da imagem atribuída ao adversário:

| | Imagem exibida (positiva para si) | Imagem atribuída (negativa para o outro) |
|----|--|---|
| EP | <i>Olha, você vê que mesmo nessas circunstâncias, nessas condições não há qualquer escândalo envolvendo o sistema de transportes da Prefeitura do Rio de Janeiro.</i> | <i>Aliás, é curioso que ele diz que é mais caro que São Paulo, só se for agora com o seu prefeito e padrinho que apoia sua candidatura, o Crivella.</i> |
| | <i>Você que anda pelo túnel Marcelo Alencar, você que anda de VLT, você que anda pela TransOlimpica pra chegar em Nova Iguaçu, pra chegar na Zona Oeste, pra ir pra Barra da Tijuca, pra ir pra Jacarepaguá, você que tem hoje metade já da população da Zona Oeste com saneamento básico chegando na porta, essas todas foram PPPs e concessões desenvolvidas no meu governo, e são elementos importantíssimos.</i> | <i>Olha, uma das cenas mais dantescas que eu já vi na minha trajetória política, nessa eleição esse ano, você que se diz uma pessoa que defende os valores cristãos, foi a celebração, o enaltecimento da morte da vereadora Marielle, num evento em que se rasgou lá a placa, um ser humano, uma pessoa.</i> |
| WW | <i>Eu fiz mestrado, eu fiz doutorado, eu trabalhei pra poder ensinar. Então eu tenho convicção de que tudo na minha vida que eu fiz, foi com esforço, foi com dedicação, foi superando desafios. Eu nunca fui uma pessoa que teve vida boa não candidato do Cabral e do Pezão.</i> | <i>Um indecente você imaginar que o governador do estado do Rio de Janeiro pendurado numa liminar no Tribunal Superior Eleitoral, que foi condenado pela justiça eleitoral porque desviou 7.000.000 de reais para o plano de governo, isso sim que eu acho esquisito.</i> |
| | <i>Eu fui juiz da execução fiscal e sei da dificuldade que é fazer o controle do combate à sonegação e conversei com alguns técnicos da auditoria da fazenda para que nós possamos ter mais efetividade no combate a sonegação.</i> | <i>Olha, essa é a versão dos fatos que você tá apresentando que não corresponde a realidade. Mais uma vez você mente, distorce a realidade, distorce os fatos e eu jamais comemorei esse tipo de coisa.</i> |

Quadro 2 – Imagem exibida e imagem atribuída

Fonte: Elaborado pelo autor.

São ataques de diversas ordens: ético-morais, profissionais e até religiosos, que objetivam vincular o adversário a valores negativos dentro dessas mesmas categorias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo, procuramos compreender como os candidatos Wilson Witzel e Eduardo Paes utilizaram-se da construção de *ethé* favoráveis à defesa de suas candidaturas. Além disso, diante da tensão desse embate discursivo, decorrente da interação face a face entre os adversários no segundo turno das eleições, propusemo-nos a investigar como foram mobilizados dados prévios ao discurso no gerenciamento da construção dos seus *ethé* e na descredibilização do *ethos* alheio.

A análise dos dados demonstrou que o papel das identidades foi fundamental no curso do debate na tentativa de defesa da imagem credível de si que o político tentava construir. Assim, os participantes se viram, constantemente, diante da necessidade de adotar um discurso autocongratatório na exposição de suas qualidades ético-morais, intelectuais e profissionais. Esses dados extraídos de suas identidades concorreram para a construção de diferentes *ethé*, dos quais destacamos o de eficiência e o de honestidade.

No entanto, na mesma medida, também os dados das identidades do adversário foram utilizados para destruir sua imagem frente ao público. Assim, os candidatos, tanto na formulação de perguntas, quanto na de respostas (muitas vezes desviando-se do tópico) acusaram-se mutuamente de corrupção, de manterem relações com aliados de caráter publicamente questionável, de serem ineficientes ou não possuírem expertise necessária em algum assunto.

Para além dessas considerações gerais, o que se observou mais pontualmente foi que os candidatos se apresentaram para o segundo turno com objetivos semelhantes, mas com tarefas diferentes. Eduardo Paes precisava recuperar no segundo turno a baixa expressividade obtida nas urnas no primeiro turno. Para tanto, não bastava retomar seu plano de governo e expor suas principais ideias. A tarefa era descredibilizar a imagem de Wilson Witzel muito mais do que apontar falhas no seu plano de governo, e por essa razão, a seleção de dados da identidade deste circunscreveram detalhes da sua vida íntima, familiar, por exemplo, e profissional, pondo em dúvida o *ethos* da honestidade que lhe era tão caro.

Já Wilson Witzel, apesar dos confortáveis 41,28% de votos obtidos no primeiro turno, precisava evitar que Eduardo Paes conquistasse a grande parcela dos votos válidos destinados aos demais concorrentes nessa fase. Era importante arrolar argumentos que o defendessem dos ataques de Eduardo Paes a seus *ethé*. Parece ter sido profícua a estratégia de ocupar pelo menos ¼ do debate evadindo-se do confronto com o adversário, construindo de si uma imagem pacífica e equilibrada, inclusive demonstrando cordialidade ao público, desculpando-se pelo comportamento do adversário e afirmando textualmente sua intenção de ali debater programas de governo.

Por fim, tendo em vista que o objetivo do estudo foi analisar o papel da construção do *ethos* em interação, e não o resultado das eleições, consideramos que os dois candidatos adotaram estratégias discursivas coerentes às posições em que relativamente se encontravam na disputa. Cabia a Eduardo Paes a todo custo tentar mostrar ao público que Wilson Witzel não correspondia à imagem que construía. Cabia a Wilson Witzel tentar sustentá-la.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. *Ethos* (verbetes). In: CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

CHANAY, H. DE; KERBRAT-ORECCHIONI, C. 100 minutes pour convaincre : l'éthos en action de Nicolas Sarkozy. In: M. BROTH et al. (Org.). *Le français parlé des médias: actes du colloque de Stockholm*, 8-12 juin 2005, Stockholm, Université de Stockholm (Acta Universitatis Stockholmiensis/ 24), 2007.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H; MACHADO, I; MELLO, R. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Nad-FALE-UFMG, 2003.

CHARAUDEAU, P. *Les médias et l'information: L'impossible transparence du discours*. De Boeck – Ina coll. Médias Recherches, Bruxelles, 2005a.

COSTA, Wagner Alexandre dos Santos. *Ethos em interação: o debate político-eleitoral entre Eduardo Paes e Wilson Witzel em 2018*. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, SC, v. 21, n. 2, p. 267-282, maio/ago. 2021.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Org.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro : Lucerna, 2005b, p. 11-27.

CHARAUDEAU, P. Identité sociale et identité discursive, le fondement de la compétence communicationnelle. *Gragoatá*, Niterói, v. 11, n. 21, p. 339-354, 2º sem. 2006.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEAU, P. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. A construção mútua das identidades nos debates políticos na televisão. In: LARA, G; MACHADO, I; EMEDIATO, W. (Org.). *Análise do discurso hoje*. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Le désaccord, réaction “non préférée”? Le cas des débats présidentiels, *Cahiers de Praxématique*, n. 67, 2016. Disponível em: <http://praxematique.revues.org/4524>. Acesso em: 22 fev. 2019.

MAINGUENEAU, D. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, D. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A; SALGADO, L (Org.). *Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011a. p. 11-30.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

MAINGUENEAU, D. *Variações sobre o ethos*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação – nova retórica*. Trad. Maria Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210208-3920>

Recebido em: 11/03/20 | Aprovado em: 20/04/21

CINEMA, IDEOLOGIA E INCONSCIENTE: COLIN MACCABE, STEPHEN HEATH E A SCREEN THEORY*

| | |
|--|---|
| Cinema, Ideology and the Unconscious: Colin MacCabe, Stephen Heath and the Screen Theory | Cinema, ideología e inconsciente: Colin MacCabe, Stephen Heath y la Screen Theory |
|--|---|

Luiz Carlos Martins de Souza**

Universidade Federal do Amazonas (UFAM),
Faculdade de Letras, Manaus, AM, Brasil

Resumo: Abordagens do funcionamento da ideologia, da discursividade e da subjetividade foram desenvolvidas e convergiram nos estudos cinematográficos nos anos 1970, na França e na Grã-Bretanha. Tais desenvolvimentos e convergência sucederam com o engajamento político de intelectuais, a partir da influência de Louis Althusser e Jacques Lacan. Esta retrospectiva resgata uma das principais perspectivas na história dos Estudos Cinematográficos, a *Screen Theory*, através das ideias dos editores da *Screen Magazine* nos anos 1970, Colin MacCabe e Stephen Heath. Explicita-se nela a influência do filósofo francês Michel Pêcheux, até então ignorada no Brasil e na França, e as consequências de sua “posição-sujeito” nos debates sobre a *Screen Theory*. A crítica da relação entre o Outro em Lacan e o Sujeito Universal em Althusser, e seu desdobramento no conceito de “posição-sujeito” em Pêcheux, são contribuições fundamentais dessa experiência para a perspectiva brasileira dos estudos materialistas da discursividade.

Palavras-chave: Análise do discurso fílmico. Michel Pêcheux. Colin MacCabe. Stephen Heath. Screen Theory.

Abstract: The development of approaches around ideology functioning, discourse, and subjectivity converged into the cinematographic studies in the 1970s, in France and Great Britain. Such development and convergence happened with the political engagement of intellectuals, starting from the influence of Louis Althusser and Jacques Lacan. This retrospective brings back one of the most important perspectives in the Cinematographic Studies, the *Screen Theory*, which emerges from the aforementioned decade through the ideas of two *Screen Magazine* editors, Colin MacCabe and Stephen Heath. In this theory it is made explicit the influence of the French philosopher Michel Pêcheux and the consequences of his "subject position" in Screen Theory's theoretical debates. The re-evaluation of Lacan's Other and Althusser's Universal Subject, and its development into Pêcheux's "subject position" concept, are paramount contributions to the Brazilian materialistic perspective of discursivities.

Keywords: Film discourse analysis. Michel Pêcheux. Colin MacCabe. Stephen Heath. Screen Theory.

Resumen: Abordajes del funcionamiento de la ideología, de la discursividad y de la subjetividad fueron desarrolladas y convergieron en estudios cinematográficos en los años 1970, en Francia y Gran Bretaña.

* Este texto foi desenvolvido graças à bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), durante estágio doutoral na University of California, Los Angeles (UCLA), sob orientação do Prof. Dr. Randal Johnson.

** Realizador em audiovisual, psicanalista em formação e professor na área de estudos da linguagem na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8167-459X>. E-mail: lukamartins@gmail.com.

Tales desarrollos y convergencia sucedieron con el encajamiento político de intelectuales, desde la influencia de Louis Althusser y Jacques Lacan. Esa retrospectiva rescata una de las principales perspectivas en la historia de los Estudios Cinematográficos, la *Screen Theory*, a través de las ideas de los editores de la *Screen Magazine* en los años 1970, Colin MacCabe y Stephen Heath. Se hace explícita en ella la influencia del filósofo francés Michel Pêcheux, hasta entonces ignorada en Brasil y Francia, y las consecuencias de su “posición-sujeto” en debates sobre la *Screen Theory*. La crítica de la relación entre el Otro en Lacan y el Sujeto Universal en Althusser, y su desdoblamiento en el concepto de “posición-sujeto” en Pêcheux son contribuciones fundamentales de esa experiencia para la perspectiva brasileña de los estudios materialistas de la discursividad.

Palabras clave: Análisis del discurso cinematográfico. Michel Pêcheux. Colin MacCabe. Stephen Heath. *Screen Theory*.

1 INTRODUÇÃO

Teorias e métodos linguísticos influenciaram, no decorrer do século XX, várias teorias cinematográficas. O desenvolvimento do conhecimento sobre a linguagem verbal afetou muito a compreensão do modo como o audiovisual funciona, como comprovam as obras de Metz (1980), Bellour (1979), Casetti (1993a, 1993b), dentre outros. Isso também aconteceu com as ideias das teorias discursivas. A partir da influência de Althusser e Lacan, e, não assumidamente, também da influência de Pêcheux, as revistas francesas *Tel Quel*, *Cinéthique*, *Cahiers du Cinéma*, *Communications* discutiram o funcionamento do cinema como aparelho ideológico e como máquina de constituição de sujeitos. Textos de Jean-Louis Baudry, Jean-Louis Comolli, Jean Narboni, Raymond Bellour (1979), Christian Metz (1972, 1980), Jean Pierre Oudart (1977), Jean Patrick Lebel (1989), dentre outros, debateram, polarizaram e inscreveram-se nas questões levantadas sobre o primado do significante, a materialidade fílmica, o funcionamento da ideologia, os problemas da textualidade e da constituição dos sujeitos. Como toda abordagem teórica se inscreve em campos de disputas de poder, de influência, de intervenção em problemas sociais, de imposição cultural, política, ideológica e geográfica, os traços de certas influências e transposições costumam ser apagados.

Como a prática social da linguagem verbal é indissociável dos meios de comunicação e das novas tecnologias, estes funcionam e contribuem para o processamento, para a decodificação e para a reprodução de textos orais e escritos, afetando amplamente os procedimentos de textualização, as condições de enunciação e de discursividade. Propostas teóricas de outros campos de estudos, numa direção inversa, podem também movimentar as disciplinas que se dedicam à compreensão do funcionamento do sentido. O confronto e o contraste de outros processos de significação, como o audiovisual, com o estudo dos processos da significação linguística, podem ajudar a entender melhor a natureza e a constituição desses processos.

Na Grã-Bretanha dos anos 1970 houve uma preciosa convergência entre a Análise de Discurso materialista e os estudos fílmicos: a partir dos ganhos teóricos discursivos, um grupo de pesquisadores e professores da área dos estudos da linguagem verbal se reuniu na *Society for Education in Film and Television* (SEFT). O grupo se propôs a pensar, através da *Screen Magazine*, a discursividade no cinema e na televisão em suas implicações na prática do ensino de língua inglesa em sala de aula.

Colin MacCabe, Stephen Heath, Laura Mulvey¹, Jacqueline Rose, Peter Wollen, entre outros, estão entre os autores que se consagraram na revista *Screen*, e que entraram para a história dos estudos fílmicos. Estes pesquisadores, apesar de serem pouco conhecidos e pouco estudados no Brasil, são os mais importantes nomes, segundo apontam os principais críticos desta corrente teórica (CASETTI, 1993; BORDWELL, 1989; BORDWELL; CARROL, 1996). Os trabalhos de Griselda Pollock em História da Arte e a teoria feminista do cinema (Teresa de Lauretis, Kaja Silverman) surgiram dessa revista. *Screen* também foi uma grande influência nas teorias que desenvolveram as implicações do pensamento laciano na Política e na Filosofia nos últimos 30 anos, o que resultou nos trabalhos de grandes nomes atuais, como Ernesto Laclau e Slavoj Žižek. A revista também colaborou para impactar práticas artísticas, levadas a cabo nos filmes de Laura Mulvey e Peter Wollen, e no trabalho de crítica da representação, cujo nome mais expoente é o da artista inglesa Mary Kelly (STAM, 2003). Os britânicos assumidamente trabalharam com os textos de Pêcheux e o conheceram pessoalmente. A partir desse grupo britânico consolidaram-se as discussões e a congregação das tendências dominantes em Estudos do Cinema que instituíram academicamente as disciplinas sobre teorias e análises fílmicas, como os estudos culturais e a teoria cognitivista aplicados aos estudos fílmicos, entre outras tantas abordagens e desdobramentos (MASCARELLO, 2001).

Por conta do nome da revista, hoje a história das ideias fílmicas nomeia como *Screen Theory* esse importante legado. Embora ignorada no Brasil, é enorme sua contribuição para a história das ideias linguísticas e cinematográficas, na convergência entre os estudos do sentido no audiovisual, afetados pela Linguística, pela Semiologia, pela Análise de Discurso, pela Psicanálise e pelo Materialismo Histórico.

A revista ainda hoje é editada em quatro números anuais, mas apresenta um escopo diferente daquele entre 1973 e 1980, período voltado para a *tríplice aliança teórica*, envolvendo em seus pressupostos as ideias de Marx, Freud e Saussure (PÊCHEUX, 2009). Apesar de várias análises fílmicas feitas e instigantes contribuições conceituais, que pretendo tratar noutro texto, meu objetivo aqui é resgatar a conexão dos autores e editores da *Screen* com a obra de Michel Pêcheux, me restringindo a alguns dos conceitos e críticas relacionados ao trabalho dele, publicados na revista pelos autores e editores Colin MacCabe e Stephen Heath, já que não existe nenhum trabalho consistente no Brasil e na França em que se avalie especificamente essa experiência e se resgate sua importância histórica – sobretudo para a história da Linguística Aplicada e para a história da Análise de Discurso e sua recente tentativa de análise de filmes, de produtos e de processos audiovisuais.

¹ Os principais textos de Laura Mulvey, publicados na *Screen*, que deram base para as teorias e análises fílmicas feministas, estão publicados em português nas obras de Xavier (2008) e Ramos (2005).

2 O INÍCIO DA REVISTA: SAUSSURE, BARTHES, LACAN E ALTHUSSER, A EBULIÇÃO FRANCESA NOS ANOS 1960 E A QUESTÃO DA AUTORIA

Screen começou nos anos 50 no *British Film Institute* (BFI), que fundou, para isso, a SEFT, a *Society for Education in Film and Television*. Professores interessados em usar os filmes como ferramentas pedagógicas se debruçaram sobre questões práticas relacionadas ao uso de filmes e da televisão no ensino. O foco da revista durante esse período é categorizado superficialmente, em alguns autores e historiadores, como “pós-estruturalista” ou “semioticista”, mas a abordagem da *Screen Theory* se instituiu a partir dos acontecimentos políticos, sociais e teóricos dos anos 1960 na Europa, especificamente na França, em torno das questões da Guerra Fria, dos imperialismos, das lutas de classe, das ideologias, das discursividades, da educação formal, do nacionalismo, entre outras questões.

Com a expansão do acesso e da fruição do cinema e da televisão, aumentou a demanda dos professores de entenderem as novas mídias artísticas da cultura contemporânea. Elas deveriam ser dominadas, tanto quanto o legado do cânone artístico literário. Entretanto, em vez de reproduzirem a visão romântica da inspiração e o elitismo da fruição estética, esses professores buscaram considerar as formas e os valores da cultura popular. MacCabe (1999, p. 155) lembra um trecho do *British Film Institute Policy Document* de 1971, em que se projetava o crescimento dos estudos cinematográficos e sua incorporação no ensino formal, do nível secundário moderno até a pós-graduação. O BFI assumiu, no supracitado documento, a tarefa de servir os professores com orientações e ferramentas necessárias para a formação em audiovisual e, a partir de então, fomentou o estudo e o desenvolvimento de teorias críticas estéticas, sociais e políticas, através de subsídios e de bolsas para pesquisas.

O documento surgiu após a separação entre a SEFT e o BFI. Segundo MacCabe (1999, p. 154), longe das disputas por poder e por influência que alimentavam a arrogância parisiense nas diferentes revistas francesas que também tratavam de análise fílmica, *Screen*, apesar de suas falhas, conseguiu desenvolver as implicações teóricas e analíticas da relação entre cultura, discursividade e significação com maior propriedade e consistência. O autor é categórico em defender que os projetos políticos e teóricos de 1968 foram mais bem explorados nas páginas da *Screen* (1999, p. 155).

A experiência de Godard como crítico nos *Cahiers du Cinéma*, e sua migração para a realização cinematográfica, foi o que, sobretudo, permitiu entender as mudanças sociais e a convergência entre o cinema e os estudos semiológicos, discursivos, psicanalíticos e marxistas. Em 1968, decepcionados com o público e as estruturas disponíveis, Godard e *Cahiers* tentaram criar o público perfeito, num momento de entusiasmo revolucionário. Para isso, Godard e a revista se utilizaram de duas estratégias aparentemente complementares: por um lado, propuseram-se a provocar um curto-circuito em todas as estruturas existentes para produzir filmes, buscando um público nas redes políticas; por outro lado, valeram-se da Semiologia, da Psicanálise e do Marxismo para transformar os filmes clássicos da antiga *Hollywood*, em textos que testemunharam as contradições do cinema e da sociedade. Assim surgiu *Vent d'Est* (O Vento do Leste, filme de Godard de 1970) e a leitura do *Young Mr. Lincoln* de John Ford (crítica publicada coletivamente nos

Cahiers du Cinéma, no. 223, em agosto de 1970, p. 29-47). Para MacCabe, “são duas faces da mesma moeda, uma moeda que pretende retirar-se de circulação”² (1999, p. 153), referindo-se ao momento em que se quer apagar a influência desse período de profundos debates e posicionamentos ideológicos na história estética cinematográfica.

Godard e outros críticos dos *Cahiers* deslocaram a influência católica e romântica de André Bazin³ para o debate político e linguístico em ebulição na França e para a valorização de alguns diretores do cinema popular hollywoodiano que traziam uma verve artística para o cinema. Os temas fundamentais sobre a grande arte, como inspiração, ideia, intuição poética e autoria, encontraram a especificidade do código cinematográfico. As questões levantadas pela obra de Barthes e sua concepção da sociabilidade da escrita e da transindividualidade de seus códigos, como também as levantadas por Foucault, Althusser e Lacan, sacudiram as certezas românticas. O periódico *Cahiers du Cinéma* tentou comunicar os temas da grande arte com um público, independentemente de sua qualificação educacional, de sua classe e de sua nacionalidade. Para MacCabe (1999, p. 37), *Cahiers* assumiu uma posição que articulou uma teoria do autor em relação à materialidade da forma e, crucialmente, com um ponto de vista da espetação.

É nessa ebulição entre as questões relacionadas ao primado do significante, ao funcionamento ideológico, à discursividade e à materialidade da forma em relação à teoria do autor e à grandeza de alguns diretores de cinema, considerados como autores, que se desenvolve a tríplice aliança teórica estruturalista. MacCabe avalia que essa preocupação com a materialidade da forma e com a análise mais acurada dos códigos cinematográficos, perspectiva discursiva inaugurada pela revista *Cahiers du Cinéma*, sofreu inevitáveis impasses epistemológicos e políticos, porque os editores da revista tentaram realizar esse desenvolvimento sem qualquer recurso à categoria de autor. As dificuldades transparecem nas páginas da *Screen*, que, como ressaltai acima, “tentou realizar esse projeto teórico de maneira mais consistente” (1999, grifo meu)⁴, na avaliação do editor.

A análise filmica nos *Cahiers* revelava a lógica dos códigos, não localizada em qualquer inteligibilidade original, mas imanente ao próprio texto. Nessa perspectiva, intimamente aliada ao projeto de Barthes do final dos anos 1960, a textualidade dos sentidos era enfatizada independente das condições de produção ou de recepção. Apesar dos avanços, essa perspectiva restringira-se a um nível epistemológico precário, já que se debatia entre, de um lado, congelar o texto fora de qualquer constrição, a não ser as constrições pragmáticas mais gerais (fornecidas pela Psicanálise); e de outro, desintegrá-lo em um relativismo e subjetivismo total, em que a leitura subjazia ao leitor.

No ensaio *Class of '68*, MacCabe (1985) descreve o impacto que sofreu ao ler a introdução dos *Ensaio Críticos*⁵ de Barthes (1977), em que aparece a desconfiança com o sentido canônico das palavras, com a questão da autoria, com o atravessamento do

² No original: “two sides of the same coin, a coin which wishes to withdraw itself from circulation”.

³ André Bazin (1918-1958), renomado e influente crítico e teórico do cinema, foi editor-chefe dos *Cahiers du Cinéma* durante quase uma década, além de mentor da Nouvelle Vague francesa.

⁴ No original: “The difficulties are clear in the pages of *Screen*, which most consistently attempted to carry out this theoretical project”.

⁵ Publicado em português pelas Edições 70, Lisboa, Portugal, em 1977.

social naquilo que hegemonicamente era visto como singularidade individualista: ênfase na descontinuidade, na heterogeneidade, na falsidade das identidades, tanto semântica quanto social. Isto se tornou intelectualmente uma “verdade premente” oferecida nos anos 1960, num momento de revolução e contracultura, e é nela que se ancora a perspectiva discursiva.

MacCabe faz uma crítica na articulação padrão dessas experiências pelo Existencialismo e pelo Marxismo, por seus tons pesados e normativos, ao tentarem produzir uma unidade de consciência, quando “o que se estava comemorando era a possibilidade de uma diversidade de experiências, que só poderia ser eclipsada ao custo da loucura ou do moralismo”⁶ (MacCABE, 1985, p. 2). A importância dos anos 1960 estaria na investigação de métodos de articular as diferenças de sociedades de capitalismo tardio, por poderem ajudar a perceber a possibilidade de uma verdadeira pluralidade, além da previsível ideologia do pluralismo de interesses específicos, que as sociedades ocidentais oferecem como modelo, tanto para o desenvolvimento pessoal quanto político.

Segundo ele, a releitura de Barthes ainda hoje o impressiona pela forma como a linguagem traz à tona questões relacionadas à singularidade e à sociabilidade: se mesmo os nossos sentimentos mais íntimos só podem ser nomeados socialmente, isso indica que, fora de uma forma coletiva de linguagem, não teríamos nenhum critério pelo qual pudéssemos reconhecer uma mesma emoção como sendo a mesma. Portanto, não existem linguagens privadas. Isso se fortalece com as concepções lacanianas do Outro, com as concepções althusserianas do assujeitamento e da teoria das ideologias e com o desdobramento que Pêcheux faz disso pensando a discursividade, o interdiscurso e o assujeitamento nos processos de produção do sentido e na determinação das posições de sujeito.

A partir desse contexto, os que estavam interessados numa transposição das fronteiras entre o erudito e o popular através da análise de textos literários, cinematográficos e televisivos, renovaram a análise formal da linguagem com novas possibilidades abertas pelo Marxismo e pela Psicanálise. Stam simplifica e resume a perspectiva que eles adotaram:

Stephen Heath, Colin MacCabe e Jean-Louis Comolli enfatizaram o modo como o cinema posiciona os sujeitos de maneira ajustada ao sistema capitalista. Encerrados em uma estrutura de reconhecimento equivocado, os espectadores aceitam a identidade que lhes é destinada e são, assim, fixados em uma posição na qual um modo particular de percepção e consciência aparece como natural. Tanto o dispositivo cinematográfico quanto os procedimentos fílmicos específicos (a imagem em perspectiva, a montagem em ponto de vista) servem para ‘subjetivar’ o espectador. (STAM, 2003, p. 158)

Obviamente Stam não faz a conexão entre a posição de sujeito desenvolvida nos trabalhos de Pêcheux e seu desdobramento na análise fílmica pelos representantes da *Screen Theory*, e dá a entender que isso é uma questão de aceitação do sujeito espectador. Para MacCabe, a articulação entre estudos da linguagem, Análise de Discurso, Marxismo

⁶ No original: “it is ever more clear in retrospect, what was being celebrated was the possibility of a diversity of experience which could only be collapsed together at the cost of madness or morality.”

e Psicanálise poderia produzir uma compreensão dos textos em relação a seu contexto e relacioná-los aos embates culturais e políticos mais amplos. Como chamei atenção na introdução deste trabalho, MacCabe, em uma crítica e autocrítica publicada em 1985, expressa que essa articulação teórica transdisciplinar foi um movimento de complexidade internacional, cujos efeitos, como se sentira no contexto do feminismo e do movimento ecológico, forneceria as forças políticas mais importantes do mundo desenvolvido, e cujo potencial ainda seria a única esperança para a revitalização e redefinição de um projeto socialista para a sociedade. Desse modo se espalhou a compreensão dos processos culturais como sistemas de significação e, por essa via, articula-se o Marxismo althusseriano nesse projeto, que ele chama de semiológico, mas que evidentemente o relacionamos à discursividade:

A utilização da Linguística como um modelo para o estudo destes sistemas levou a enormes ganhos nos termos da especificidade das análises, mas o mais importante foi a tentativa de vincular questões de significação às questões da subjetividade. Foi em torno da significação e da subjetividade que este novo trabalho se conectou ao Marxismo. Um problema constitutivo no Marxismo sempre foi o de explicar a maneira pela qual as relações capitalistas se reproduzem de forma não-coercitiva. Ao longo dos anos setenta, havia muitos que achavam que a chave para essa compreensão estava em uma análise da cultura. Para estes, não era suficiente lê-la *a priori* como um efeito da base econômica, mas compreendê-la em sua capacidade de reproduzir subjetividades, uma reprodução definitivamente determinada pelas relações econômicas, mas cujos mecanismos deveriam ser compreendidos em sua própria especificidade.⁷ (MacCABE, 1985, p. 6-7, tradução minha)

Nessa convergência entre Psicanálise lacaniana, Marxismo althusseriano, Análise de Discurso e Semiologia, ele, Stephen Heath e Kari Hanet, no verão de 1973, começaram a fazer parte do conselho editorial da revista *Screen*. Heath e MacCabe já dominavam questões entre Semiótica, Psicanálise e Desconstrução, ao traduzirem para o inglês os trabalhos de Julia Kristeva, Derrida, Barthes e outros do grupo *Tel Quel*⁸. É nessa época que se estabelece a relação deles com o fundador da Análise de Discurso materialista, Michel Pêcheux, e cujos traços estavam obnubilados na França e nos outros lugares onde a vertente materialista da Análise de Discurso se expandiu.

MacCabe conheceu Pêcheux através de Althusser, quando foi aluno deste e de Derrida na *École Normale Supérieure* em Paris, entre 1972 e 1973. Interessado em

⁷ No original: “The use of linguistics as a model to study these systems led to enormous gains at the level of the specificity of the analyses, but more important was the attempt to link questions of signification to questions of subjectivity. It was around signification and subjectivity that this new work connected to Marxism. Marxism's abiding problem has always been to explain the way in which capitalist relations reproduce themselves in non-coercive ways. Throughout the seventies there were many who felt that the key to such an understanding lay in an analysis of culture which would not simply read it off as an effect of the economic base but would understand its ability to reproduce subjectivities, a reproduction finally determined by the economic relations but the mechanisms of which had to be comprehended in their own right.”

⁸ Grupo de comunistas maoístas que organizava a revista literária *Tel Quel*, em torno de questões linguísticas e psicanalíticas, identificados como deconstrutivistas, e pós-estruturalistas, cujas figuras literárias mais influentes são Maurice Blanchot e Roland Barthes. Teriam influenciado e propagado o trabalho de Jacques Derrida, Michel Foucault, Julia Kristeva, Jean-François Lyotard, Gilles Deleuze, Luce Irigaray, Philippe Sollers e Jean Baudrillard, dentre outros.

desenvolver e aplicar as noções althusserianas no ensino de Inglês, nos Estudos Literários e na Linguística, MacCabe foi orientado pelo mestre a conhecer o trabalho que Pêcheux estava desenvolvendo. Tempos depois, em 1979, num ano sabático, MacCabe vai para a França trabalhar suas questões, relacionadas a literatura, linguagem e sociedade, com Pêcheux. É dessa forma que a revista *Screen* congrega os importantes debates e desenvolvimento de abordagens analíticas e conceituais que fundamentam a Análise de Discurso, mas, diferentemente do desenvolvimento de análises e conceituações em textos verbais que chegaram ao Brasil, seu foco estava nos textos audiovisuais e fílmicos, um rico legado que precisa ser mais bem conhecido, se quisermos aprofundar a qualidade de nossas análises com esse tipo de corpus⁹.

3 A POSIÇÃO DE SUJEITO EM FILMES

MacCabe cita o artigo *Narrative Space*¹⁰, de Stephen Heath (1976), para delimitar o uso da noção de discurso como organização de imagens, de personificações, de definição e de construção de pontos de vista. Tais operações discursivas fazem o filme funcionar, tanto quanto as condições ideológicas, políticas e econômicas do sistema representacional, que também é uma questão discursiva. Para ele,

‘discurso’ tenta enfatizar as regularidades sistemáticas em funcionamento dentro de corpora específicos, regularidades que encontram sua realidade independentemente de um real imaginário de um sujeito imaginário. [...] Os discursos tanto produzem quanto são produzidos por posições de sujeito (MacCABE, 1978, p. 31)¹¹.

Defende, como Pêcheux, que uma teoria não-subjetiva da enunciação pode dar conta do espaço institucional de um discurso, de sua coerência imaginária e de sua abrangência real, como um feixe particular de articulações que produzem posições de sujeito específicas.

Em *On Discourse* (1979), MacCabe primeiro descreve minuciosamente o *status* do sujeito na obra de Benveniste, em seguida analisa a constituição do corpus na obra de Zellig Harris, comentando como este, por falta de uma teoria das ideologias, deixa implícitas as questões políticas e ignora a realidade das instituições sociais ao propor uma análise discursiva segundo o método distribucionalista. A partir disso, dominando uma leitura minuciosa de *Semântica e Discurso*, mostra como Pêcheux (2009) traz à tona o funcionamento crucial dos efeitos subjetivos produzidos pelas orações relativas e consegue então analisar processos discursivos específicos, de forma que as distinções entre as relativas precisam ser dimensionadas não em termos de função gramatical, mas sim de práticas discursivas.

⁹ Um grupo de pesquisadores ligados ao Laboratório de Análise e Criação Multimídia (FLET/UFAM) está traduzindo alguns dos mais importantes artigos publicados nos anos 70 na revista *Screen*.

¹⁰ Publicado na *Screen*, vol.17, no. 3, p. 73-74, 1976.

¹¹ Minha tradução de: “‘discourse’ tries to emphasize the systematic regularities at work within specific corpuses, regularities which find their reality independently of an imaginary real of an imaginary subject. [...] discourses both produce, and are produced from, subject positions.”

Pêcheux e seu grupo de trabalho defenderam que tais práticas discursivas são uma das materialidades das formações ideológicas, e que estas

comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166).

O que os pesquisadores definiram como posição de sujeito é essa posição dada, ou seja, essa “certa relação de lugares” que as práticas sociais preveem, determinando a captura, a localização, a organização e o funcionamento dos indivíduos numa formação social, a partir da qual todos significamos. Essa conceituação sofre embates e se reformula entre os anos 1960 e 1980, mas é um dos avanços da Análise de Discurso, ao buscar se instituir como essa cultivada teoria não-subjetiva do sujeito e da linguagem, evitando pensar o sujeito como um dado, origem, dono e produtor de sentidos, como o fazem várias concepções e abordagens. Para chegar a essa formulação, Pêcheux e os demais (1997) recorrem ao conceito de ideologia em Althusser (1999), caracterizada não só como aquilo que produz o assujeitamento nos indivíduos, mas também cuja existência é material, representando a relação imaginária entre tais indivíduos com suas condições reais de existência.

Por sermos seres de linguagem, trocamos imagens e símbolos. Isso nos aliena de uma interpretação direta e factual dos fenômenos, fatos e situações materiais de dependência, de exploração, de subserviência e de opressão na vida social (ALTHUSSER, 1999). Ao dependermos da linguagem para viver nossa realidade, somos capturados em diferentes ideologias. Em cada modo de produção da vida material de uma formação social, as relações de classe se estabelecem no confronto de uma força com outras forças. Assim, para existirmos, trabalharmos, consumirmos, e participarmos da vida social, o fazemos pela linguagem, no contexto de aparelhos de Estado, que, através de modos de pensar, de dizer e de fazer, estabelecem, organizam, administram e controlam as possibilidades de classificações, de categorizações, de funções e de atividades nas relações sociais. Alienados de uma representação do Real em si, vivemos diferentes representações imaginárias da nossa realidade social. Essas formações ideológicas se forjam, portanto, como posições políticas e ideológicas que são organizadas e hierarquizadas, ou seja, que se relacionam em antagonismos, alianças ou dominações a partir das condições concretas de existência numa formação social. Desse modo, os autores explicam como um complexo sistema de representações e de troca se expande, imaginando e simbolizando linguisticamente, posições específicas de classe. Uma formação ideológica é o que se aglutina como um conjunto complexo de tais atitudes e representações, “que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2008). É assim que o social depende do Imaginário e do Simbólico para produzir-se e reproduzir-se no Real, e é assim que o simbólico existe apenas no e pelo social.

Em síntese, formações ideológicas se materializam em diversas formações discursivas, que possibilitam o sentido, a coerência, e a razão de ser dessas formações

imaginárias, que são as ideologias. Por conseguinte, o sujeito que fala é convocado para tomar posição em relação às representações das quais ele é o suporte. As posições de sujeito são esses lugares que ocupamos relativamente às formações discursivas. Assim, manifestando as formações ideológicas, as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito, escrito, visto ou mostrado num produto cultural ou num texto. Analisar uma discursividade é explicitar “o elo que liga esses processos às condições nas quais o discurso é produzido (às posições às quais deve ser referido)” (2008).

Na perspectiva do autor britânico, a distância analítica entre o Imaginário e o Real se processa tanto pela identificação das imbricações dos discursos com outras práticas ideológicas, quanto pela eficácia específica do discurso em si mesmo. Por isso é preciso romper a divisão idealista entre forma e conteúdo e imbricá-las analiticamente, de modo que a análise desloque a divisão entre forma e conteúdo para compreender a forma no conteúdo e o conteúdo na forma, por isso privilegiam produtos estéticos. A proposta dos então editores de *Screen* era fazer uma leitura materialista que especificasse as articulações do filme em determinado contexto, sem exaurir sua significância, evitando o que faz a leitura totalizante que formalistas tentam empreender e a leitura relativista e individual do “pesadelo voluntarista”, expressão que MacCabe emprega (1978, p. 36). O funcionamento do discurso envolve ao mesmo tempo articulação e posição, e a articulação de uma posição. Para MacCabe, a articulação e a interpelação ideológica no cinema é magistralmente pensada por Heath no artigo acima referido, e num outro, o texto *Notes on Suture*¹² (HEATH, 1977), em que seu colega faz a readequação para análise fílmica do conceito de “sutura” dos franceses Jacques-Alain Miller e Jean Pierre Oudart. Há regras composicionais no cinema clássico, que, articulando narrativa e plano, produzem um coerente campo de visão para o espectador, o que faz do filme uma série de relações que, em seu movimento, pressupõem, jogam com e capturam o espectador como sujeito. Para Heath (1977), a realização do cinema como discurso está na produção a cada momento, através do filme, de uma interpelação do sujeito, da especificação do jogo da incompletude-completude.

Tendo em vista esses avanços, podemos entender, sem exaurir sua materialização, como a posição de sujeito em filmes está articulada na narrativa, na formulação de personagens, no arco dramático que vivenciam, na escolha de conflitos, de obstáculos e de sua resolução ou não resolução; nos enquadramentos, angulações, movimentos, planos e posições de câmera, na predominância de e na ênfase em determinadas cores, texturas, composições e relações entre luz e sombra na fotografia, na insistência de determinados temas musicais e de ruídos, na convocação de certas justaposições e ordenações da montagem que articulam e condensam o narrativo.

MacCabe argumenta que a Psicanálise lacaniana é enquadrada na Análise de Discurso pela compreensão que ela dá sobre como o sujeito se constitui, para além da divisão benvenistiana do sujeito da enunciação e do sujeito do enunciado, através do engate na substitutibilidade dos pronomes. Enfim, o autor britânico pontua que é a partir dos trabalhos de Lacan que Pêcheux deslocaria a discussão metafísica da essência do homem, para fazer do sujeito uma posição entre significantes, sintetizando a conhecida

¹² Texto que apareceu no volume 18 de *Screen*, no. 4, inverno de 1977, p. 48-76.

formulação lacaniana de que um significante representaria o sujeito para outro significante:

Uma característica do humano (a saber, o inconsciente) é produto do princípio determinante da língua. A resposta a isso é que este reconhecimento inquestionável não é o reconhecimento de uma essência, mas sim o reconhecimento da possibilidade de um outro significante. Como tal, não é uma questão de definir o humano com um inconsciente e, em seguida, discutir a linguagem, mas sim uma questão de definir a língua de tal modo que há inconsciência para aquele ou aquela que deseja falar. (MacCABE, 1978, p. 101)¹³

Para ser mais consequente com a perspectiva discursiva, reformularíamos dizendo que há inconsciência para quem surge como sujeito entre significantes e significados, já que o sujeito é produto e não produtor ou prévio desejante. O trabalho de MacCabe (1985, 1979), teve uma importante e não reconhecida colaboração para uma retificação de Pêcheux. Este irá retomar sua interpretação lacaniana de sujeito, e passará a defender que a identificação do sujeito numa formação discursiva é inevitavelmente equívoca, sujeita a erros, nunca é bem-sucedida, é sempre performativamente infeliz, pois um ritual sempre falha, já que, por ser produto e não produtor, o ego-sujeito-pleno nunca está pleno e inteiro, fora do inconsciente. Há pulsões, há desejo, há resistências inconscientes, há recalques. Ideologia e inconsciente se agarram.

MacCabe foi o responsável pela publicação em inglês, em 1980, da principal obra da Análise de Discurso materialista, *Les Vérités de la Palice (Semântica e Discurso)*. É justamente nessa edição inglesa que é publicada, pela primeira vez, a referida impactante retificação de Pêcheux, o Anexo III, *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*. Mas, quatro anos antes disso, MacCabe havia feito a crítica ao livro de Pêcheux registrada em *On Discourse* (1979), num seminário sobre relações sociais e discurso no *Birkbeck College*, em Londres, em 1976. MacCabe, ao fazer essa resenha crítica ao *Les Vérités de la Palice*, agradece a Pêcheux pela conversa que tiveram quando aquele estava escrevendo uma versão final do artigo. Apesar de não ter sido reconhecida ou sequer creditada (ver *Semântica e Discurso*, 2009, p. 270, nota de rodapé 2), como foi o texto de Houdebine, e de outras críticas recebidas, tal conversa também contribuiu para Pêcheux formular sua retificação com o Anexo III para a tradução que MacCabe editaria. A que se deveria esse apagamento da crítica de MacCabe nessa retificação de Pêcheux? Se os comentários de MacCabe não eram infundados, por que esse silenciamento ocorreu? Isso se deveria à rixa de franceses parisienses em relação às questões mal resolvidas com os vizinhos e sempre rivais ingleses, reforçadas pelas disputas comuns e infantis entre acadêmicos na maioria das universidades e institutos de pesquisa? MacCabe não explicita o que ocorreu, mas, a seguir, esclareço melhor como se processou esse debate teórico.

¹³ Minha tradução de: “A feature of man (viz. the unconscious) is made the determining principle of language. The reply to this is that the recognition in question is not the recognition of an essence but rather the recognition of the possibility of another signifier. As such it is not a question of defining man with an unconscious and then discussing language but rather a question of defining language in such a way that there is unconsciousness for he or she who wishes to speak.”

4 O SUJEITO UNIVERSAL EM QUESTÃO: A NECESSIDADE DE ARTICULAR TEORICAMENTE LÍNGUA, DESEJO E CORPO NAS IDEIAS DE ALTHUSSER E DE PÊCHEUX

Pêcheux formulou o conceito de interdiscurso identificando-o com o Sujeito Universal (com "S" maiúsculo), que, por sua vez, Althusser (1999) readaptara a partir do Outro de Lacan (cf. 1998, 2016). O interdiscurso (PÊCHEUX, 2009) é o lugar já-dado de posições sempre disponíveis, os pré-construídos, dentro de qualquer formação discursiva específica, que fornece a base material para a interpelação. Para MacCabe (1979, 2020), ao assumir essa equivalência entre Sujeito Universal e o Outro, identificando-o materialmente com o interdiscurso, a abordagem de Pêcheux apresenta uma incongruência. Este é um ponto importante que marca a crítica que MacCabe faz ao Sujeito em Althusser e Pêcheux. A descrição de Pêcheux dá conta da divisão do sujeito na linguagem, relacionando-a com os problemas da análise ideológica e da luta de classes, mas teria pouco a ver com o conceito de Lacan sobre o sujeito, porque envolve a construção de um ego completamente dominado por um superego. Althusser e Pêcheux resvalaram no equívoco de relacionar o Outro ao Sujeito Universal, sem a dimensão do desejo.

Foi pelo conceito lacaniano de Outro que se passou a reconhecer os pais não mais apenas no nível de demanda, mas como região de língua e de desejo, que ultrapassa qualquer estabilização particular de demanda. O reconhecimento dessa região de língua e de desejo se estabeleceria na conversa dos pais um com o outro sobre a criança. Esta experiência de articulação produziria o sujeito dividido da Psicanálise: por um lado, o falante é enredado no jogo de significantes, nas oposições diferenciais que produzem significado e nas alternâncias pronominais, independentemente da atividade do indivíduo; e, por outro lado, a criança assumiria seu lugar como o “eu” da experiência e da linguagem, o conhecido sujeito unificado da Filosofia Clássica e da Linguística moderna. MacCabe destaca que há congruência entre o campo e as modalidades desta divisão com a divisão que situa a criança não só no movimento ao longo do jogo do desejo dos pais, numa multiplicidade de posições, mas também em seu lugar apropriado, em sua sexualidade significada. Essa seria mais uma forma de se fundamentar as diferentes posições de sujeito. Para MacCabe, o problema é que Pêcheux não compreendeu a força do inconsciente freudiano, e isso afeta a descrição das funções discursivas do interdiscurso e do intradiscurso:

Se considerarmos o efeito de sustentação, em que as relações parafrásticas produzem tanto o sujeito quanto o sentido, podemos notar que, mesmo que o sujeito seja produzido como efeito e não mais invocado como causa, é um sujeito em pleno controle da linguagem. Mas a situação de paráfrase em que Pêcheux localiza ambos, sujeito e sentido, atesta em si mesma o funcionamento de um desejo que está ausente das formulações de Pêcheux. (MacCABE, 1979, p. 212)¹⁴

¹⁴ Minha tradução de: “If we consider the support effect, where paraphrastic relations produce both subject and sense, we can note that even if the subject is produced as effect rather than invoked as cause, it is a subject in full control of language. But the situation of paraphrase in which Pêcheux locates both subject and sense bears witness in itself to the functioning of a desire which is absent from Pêcheux’s formulations.”

Entendemos, assim, a importância de recuperar no dispositivo teórico e analítico da Análise de Discurso a dimensão do desejo e de suas implicações políticas. Para MacCabe, o pedido de que uma observação seja parafraseada é sempre mais do que apenas um pedido de esclarecimento que permite a produção de sentido intersubjetivo: esse pedido implicaria o desejo de conhecimento do outro, o que rompe com o sentido, chamando a atenção para o excesso de significantes. O ato falho testemunharia a natureza dividida do sujeito, até mesmo na esfera do efeito de sustentação. A constituição do sujeito de Pêcheux em relação ao sentido inviabiliza que a verdade da língua possa explodir na cena da subjetividade. Consequentemente, ele desemboca numa descrição da constituição do inconsciente, que, afetado por Althusser, concebe-o com um poder imaginário total de um superego onipotente. Apesar desse equívoco, as concepções de Althusser e Pêcheux permitem-lhes avançar nas consequências políticas do conceito de Lacan sobre o significante e sobre o sujeito dividido que assim se constitui.

Reforço que essa crítica de MacCabe foi escrita quatro anos antes de Pêcheux retificar sua abordagem a respeito do ego-sujeito-pleno em que nada falharia. Tal observação e análise de MacCabe nos ajuda a melhor entender o hermético Anexo III (PÊCHEUX, 2009) e a melhor questionar as implicações políticas de nos abirmos em nossas análises para o regramento e o desregramento do desejo. Simplificadamente, acredito que explorar a política do desejo e em como se estabelecem tais regras e quebra de regras, que se instituem em cada formação social e em cada momento histórico, do que devemos desejar e não desejar, envolve pensarmos que a constituição das posições de sujeito podem ser referidas não apenas diretamente a posições de classe, mas a essa incorporação difusa que o inconsciente produz de fragmentos de cadeias significantes, para inscrever o sujeito em determinadas demandas e posições desejantes, de forma que se processem como interpelação acachapante no desejo do Outro, nas pulsões de vida e de morte, e na libido, cujas forças parecem ser mais determinantes que as filiações, identificações e inscrições ideológicas em representações de classe¹⁵. Suspeito que são essas fragmentações pulsionais de representações e cadeias significantes que, por fim, produzem a base do Imaginário do sujeito e de sua interpelação a determinadas forças ideológicas e não outras. Sobre essa base, viriam em sua história, novas interpelações e identificações, multiplicando tais fragmentos e se produzindo como coerência e razão de ser em uma formação ideológica. De todo jeito, inconsciente e ideologia seguem atados e se estruturando sobre determinações recíprocas, já que também o desejo é afetado pela historicidade, pois o desejo não pode ser qualquer um em determinadas condições de produção de uma formação social.

Enfim, MacCabe (1985, 1979) avalia as contribuições de Pêcheux em seus aspectos positivos e, consequentemente, negativos, e cita o ataque virulento de Houdebine na revista *Tel Quel* tanto ao instigante livro de Pêcheux, quanto ao problema da leitura e rearticulação política que Althusser faz de Lacan. Nessa bem elaborada perspectiva de MacCabe, Houdebine teria atropelado o ponto que merece crítica e reavaliação, que é, especificamente, a identificação do Sujeito Universal com o Outro. Essa identificação reprime a noção de Outro lacaniano como lugar heterogêneo de linguagem e de desejo.

¹⁵ Comprovo isso com a análise de posicionamentos de LGBTs evangélicos no documentário “Gays, graças a Deus” (MARTINS DE SOUZA, 2009), a ser publicada em um próximo artigo (MARTINS DE SOUZA, 2021).

Em sua análise, MacCabe acredita que Lacan insiste sobre a impossibilidade de uma consciência transparente para si própria num sujeito, mas Althusser produziu um sujeito onipotente, que é mestre da língua e do desejo. E sendo assim, a luta ideológica fica sem perspectiva teórica face às ideologias dominantes, pois não há nada que escape ou que sobre da constituição original do sujeito pelo Sujeito. Para MacCabe, tal pessimismo político coincidiria com o conceito funcionalista de Aparelho Ideológico de Estado. Como Althusser não foi coerente com o conceito lacaniano de Outro na análise das formações sociais, não conseguiu compreender as ideologias subversivas.

Uma leitura marxista da divisão do sujeito no espaço do Outro teorizaria a constituição do indivíduo no lugar produzido para ele ou para ela pelo complexo de formações discursivas e insistiria que esses lugares seriam constantemente ameaçados e indeterminados pela instabilidade constitutiva no domínio da linguagem e do desejo. Tal leitura do Outro lacaniano ofereceria imediatamente, em suas análises detalhadas das ideologias dominantes, uma base material para a construção de ideologias subversivas (McCABE, 1979, p.107-108)¹⁶.

O aspecto positivo da transposição de Althusser é que, por sua reformulação marxista de Lacan, a formação das ideologias e discursos subversivos não fica à mercê do jogo casual do significante. Em contrapartida, a perspectiva althusseriana do drama do sujeito na interpelação policial da identidade pode ser compreendida como um esforço para pôr em causa a noção lacaniana do significante, já que Lacan deduz o sujeito dividido a partir do simples fato de linguagem em si mesmo. Os locais atuais de uso da língua (família, escola, local de trabalho) se tornam apenas variações pouco importantes sem efetividade inscrita na teoria. Os termos Pai e Mãe, em relação às identidades biológicas e sociais, provam isso. O autor britânico defende que, desviando a atenção para o lugar da enunciação, Althusser evidencia que não é simplesmente a formação do inconsciente que deve ser teorizada, mas a formação de uma inconscienciosidade específica, que não pode ser dividida em componentes individuais e sociais, mas que dramatiza, em cada caso individual aquilo que é generalizadamente inconsciente.

No citado Anexo III de *Semântica e Discurso*, como frisei acima, Pêcheux reconhece seu equívoco em deixar passar a presença não-reconhecida do adversário no interior da cidadela teórica construída sobre as bases da referida tríplice aliança estruturalista, advinda da congregação de Marx, Freud e Saussure. A presença dessa adversidade no pensamento precisa de retificações coordenadas sem fim. Como Althusser o fez no decorrer do desenvolvimento de seu legado teórico, Pêcheux também produz sua retificação, restringindo-se nesse anexo à disjunção entre sujeito e ego na problemática da interpelação ideológica (PÊCHEUX, 2009, p. 270). As evidências e as injunções dominantes cegam e ensurdecem.

¹⁶ No original: “A Marxist reading of the division of the subject in the place of the Other would theorize the individual's assumption of the place produced for him or her by the complex of discursive formations and would insist that these places would be constantly threatened and undetermined by their constitutive instability in the field of language and desire. Such a reading of Lacan's Other would immediately, and in its very account of dominant ideologies, offer a material basis for the construction of subversive ideologies.”

MacCabe defendia que é possível sair do pessimismo político que o jogo casual do significante cava, pela via de uma adequada abordagem do Outro da Psicanálise lacaniana, e de como a língua/linguagem e o desejo são instabilidades que ameaçam o rompimento dos lugares predeterminados para o indivíduo ser constituído como sujeito. Por isso, precisamos fazer com consistência esse investimento teórico na compreensão dessa relação do Outro, e do Sujeito em Lacan, Althusser e Pêcheux, e do desejo, de modo a aprofundar seus desdobramentos nas análises, pensando em como funcionam, nos textos e nas posições de sujeito, tais regras e quebra de regras do funcionamento do desejo, de forma que o político seja aí dimensionado e explicitado.

Em relação à noção de interdiscurso, através do posicionamento e das representações do corpo, nas práticas sociais, como objeto de desejo, lemos outro aspecto das sugestões de MacCabe ao trabalho de Pêcheux:

O problema com o interdiscurso em Pêcheux é que, como a interpelação policial de Althusser, ele reintroduz o sujeito filosófico, coerente e homogêneo, em um esquema lacaniano, que tem como objetivo explícito a subversão desse mesmo sujeito. O custo da reintrodução é clara: o desaparecimento do corpo e do desejo desse esquema. A incapacidade de compreender a heterogeneidade radical do Outro lacaniano significa que não há nada mais nesse espaço para funcionar como objeto de desejo. Para um primeiro passo de uma retificação da posição de Pêcheux, seria necessário uma ênfase maior em outras práticas imbricadas no interdiscurso e, em particular, no posicionamento e na representação do corpo. É através de uma ênfase no corpo e na impossibilidade de seu esgotamento em suas representações que se pode compreender a base material com que o inconsciente de uma formação discursiva perturba o funcionamento discreto das ideologias dominantes, e que esta perturbação não é simplesmente o movimento casual do significante, mas o posicionamento específico do corpo nas práticas econômicas, políticas e ideológicas (1979, p.108-109)¹⁷.

Essa tese de MacCabe nos instiga a enumerar algumas questões para nossa análise: o que subverte a coerência e a homogeneidade do sujeito? Como funcionam, na materialidade em análise, o corpo, o desejo, a demanda, a formulação imaginária do desejo em objetos? Que outras práticas estariam imbricadas no interdiscurso? E no posicionamento e na representação do corpo? Como enfatizar mais o corpo nas práticas de análise? Como enfatizar a impossibilidade de se esgotar as representações não só do corpo, mas das práticas de vida, de existência, de textos e de discursos? Como funciona a inconsciência de uma formação discursiva? Como se perturba o funcionamento discreto ou explícito das ideologias dominantes? O que produz essa perturbação desse funcionamento? Como os significantes se movimentam? Como o corpo está posicionado

¹⁷ No original: “The problem with Pecheux’s interdiscourse is that, like Althusser’s policeman, it reintroduces the philosophical subject, coherent and homogenous, into a Lacanian schema which has as its explicit aim the subversion of that subject. The cost of the re-introduction is clear: the disappearance of the body and desire from the schema. The failure to grasp the radical heterogeneity of the Lacanian Other means that there is nothing left over in that place to function as the object of desire. A first step in the rectification of Pecheux’s position would necessitate a greater emphasis on the other practices imbricated with the interdiscourse and, in particular, the positioning and representation of the body. It is through an emphasis on the body and the impossibility of its exhaustion in its representations that one can understand the material basis with which the unconscious of a discursive formation disrupts the smooth functioning of the dominant ideologies and that this disruption is not simply the chance movement of the signifier, but the specific positioning the body in the economic, political and ideological practices.”

na especificidade dessa prática em análise? É uma prática econômica, política ou ideológica (se pudermos desvincular didaticamente as práticas)?

Dessa forma, é inicialmente através dos questionamentos de MacCabe que esse importante avanço sobre corpo e resistência em que estamos trabalhando no Brasil pode ser referido à obra de Pêcheux. Além dessa contribuição, foi nos trabalhos dele e de Heath que a teoria do discurso passou a ser considerada em análises fílmicas. Quase dois anos depois da publicação de *On Discourse*, já em 1978, no volume 4 do número 19 da revista MacCabe publica seu artigo *The discursive and the ideological in film: Notes on the conditions of political intervention*¹⁸. Neste artigo, ele explicita que foi a obra de Michel Pêcheux que proporcionou a tentativa mais profunda para produzir tanto uma teoria quanto uma análise de discursividade; e sintetiza o progresso da abordagem de Pêcheux, que, após falhar em fazer uma distinção adequada entre a unidade imaginária do espaço institucional do discurso e a unidade real, produzida por formações discursivas, substitui a noção de “discurso” por “formação discursiva”. Passa, então, a enfatizar que não pode haver homologia direta e simples entre instituição e discurso, de forma que não pode haver nenhum método de contagem do número de discursos ou ideologias dentro de uma dada formação social (1978, p.12-13). Por isso, a análise sempre dependerá da luta política e ideológica imbricada com as diferentes formações discursivas em cada condição de produção. MacCabe destaca que "discurso" foi o termo escolhido para tentar compreender a linguagem em relação à produção de determinadas posições de sujeito. Tal perspectiva não se restringe ao Marxismo, mas se abre para uma ampla variedade de posições sobre a relação entre formação social e linguagem (MaCABE, 1978, p. 30-31, nota 1).

Enfim, espero ter resgatado com esse texto, para o Brasil, e para a história das ideias discursivas, a importante relação teórica entre o grupo de Pêcheux e o grupo de MacCabe. Em outros textos a serem publicados, quero explorar mais atentamente o grande impacto das ideias discursivas nas análises fílmicas desenvolvidas na *Screen* e em como os conceitos e métodos desenvolvidos pelo grupo francês ganhou profundidade analítica em *corpora* audiovisual e cinematográfico nos anos 1970 em países de língua inglesa, especialmente nos textos de Stephen Heath. Entre todos os articulistas, segundo MacCabe, foi Heath quem melhor desenvolveu esta perspectiva de análise na revista nos anos 1970. Portanto, este é um resgate necessário para analistas de discurso que pretendam trabalhar com esses *corpora* na América Latina.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
BARTHES, R. *Ensaio crítico*. Lisboa: Edições 70, 1977.
BELLOUR, R. *L'analyse du film*. Paris: Ed. Albatros, 1979. 310 p.
BORDWELL, D.; CARROL, N. (Org.). *Post-Theory: reconstructing Film Studies*. Madison, USA: The University of Wisconsin Press, 1996. 564 p.

¹⁸ “O Discursivo e o Ideológico nos Filmes: notas sobre as condições de uma intervenção política”, ainda não traduzido para o português.

- BORDWELL, D. *Making Meaning: Inference and Rhetoric in the Interpretation of Cinema*. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1989. 334p.
- CASETTI, F. *Teorías del cine: 1945-1990*. Madrid, España: Cátedra, 1993a. 363p.
- CASETTI, F. *Teorie del cinema: 1945-1990*. Milano, Italia: Studi Bompiani, 1993b. 387p.
- HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: Língua, Linguagem, Discurso. Tradução de Roberto L. Baronas e Fábio C. Montanheiro. *Linguagem, São Carlos*, n. 3, out./nov. 2008 [1971]. Disponível em: http://www.ufscar.br/linguagem/edicao03/traducao_hph.php. Acesso em 21 fev. 2021.
- HEATH, S. Sobre la sutura. In: *Youkali*, revista crítica de las artes y el pensamiento, Santiago (Chile), n. 6., p. 207-225, 1977. Disponível em: www.youkali.net. Acesso em: mar. 2011.
- HEATH, S. Narrative Space. *Screen Magazine*, v.17, n. 3, p. 73-74, 1976. Disponível em: <http://screen.oxfordjournals.org> (University of California, Los Angeles). Acesso em: 1 jun. 2010.
- LACAN, J. *O Seminário 6: O desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. 562 p.
- LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 807-842.
- LEBEL, J.-P. *Cinema e ideologia*. Lisboa, Portugal; São Paulo: Estampa Ed. & Mandacaru, 1989. 349 p.
- MACCABE, C. O sonho do discurso: a chave para todas as ideologias In: MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos et alii (Org.). *AD francesa (1969-2019): 50 anos de presença nos estudos da linguagem*. Araraquara: Letraria, 2020, p.15-28. Disponível em: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2020/04/AD-francesa-1969-2019-50-anos-de-presen%C3%A7a-nos-estudos-da-linguagem-Letraria.pdf>
- MACCABE, C. *The Eloquence of the Vulgar*. London, UK: BFI, 1999. 184 p.
- MACCABE, C. *Tracking the Signifier: Theoretical essays: Film, Linguistics, Literature*. Minneapolis, USA: University of Minnesota Press, 1985. 152 p.
- MACCABE, C. (Org.). *The Talking Cure: Essays in Psychoanalysis and Language*. London, UK: Palgrave Macmillan, 1981. 230 p.
- MACCABE, C. On Discourse. In: *Economy and Society*, n. 3, v. 8, p. 279-307, Aug. 1979.
- MACCABE, C. The discursive and the ideological in film: Notes on the conditions of political intervention. *Screen Magazine*, v. 19, n. 4, p. 29-43, 1978. Disponível em: <http://screen.oxfordjournals.org>. University of California, Los Angeles. Acesso em: 13 maio 2010.
- MARTINS DE SOUZA, L. C. *Língua, sujeito e diversidade: Gays, graças a Deus*. 2021 (no prelo, a ser publicado nos Cadernos de Linguística da ABRALIN).
- MARTINS DE SOUZA, L. C. Documentário *Gays, Graças a Deus* (material de 2009, não editado). Disponível em <https://youtu.be/S9CqEbGUEEE> . Acesso em: 10 out. 2020.
- MASCARELLO, F. A Screen-Theory e o espectador cinematográfico: Um panorama crítico. *Revista Novos Olhares*, n. 8, v. 2, p. 13-28, 2001.
- METZ, C. *Linguagem e cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1980. 347 p.
- METZ, C. *A Significação no cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1972. 295 p.
- MULVEY, L. *Visual and Other Pleasures*. Indianapolis, USA: Indiana University Press, 1989. 201 p.
- OUART, J. P. Notes on suture. *Screen Magazine*, v. 18, n. 4, p. 48-76, inverno 1977.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, 4. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2009. 288 p.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- RAMOS, F. (Org.). *Teoria contemporânea do cinema: Pós-estruturalismo e filosofia analítica*, vol. 1. São Paulo: SENAC, 2005. 433 p.
- ROSEN, P. *Narrative, Apparatus, Ideology: a Film Theory reader*. New York, USA: Columbia University Press, 1986. 549 p.
- STAM, R. *Introdução à teoria do cinema*. Campinas, SP: Papyrus, 2003. 398 p.
- SCREEN MAGAZINE. Londres, Grã-Bretanha: Oxford Academic, 1958- . ISSN 0036-9543. Trimestral. Disponível em: <https://academic.oup.com/screen/pages/About>
- XAVIER, I (Org.). *A experiência do cinema*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008. 483 p.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Colin MacCabe algumas informações, sugestões, orientações e esclarecimentos fornecidos para a escrita deste trabalho.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.
